

UNIVERSIDADE DE LISBOA



**As TIC como potenciadoras da participação dos alunos com
necessidades educativas especiais numa turma de economia de um
curso profissional**

Célia Margarida Fernandes Oliveira Neto Pereira

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade

**Relatório da Prática de Ensino Supervisionada orientado pela
Professora Doutora Ana Paula Curado**

2016

Agradecimentos

Obrigada!

A todos os que me acompanharam e por mim lutaram,

A todos que me incentivaram e apoiaram,

A todos que me estimularam a aprender e a crescer pessoal e profissionalmente,

A todos a quem eu faltei e não estive presente.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula Curado, muito obrigada pelo apoio e orientações prestadas. Estando desde o primeiro momento a acompanhar esta caminhada, mostrou-se sempre disponível na partilha de saberes e experiências, que muito contribuíram para a construção da minha identidade profissional.

À Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral e à Professora Maria João Pinheiro professora cooperante, pela disponibilidade e cooperação prestados.

Deixo aqui também uma palavra de gratidão aos alunos do Curso Profissional de Restauração pela sua colaboração e empenho demonstrados durante a prática letiva supervisionada.

Agradeço igualmente a todos os professores do Mestrado em Ensino da Economia e Contabilidade pelo seu contributo e estímulo durante estes dois anos fundamentais para a melhoria das minhas práticas pedagógicas, bem como aos colegas desta caminhada em especial à Lina, que comigo partilhou angústias, preocupações e alegrias pela concretização deste passo marcante nas nossas vidas.

Bem hajam!

Dedicatória

Para o Diogo Rafael, sobrinho e afilhado adorado que nasceu especial ...

Resumo

A interrogação de como a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) podem potenciar a participação dos alunos, em especial aqueles com necessidades educativas especiais (NEE), foi o mote para a realização deste trabalho investigativo, destacando-se a importância da integração das TIC na atividade pedagógica.

A prática de ensino supervisionada a que este relatório diz respeito refere-se ao trabalho investigativo realizado na Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, numa turma do 11.º ano do ensino Profissional.

Sobressaiu das aulas observadas e lecionadas durante o 3.º semestre, a reduzida participação oral da turma, a reduzida utilização e integração das TIC na prática pedagógica e o interesse demonstrado pelos alunos para a utilização das tecnologias na sala de aula.

Assim, apresentou-se como desafio, potenciar a participação, através de estratégias que possam ser sentidas pelos alunos como motivadoras, tendo sido por isso considerado a utilização de diversas TIC, que contribuíssem para a melhoria da participação nas aulas de economia.

A ação pedagógica desenvolvida consistiu na leção de seis aulas sobre o tema “A Integração Económica”, referente ao módulo 6 – A interdependência das economias atuais.

Foi igualmente desenvolvido com os alunos um trabalho extracurricular (5 sessões de 90 minutos cada), que consistiu numa aprendizagem sobre a utilização da ferramenta Prezi, seguida da criação de uma conta de correio eletrónico e, por fim na construção de um site para a turma, este posteriormente publicado na página oficial da escola.

As conclusões apresentadas neste relatório, foram obtidas com base em três instrumentos de recolha de dados (observação direta com recurso a grelhas de observação, aplicação de um questionário aos alunos e realização de entrevistas aos professores do grupo de economia).

Os resultados sugerem, que o recurso às TIC e as atitudes positivas e empenhadas dos docentes para a sua utilização durante a sua prática pedagógica contribuem para a promoção de uma maior participação da turma e em especial dos alunos com necessidades educativas especiais, concorrendo ainda para uma intervenção diferenciada e significativa durante o processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Tecnologia da informação e comunicação, Necessidades educativas especiais, Educação inclusiva, Ensino profissional, Participação.

Abstrat

The question of how Information and Communication Technology (ICT) can enhance the participation of students with special educational needs (SEN) was de motto for this investigative work, highlighting the importance of integration of ICT in pedagogical activity.

The supervised teaching practice, to which this report relates, refers to the investigative work carried out in Middle and Secondary School Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, in 11th class of Professional Course.

Considering classes observed and taught during the 3rd semester, one could perceive an insufficient oral interaction of de class, the interest shown by the students in the use of classroom technologies and the reduced use of ICT in teaching practice.

Thus, it was a challenge to foster participation through strategies that can be felt by the students as motivators and it was therefore considered the use of ICTs to contribute to improving the participation in economic classes.

This consisted in teaching six classes on the theme of “Economic Integration”, referring to the 6th module- The interdependence of today’s economies.

It was also developed extracurricular sessions, (5 sessions of 90 minutes each), which consisted in learning how to use the computer program Prezi, followed by the creation of an *email*, and finally, the construction of a website to the class, this subsequently published on the official school.

The findings presented in this report were achived based on three data collection instruments (direct observation using the observation grids, implementation of a questionnaire to students and conducting interviews to economics teachers.

The research results suggested that the use of ICT and the positive and committed attitude of teachers to use in their practice contribute to promoting a greater participation in the class and in particular of students with special educational needs, still competing for a significant and differentiated approach during the teaching-learning process.

Keywords: Information and communication technology, special educational needs, inclusive education, vocational education, participation.

Índice

Agradecimentos.....	ii
Dedicatória	iii
Resumo.....	iv
Abstrat.....	vi
Índice.....	vii
Índice de Ilustrações.....	ix
Índice de Gráficos	x
Índice de Tabelas.....	xi
Índice de Anexos.....	xii
Índice de Apêndices	xiii
Siglas e Acrónimos	xv
Introdução	1
Capítulo I – Contextualização do Estudo.....	3
1-A Escolha do tema	3
2-Questões de investigação	4
3-Objetivos de investigação	5
4-Metodologia e instrumentos de recolha de dados.....	6
5- Estratégias e propostas didático pedagógicas	8
Capítulo II – Enquadramento Teórico.....	10
1- A Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação e o ensino.....	11
1.1-A introdução das TIC no ensino em Portugal.....	13
2- O conceito de Necessidades Educativas Especiais e a educação inclusiva	19
2.1- Enquadramento legislativo da Educação Especial em Portugal	21
3- As TIC e as Necessidades Educativas Especiais	24
4- O Ensino Profissional, os Professores e as NEE	27
5- A Participação dos alunos.....	29
Capitulo III – Descrição do Contexto da Prática de Ensino Supervisionada.....	31
1- Caraterização do meio da PES.....	31
2- Caraterização da Escola	32

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade

2.1- Caraterização dos espaços e equipamentos da EBS de Santana.....	34
2.2- Os professores e alunos na EBS de Santana	35
2.3- Educação Especial na EBS de Santana.....	36
3- Caraterização da turma do Curso Profissional de Restauração	37
4- Caraterização do Curso Profissional de Restauração	39
5- Caraterização da disciplina de PES	40
5.1- Elenco modular da disciplina de PES	41
5.2- As Planificações de longo, médio e curto prazo	42
Capítulo IV – Recolha e Tratamento de Dados	46
1- As aulas da PES	46
1.1-As aulas lecionadas	46
1.2- As sessões não letivas	48
2- Análise ao inquérito realizado aos alunos sobre a utilização das TIC.....	50
2.1- Caraterização da turma	51
2.2- Contribuição da utilização e integração das TIC para a participação.....	52
2.3- Apreciação dos alunos sobre as aulas lecionadas	54
3- Análise das entrevistas aos docentes do grupo disciplinar de economia.....	56
3.1- Enquadramento pessoal e profissional.....	57
3.2- Formação em TIC e NEE.....	58
3.3- Utilização e integração das TIC.....	59
3.4- A Prática docente	60
3.5- Disponibilidade de meios na escola.....	63
Capítulo V - Reflexões e Sugestões para Investigações Futuras	67
1-Reflexão	67
2- Limitações e sugestões para investigações futuras	69
Considerações Finais.....	70
Referencias.....	72
Webgrafia.....	75
Legislação consultada	80
Índice de Autores	84
Anexos e Apêndices.....	86

Índice de Ilustrações

Ilustração 1: Objetivos europeus e nacionais para a modernização da educação	17
Ilustração 2: Eixos de atuação e principais projetos do Plano Tecnológico da Educação	17
Ilustração 3-Imagem emblemática do Concelho de Santana	31
Ilustração 4-Entrada da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral	32
Ilustração 5-Planta da EBS de Santana	34
Ilustração 6 – Número de alunos distribuídos pelas diferentes ofertas formativas da Escola B+S de Santana	36

Índice de Gráficos

Gráfico 1-Género dos alunos da turma	37
Gráfico 2-Distribuição da idade por faixa etária da turma.....	37
Gráfico 3 - Composição do agregado familiar dos alunos da turma.....	38
Gráfico 4 - Atividades preferidas da turma.....	38
Gráfico 5 - Acessibilidade da turma às tecnologias	39
Gráfico 6 – Opinião da turma acerca da sua participação.....	51
Gráfico 7- Razões apontadas pela turma para a não participação.....	52
Gráfico 8- Opinião da turma sobre a promoção da sua participação	52
Gráfico 9– Opinião da turma acerca da utilização do PowerPoint/Prezi	53
Gráfico 10 - Opinião da turma sobre a utilização do vídeo	54
Gráfico 11- Opinião da turma sobre a utilização da internet para trabalhos de pesquisa.....	54
Gráfico 12- Opinião da turma sobre as atividades desenvolvidas na sala de aula.....	55
Gráfico 13-Opinião do grupo disciplinar sobre a utilização e integração das TIC	60
Gráfico 14-TIC utilizadas pelo grupo disciplinar	61
Gráfico 15-Opinião do grupo disciplinar sobre a acessibilidade da internet na escola	64

Índice de Tabelas

Tabela 1-Descrição geral das instalações da Escola B+S de Santana.....	35
Tabela 2-Elenco modular da disciplina de economia	41
Tabela 3-Cronograma da disciplina de economia.....	41
Tabela 4-Enquadramento pessoal e profissional dos docentes entrevistados	57
Tabela 5-Formação dos docentes do grupo disciplinar em TIC	58
Tabela 6-Aquisição da formação do grupo disciplinar	59
Tabela 7-Opinião do grupo disciplinar sobre a relevância profissional da formação em NEE.....	59
Tabela 8-Opinião do grupo disciplinar sobre a utilização do computador na prática docente	60
Tabela 9-Opinião do grupo disciplinar sobre as mudanças operadas nos alunos com a introdução das TIC.....	62
Tabela 10-Opinião do grupo disciplinar sobre a importância atribuída à introdução das TIC na sala de aula.....	62
Tabela 11-Opinião do grupo disciplinar sobre os desafios atuais para os docentes na integração das TIC em contexto pedagógico	62
Tabela 12-Equipamentos informáticos na EBS de Santana.....	63
Tabela 13-Formação em TIC dinamizada pela EBS de Santana	64
Tabela 14- Classificação atribuída pelos docentes à cultura escolar relativamente às TIC	65

Índice de Anexos

Anexo 1 – Matriz curricular dos Cursos Profissionais do Ensino Secundário	87
Anexo 2 – <i>Email</i> da turma do Curso Profissional de Restauração	88
Anexo 3 – <i>Site</i> da turma do Curso Profissional de Restauração	89

Índice de Apêndices

Apêndice 1 - Comunicado aos encarregados de educação da turma do Curso Profissional de Restauração	90
Apêndice 2 – Diário de campo.....	91
Apêndice 3 – Inquérito de caracterização dos alunos em IPP III	97
Apêndice 4- Inquérito por questionário realizado aos alunos em IPP IV	101
Apêndice 5 – Entrevista aos docentes do grupo 430	104
Apêndice 6 – PES: Grelha de observação dos alunos.....	106
Apêndice 7 – PES: Grelha de observação do trabalho de grupo.....	107
Apêndice 8 – PES: Grelha de observação da participação dos alunos	108
Apêndice 9 – PES: Grelha de observação da apresentação dos trabalhos de grupo	109
Apêndice 10 – PES: Planificação de médio prazo do Módulo 6	110
Apêndice 11 – PES: Plano da aula 21 e 22	114
Apêndice 12 – PES: Plano da aula 23 e 24	116
Apêndice 13 – PES: Plano da aula 25 e 26	118
Apêndice 14 – PES: Apresentação da aula 21 e 22 e atividade prática	120
Apêndice 15- PES: Apresentação em Prezi da aula 23 e 24	133
Apêndice 16- PES: Atividade prática da aula 25 e 26	134

“ A integração das novas tecnologias na educação deve fazer-se no quadro de um reforço que dá profissionalidade docente e uma nova organização das escolas”

António Nóvoa (2008)

Siglas e Acrónimos

ANQEP: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

CC: Centro de Competência

CEI: Currículo Específico Individual

CNE: Conselho Nacional de Educação

CIAE: Cimeira Ibero - Americana de Educação

DRE: Direção Regional de Educação

ECAE: Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos

ECRIE: Equipa de Computadores, Rede e Internet nas Escolas

EE: Educação especial

EBS de Santana: Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral

ERTE: Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas

FORJA: Formação de Jovens para a Vida Activa

IPP III- Iniciação à prática profissional III

IPP IV: Iniciação à prática profissional IV

IVA: Informática para a Vida Activa

MINERVA: Meios Informáticos no Ensino: Racionalização Valorização
Actualização

NEE: Necessidades Educativas Especiais

OCDE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

PA: Professor A

PB: Professor B

PC: Professor C

PCT: Projeto Curricular de Turma

PEE: Projeto Educativo de Escola

PEI: Plano Educativo Individual

PIT: Plano Individual de Transição

PTE: Plano Tecnológico de Educação

RAM: Região Autónoma da Madeira

TIC: Tecnologias da Informação e da Comunicação

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

“Para nos tornarmos bons professores precisamos de muito tempo e de compreender que aprender a ensinar é o processo de uma vida.”

(Arends, 2008)

A complexidade tecnológica que caracteriza as sociedades atuais coloca à escola constantes desafios enquanto entidade responsável por potencializar nos alunos as competências indispensáveis à comunicação no mundo que os rodeia, bem como à compreensão do mesmo. Assim, o desenvolvimento tecnológico assume, cada vez mais, um papel inovador e transformador na atual sociedade. Esta condição é particularmente evidente ao nível da comunicação e do acesso à informação, mas não se cinge apenas nestas vertentes, de fato a potencialidade que as novas tecnologias trazem para a educação é a produção de conhecimento.

Deste modo, a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam-se, no contexto educacional, como instrumentos de elevada importância para as práticas pedagógicas. No entanto, por si só, o recurso às TIC não é um indicador de uma pedagogia inovadora ou até profícua, visto que a sua integração educativa implica mudanças a nível da filosofia educativa, isto é, no ato de ensinar e de aprender, tal como demonstraremos mais à frente.

Considerando a importância que a utilização dos recursos tecnológicos possui para a aquisição das aprendizagens dos alunos em geral e em particular dos alunos com NEE, este estudo, visou evidenciar a importância das TIC, enquanto recursos potenciadores para a participação dos alunos e para as aprendizagens significativas, considerando que o desenvolvimento da sua participação possibilita uma maior facilidade a nível da sua integração social e futuro desempenho profissional.

O professor deverá, por isso, auxiliar os discentes no seu processo de aprendizagem, tanto ao nível da inserção das TIC no processo de ensino, como na produção de diferentes recursos que sejam adequados às particularidades dos alunos e aos objetivos que se pretendem atingir, contribuindo deste modo com práticas diversificadas para o desenvolvimento do sucesso escolar dos alunos.

Com vista à prossecução dos objetivos supramencionados, o presente relatório encontra-se alicerçado no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional IV (IPPIV) do Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade, sendo constituído por quatro capítulos.

O primeiro capítulo é dedicado à contextualização do estudo aqui desenvolvido, abordando para o efeito as razões e motivações para a referida escolha, realçando as questões e objetivos da investigação, a metodologia de investigação utilizada, mais precisamente a investigação qualitativa e as propostas didático-pedagógicas, desenvolvidas mediante a utilização das TIC, com vista à promoção da participação oral dos alunos.

No segundo capítulo, de carácter mais teórico apoiado na pesquisa bibliográfica realizada, procura, num momento inicial, refletir sobre a importância da integração das TIC no ensino, analisando de imediato de que forma em Portugal ocorreu/ocorre esta integração. Segue-se posteriormente uma clarificação do conceito de NEE e o respetivo enquadramento legislativo das NEE em Portugal.

Fundamental, é também compreender de que forma as TIC trazem melhorias para o processo educativo dos alunos com NEE, pelo que este é o ponto seguinte. De seguida, efetuou-se uma abordagem ao trinómio professor, NEE e ensino profissional, procurando salientar as idiossincrasias da ligação entre estas três realidades, e, por fim, um breve enquadramento sobre a participação dos alunos. Neste capítulo salienta-se a necessidade dos professores operarem uma mudança de paradigma educacional relativamente à introdução e integração das TIC na aprendizagem, sua importância e necessidade. Subjacente a esta mudança encontra-se a premissa máxima do papel que cabe ao professor, isto é, ensinar a aprender na diversidade e diferenciação pedagógica, numa escola que promova a igualdade de oportunidades e de sucesso aos seus alunos e onde os professores sejam capazes de refletir sobre as suas práticas e procurar soluções apropriadas às necessidades de cada um.

O terceiro capítulo deste relatório é dedicado à contextualização do estudo relativa à prática de ensino supervisionada (PES) e respetivo campo de atuação, com a apresentação do meio, espaço, turma, disciplina e módulo, bem como a apresentação das planificações e o desenvolvimento do trabalho realizado.

Seguidamente, e, por fim, foi realizada uma análise dos resultados obtidos decorrentes da aplicação dos inquéritos aos alunos e aos docentes do grupo de economia e contabilidade sobre o reconhecimento das potencialidades das TIC.

Termina-se com uma síntese do trabalho desenvolvido, propondo algumas questões para futura investigação em particular para aferição da utilização e integração pedagógica das TIC na RAM.

Capítulo I – Contextualização do Estudo

Este capítulo procurou efetuar um enquadramento do contexto geral e particular do trabalho desenvolvido no âmbito da IPP IV e, deste modo, iniciou-se, justificando a escolha do tema e as questões de investigação daí decorrentes, bem como os objetivos que se pretendem atingir, com as metodologias e as propostas delineadas com vista a sua persecução.

1-A Escolha do tema

Foram várias as motivações que levaram à escolha do tema, desde logo, pelas observações feitas nas aulas de economia do curso profissional de restauração onde, durante a prática letiva realizada, no âmbito da unidade curricular Iniciação à Prática Profissional III (IPP III), foi possível verificar a falta de participação dos alunos. Mas também as características socioeconómicas, culturais, familiares e individuais da turma.

Os alunos apresentavam, dificuldades ao nível da leitura, escrita, compreensão, interpretação, sendo ainda perceptível a escassez de autonomia apresentada por alguns dos alunos, persistindo igualmente a falta de empenho e interesse, evidenciados nas aulas observadas, ausência de métodos de estudo e de trabalho, falta de responsabilidade, concentração e de atenção. Algumas destas particularidades eram características individualizadas de alguns alunos, outras aqui identificadas persistiam cumulativamente, nomeadamente em três alunos que são acompanhados pela educação especial desde o primeiro ciclo, com uma problemática diagnosticada no âmbito das dificuldades de aprendizagem, dificuldades cognitivas e problemas emocionais.

Ainda, decorrente das observações realizadas, foi possível perceber que a prática letiva corrente, na escola, no que aos cursos profissionais diz respeito, em relação à utilização das novas tecnologias, apresentava, ainda, alguns constrangimentos em relação às exigências que a atual sociedade do conhecimento impõe, agravado pelo fato, de existirem na turma alunos com NEE, numa clara alusão à pertinência da escola inclusiva, o que, levou a averiguar acerca das motivos/causas para esta situação, contribuindo para a mudança de paradigma educacional e organizacional.

Concomitantemente concorreu para a escolha do tema, os resultados apresentados pelo inquérito efetuado aos alunos durante o trabalho realizado, no âmbito da IPP III.

Assim, decorrente da reflexão perante a problemática apresentada pela turma surgiu, a intenção de utilizar e integrar as TIC no âmbito do desenvolvimento da PES e, desta formulou-se a questão inicial: “Como potenciar a participação dos alunos com necessidades educativas especiais na disciplina de economia de um curso profissional?”, imbuída no pensamento de que mudar as práticas de sala de aula é um desafio a abraçar (Ponte, 2002a).

A reflexão e a investigação sobre a prática é um processo que contribui para o conhecimento, desde logo, porque proporciona aos professores investigadores a construção desse mesmo conhecimento, contribuindo claramente para ao seu desenvolvimento profissional. Por outro lado, o envolvimento diligente dos professores pode beneficiar as escolas a que estes docentes pertencem, pois ao reformular as suas formas de trabalho, estão igualmente a promover uma mudança na cultura institucional da escola (Ponte, 2002b).

2-Questões de investigação

Acreditando que a utilização das TIC pode fomentar atitudes participativas, dinâmicas e ativas na sala de aula, e decorrente da formulação da questão inicial, outras se lhe seguiram com o objetivo de orientar todo o projeto de investigação:

- ✓ Como tornar o ensino da disciplina de economia mais estimulante para os alunos da turma do Curso Profissional de Restauração?
- ✓ Como utilizar as TIC para promover a participação e o envolvimento dos alunos em especial os alunos com NEE na disciplina de economia?
- ✓ Como é vista a utilização das TIC pelos docentes do grupo disciplinar de economia na escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral?

Assim sendo, adotou-se metodologias onde as TIC pudessem ser um recurso de apoio, para o desenvolvimento de uma maior participação dos alunos, na sala de

aula, demonstrando-se o seu contributo para o processo de ensino aprendizagem para os alunos em geral e em particular para os alunos com NEE.

3-Objetivos de investigação

Resultante das questões formuladas, definiu-se como objetivos gerais desta investigação:

- De que forma as TIC podem potenciar a participação dos alunos, que ferramentas selecionar e como as utilizar.

- Conhecer as conceções e práticas dos professores do grupo de economia e contabilidade sobre o uso das TIC, porquanto pelas observações realizadas esta não é uma prática usual.

Definidos os objetivos gerais, delineou-se igualmente objetivos mais concretos em relação ao estudo a desenvolver:

- Promover a utilização das TIC tanto no contexto de sala de aula como fora;
- Estimular a motivação, o envolvimento e o interesse no estudo da disciplina;
- Fomentar o trabalho em equipa;
- Promover a autoestima a autonomia e a responsabilidade;
- Incentivar a utilização e integração das TIC, na prática educativa dos docentes do grupo de economia e contabilidade;
- Sensibilizar os órgãos diretivos da escola para a importância da integração das TIC no processo de ensino aprendizagem de todos os alunos.

Tendo em atenção os objetivos aqui definidos, no âmbito da utilização das TIC, foi realizada uma ação pedagógica contemplando duas linhas de atuação: uma relativa ao desenvolvimento das aulas a lecionar (6 tempos letivos) e outra relativa às atividades desenvolvidas em aulas extra-curriculares (5 sessões de 90 minutos), descrevendo-se a mesma no Capítulo IV.

Em virtude, da impossibilidade de utilização dos tempos escolares destinados à disciplina de economia, foi, necessário coordenar a disponibilidade de horário dos alunos com a disponibilidade das salas de informática.

Comunicou-se aos encarregados de educação os dias e horas das respetivas sessões. (Apêndice 1).

4-Metodologia e instrumentos de recolha de dados

Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se a uma investigação do tipo qualitativa¹, centrada mais no processo do que nos resultados, (Bogdan & Biklen (1994) a qual incidiu nas estratégias com o recurso às TIC, utilizadas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada (PES), na utilização das grelhas de observação, na análise documental, nos inquéritos aos alunos e nas entrevistas que foram realizadas aos docentes do grupo disciplinar de economia.

Bogdan & Biklen (1994) defendem que a utilidade da perspectiva qualitativa incide essencialmente na crença de que todas as pessoas têm a potencialidade de se modificarem mas também de modificarem o meio, transformando-se, deste modo, em agentes de mudança.

Recorrer a uma metodologia qualitativa significa para estes autores:

(...) “ricos pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” (,,,) onde as questões são, “formuladas com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural” (p.16).

Também para estes autores, a investigação qualitativa possui como características:

- 1) a fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados;
- 2) os dados que o investigador recolhe são essencialmente de carácter descritivo em forma de palavras ou imagens;
- 3) os investigadores que utilizam metodologias qualitativas interessam-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados;
- 4) os investigadores tendem analisar os dados de forma indutiva;
- 5) o investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências (p.47-51).

A abordagem qualitativa necessita que o investigador desenvolva empatia em relação aos indivíduos sujeitos à investigação, devendo por isso procurar compreender as situações apresentadas e interpretá-las de forma imparcial. Neste sentido, o registo no Diário de Campo (Apêndice 2) é essencial, tendo em atenção que se refere ao “relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (p.150).

Foram igualmente realizados dois inquéritos por questionário aos alunos. O primeiro, aplicado no primeiro semestre durante a IPP III, destinado à caracterização da turma (Apêndice 3), por se considerar importante conhecer e entender a realidade

¹ Também designada na investigação em educação por “naturalista” (Bogdan & Biklen, 1994, p.17).

dos alunos, os seus comportamentos, as suas atitudes e aspirações e o segundo, direcionado para a investigação do estudo aqui desenvolvido, que teve como objetivo recolher a opinião dos alunos após a lecionação das aulas no segundo semestre (Apêndice 4).

Segundo Bell (2008) “O objetivo de um inquérito é obter informações que possam ser analisadas, extrair modelos de análise e fazer comparações” (p.26).

Assim, o questionário apresentado aos alunos foi dividido em três partes: a primeira orientada para a caracterização geral dos alunos e análise dos próprios acerca da sua participação; na segunda parte, pretendeu-se perceber de que forma a utilização de diferentes TIC, foram consideradas pelos discentes como potenciadoras da sua participação, e, finalmente, procurou-se a avaliação das atividades desenvolvidas e análise das perspetivas dos alunos em diferentes contextos em relação à utilização das TIC. Optou-se ainda, pela utilização de questões codificadas e de escolha múltipla, mas também de resposta aberta, permitindo respostas espontâneas que não fossem condicionadas pelas opções apresentadas.

Aquando da entrega do questionário, o mesmo foi lido e explicado, para assim garantir que todos compreendiam as questões colocadas.

Relativamente à entrevista realizada aos três professores do grupo disciplinar de economia (Apêndice 5) seguiu-se a linha de pensamento de Bogdan & Biklen (1994), onde a entrevista semiestruturada é entendida como um “meio de recolha de dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (p.134) e ficar com “a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos” (p.135). Assim sendo, considerou-se que a entrevista semiestruturada era a que melhor se enquadrava em relação aos objetivos propostos e a abordagem qualitativa.

Seguindo a perspetiva de Afonso (2005), deve construir-se um guião da entrevista, pois este é um instrumento de gestão da entrevista semiestruturada, devendo ser construído a partir das questões da pesquisa e organizado por objetivos, questões ou tópicos. Assim, para a elaboração da entrevista, considerou-se igualmente pertinente a criação de várias categorias, das quais surgiram posteriormente as questões que permitissem uma análise mais pormenorizada.

Com o intuito de efetuar o registo da participação dos alunos elaborou-se, várias grelhas de observação (Apêndices 6, 7, 8 e 9), que se constituem também como elementos fundamentais para a análise da intervenção efetuada.

Foi também realizada uma consulta aos documentos oficiais da escola - Projeto Educativo e Projeto Curricular², de onde se retirou a informação necessária para caraterizar o meio e a escola.

5- Estratégias e propostas didático pedagógicas

De acordo com Roldão (2009), ensinar, é facilitar o trabalho de aprender autonomamente, é organizar e apresentar conteúdos e colocar questões que levem os alunos a pensar, ou seja, ensinar consiste em “desenvolver uma ação especializada, fundada em conhecimentos próprios, de fazer com que alguém aprenda alguma coisa que se pretende e se considera necessária” (p.14).

Neste desiderato, o professor profissional “é aquele que ensina não apenas porque sabe, mas porque sabe ensinar”, ora, “a função de ser professor” e de “saber ensinar” (Roldão, 2011, p.248), numa ação que se quer de fato estratégica, coloca o enfoque nos alunos e nos conhecimentos, e assim sendo, é ser capaz de orientar de forma intencional e organizada ações de ensino que promovam o interesse e o desafio nas aprendizagens através de atividades relevantes e motivadoras para os alunos, que conduzam a uma efetiva apreensão de conhecimentos.

Procurando cumprir os pressupostos atrás descritos, adotou-se estratégias que motivassem os alunos a envolverem-se nas suas próprias aprendizagens, desenvolvendo a sua autonomia e iniciativa, com vista a uma maior adaptação a diferentes ritmos e estilos de aprendizagem individuais.

Assim, numa orientação para a utilização de metodologias ativas, centradas nos alunos, contemplou-se várias formas de trabalho baseadas em ações de natureza diversa, de modo a tornar as aulas de economia mais dinâmicas e com isso promover uma participação ativa dos alunos, através de:

- Utilização do PowerPoint/Prezi;
- Visualização e análise de vídeos;
- Realização de fichas de trabalho consubstanciadas em atividades práticas com a utilização do PowerPoint;

² Consultados através da página oficial da escola: <http://www.ebs-santana.pt/>

- Realização de pesquisa, investigação e tratamento de informação para a realização do trabalho (a pares) com recurso à internet;
- Exposições orais;
- Utilização do quadro interativo;
- Realização de jogos didáticos;
- Criação de uma conta de *email* e construção de um site para a turma.

Considerando que o estudo foi realizado numa turma do curso profissional de restauração, na disciplina de economia, evidenciou-se a utilização das TIC de forma a desenvolver técnicas de trabalho no domínio da pesquisa, do tratamento e apresentação da informação, no desenvolvimento da capacidade de trabalho individual e em grupo, favorecendo a interiorização de valores de tolerância, solidariedade e cooperação, e promover a educação para a cidadania, para a mudança e para o desenvolvimento.

Relativamente à diferenciação pedagógica³, esta foi concretizada através do acompanhamento e prestação de apoio diferenciado na realização das atividades propostas e na adequação das questões às especificidades dos alunos, em particular para os alunos com NEE, numa “diferenciação pedagógica inclusiva” (Sanches, 2005, p.132).

³ Como forma de entender, sentir e praticar o processo de ensino aprendizagem, isto é, procurar dar resposta às necessidades individuais e cada aluno em sala de aula (Santos, L., 2009).

Capítulo II – Enquadramento Teórico

A nova geração de alunos possui a seu dispor uma infinita gama de possibilidades de interação, comunicação e obtenção de informação, num ambiente cada vez mais globalizado. Neste sentido, as TIC seduzem crianças, jovens e adultos que, através dos recursos disponibilizados pela Internet, conseguem manter uma comunicação rápida e instantânea, o que, representa um desafio ao qual a escola e os professores deverão dar resposta. Se adicionarmos à equação a necessidade de atender à individualidade de cada um, é essencial, e, decisivo que, na dimensão educacional, ocorram mudanças no processo de ensino aprendizagem.

Parafraseando Azevedo (2015) “Nenhum aluno pode ser deixado para trás! É preciso renovar os processos pedagógicos e a organização das escolas” (p.1).

Neste capítulo pretendeu-se, fazer uma revisão bibliográfica sobre a integração das TIC no ensino, aludindo à escola inclusiva e à relação e prática pedagógica dos professores face à utilização e integração das TIC em sala de aula, realçando a importância do papel da escola como entidade capaz de dar resposta aos desafios que se impõem a todos os jovens, nesta que é, atualmente, chamada a sociedade do conhecimento. Para isso, procurou-se, inicialmente, salientar a importância de uma prática de integração pedagógica, totalmente, arredada, daquilo que é o ensino tradicional, seguida, de uma abordagem aos programas e projetos relacionados com a introdução das TIC em Portugal e ao enquadramento do conceito de NEE e da legislação afeta.

De seguida, realçou-se a importância da integração e utilização das TIC, em relação aos alunos com NEE, ao ensino profissional e à formação de professores, porquanto estas conceções não poderão estar desenraizadas entre si. Efetuando por último, um enquadramento sobre a participação.

1- A Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação e o ensino

Miranda (2007) alude ao termo Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como “a conjugação da tecnologia computacional ou informática com a tecnologia das telecomunicações e tem na Internet e mais particularmente na World Wide Web (www) a sua mais forte expressão” (p.43).

A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação surge em quase todos os aspetos da nossa vida, seja ela de cariz profissional ou pessoal. Elas trouxeram uma nova forma de pensar, de agir, de interagir, de aprender e de influenciar não só a forma de comunicar, mas também a integração e inclusão de pessoas. A generalidade da literatura (Carneiro, 2001; Ponte, 2002; Castells, 2004; Garcia, 2005) reconhece que nenhum aluno deve ser deixado para trás quando está em causa o uso e manipulação das tecnologias digitais (Ruivo & Mesquita, 2010) em especial porque na atual sociedade de informação o domínio e a generalização das TIC são indicadores do sucesso educativo dos alunos (Ruivo, 2005).

Neste contexto, é importante refletir sobre o contributo das tecnologias de informação e comunicação para o processo educativo e, nesse sentido, justificar a pertinência deste estudo.

A atual mudança tecnológica estendeu-se a todas as áreas do conhecimento e a educação não é exceção, logo, é fundamental que as TIC funcionem como molas propulsoras e recursos dinâmicos de forma a intensificar a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas tanto em sala de aula como fora dela.

Muitas vezes, a visão generalista do que são TIC e do seu contributo para a educação, passa, por considerá-las apenas como ferramentas que permitem um acesso fácil à informação ou como formas mais apelativas de apresentar conteúdos, embora estas premissas sejam reais não são absolutas.

De fato, as TIC, no contexto educativo, deverão ser encaradas como instrumentos de transformação e produção de conhecimento, de trabalho colaborativo e de novas formas de interação (Ponte, 2002a), contribuindo deste modo para uma verdadeira inovação pedagógica⁴, numa perspetiva de “condução planeada de novas práticas pedagógicas com recurso a novos materiais ou tecnologia tendo como objetivo a melhoria do processo educativo” (Costa, 2013, p. 72).

⁴ Aqui vista como uma prática pedagógica que privilegia a atitude reflexiva e o pensamento crítico em relação às práticas tradicionais. (Costa, 2013).

Perante esta realidade, as mudanças de metodologias atualmente exigidas ao professor põem em causa os métodos tradicionais de estruturar, desenvolver e acompanhar a aprendizagem. Os discentes devem, por isso, ser estimulados a obter, gerir e criar o seu próprio conhecimento e, assim, cabe aos professores serem os elementos impulsionadores desta mudança. Nestes deve assentar a arte para refletir de uma forma ativa, consciente e crítica acerca das suas conceções e práticas (Costa, Rodriguez, Cruz & Fradão, 2012, p.15), perante a nova equação do processo educativo.

Também Patrocínio, (2002) destaca a importância das TIC como instrumento para a mudança reflexiva e alerta para a capital alteração pedagógica da sua utilização e conseqüente necessidade de formação dos professores consonante com o paradigma emergente.

A revolução potenciada pelo uso do computador, na sala de aula, é, sem sombra de dúvida, um pilar na transformação da dinâmica da prática pedagógica, o mesmo autor salienta que “ a utilização educacional do computador é um excelente *leit motiv* para pensar inovação e mudança em educação” (p.74).

A este propósito também Ponte (1997), nos diz que o computador "altera as relações que mantemos com o mundo à nossa volta. Não é exagero pensar que o computador virá a influenciar decisivamente, e quiçá de formas inesperadas, a maneira de viver e de pensar a sociedade de amanhã” (p.24).

A escola tem, um papel fundamental para educação/formação e desenvolvimento de cidadãos dotados de um perfil conducente com as exigências da sociedade moderna, perfilhando os seus objetivos para que as tecnologias se tornem uma ferramenta para o exercício da cidadania.

Nesta perspectiva e segundo o Livro Verde para a Sociedade de Informação (1997, p.39), “a escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação de cidadãos aptos para a sociedade da informação e deverá ser na escola que se deve centrar a intervenção para se garantir um caminho seguro e sólido para o futuro.”

É, por isso fundamental que, enquanto agentes educativos, possamos equacionar e refletir sobre quais as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação e de que forma estas devem ser utilizadas em ambiente escolar.

Para que as TIC promovam mudanças, no processo educativo, devem ser usadas não como máquinas para ensinar ou aprender, mas como ferramentas

pedagógicas para criar um ambiente interativo que proporcionem a possibilidade de construir o próprio conhecimento (Ruivo, 2005), proporcionando aos alunos novas dinâmicas numa visão inovadora do processo ensino aprendizagem.

Neste âmbito, o professor abandona o papel de mero transmissor de conhecimento para se tornar um orientador do processo educativo, permitindo, que o ensino esteja centrado nos alunos, enquanto elementos ativos e envolvidos na sua aprendizagem. Esta mudança de paradigma tem subjacente uma visão construtivista do ensino⁵, onde as TIC ajudam os alunos a pensar e a resolver problemas, mas também a interagir e a colaborar com os outros (Costa, Rodriguez, Cruz & Fradão, 2012).

Tal como temos vindo a sustentar, não é suficiente “integrar pontualmente as TIC na prática pedagógica - é necessário ter uma visão global do papel que estas tecnologias podem desempenhar em todo o processo educativo e da respetiva fundamentação pedagógica” Ponte (2002a, p.21).

Deste modo, é importante saber tirar partido e proveito das TIC, que aplicadas ao serviço dos alunos e dentro de um projeto educativo renovado, contribuem para que se aprenda a aprender. Tal pressupõe que resposta não esteja unicamente na tecnologia mas sim, no que se faz dela. Esta circunstância implica um empenho de todos os que detém responsabilidades na procura de uma escola que consiga formar cidadãos capazes de enfrentar os desafios do presente e do futuro.

1.1-A introdução das TIC no ensino em Portugal

Realçar alguns dos programas e projetos que a nível nacional tem contribuído para a introdução das TIC no processo ensino-aprendizagem é condição essencial para evidenciar a importância da utilização e integração das TIC como prática educativa.

A primeira grande iniciativa política, que teve expressão nacional relativamente à introdução das novas tecnologias no ensino em Portugal, foi, sem sombra de dúvida, a criação do Projeto MINERVA⁶ (Meios Informáticos no Ensino: Racionalização, Valorização, Atualização), envolvendo universidades, institutos politécnicos e escolas de todos os níveis de ensino.

⁵ Como defendem Piaget, Bruner, Vigotsky, Papert e outros autores de inspiração construtivista.

⁶ Formalizado através do Despacho 206/ME/85, vigorou entre (1985-1994).

Patrocínio (2002, p.127) refere, como grandes objetivos deste projeto:

- apetrechar as escolas com equipamento informático;
- formar professores e formadores de professores;
- desenvolver *software* educativo;
- promover investigação e desenvolvimento sobre a utilização das TIC no ensino básico e secundário;
- potenciar as TIC como instrumento de utilização de professores e do espaço escolar;
- desenvolver o ensino das TIC para a inserção na vida ativa.

No relatório elaborado sobre o projeto Minerva, Ponte (1994), salienta que em termos globais “o Projecto Minerva representou fundamentalmente o arranque do processo de transformação da escola tendo em conta a nova realidade cultural que são as tecnologias de informação” (p.44).

No que diz respeito aos resultados essenciais alcançados por este projeto salientamos:

- o estabelecimento de uma visão desmistificada e acessível das tecnologias como ferramentas de trabalho nas escolas;
- o estímulo do desenvolvimento de uma nova cultura pedagógica e profissional, ancorada numa relação professor/aluno mais próxima e colaborativa;
- o desenvolvimento profissional no âmbito das tecnologias de informação;
- e instituiu uma nova dinâmica institucional educativa, sendo indiscutível a sua contribuição inovadora, expressa nos diferentes relatórios elaborados.

Também no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal encontramos uma análise deste projeto referindo que “pela sua longevidade e implantação a nível nacional, o Projecto Minerva foi um marco importante na sensibilização de professores e alunos para as tecnologias de informação e comunicação” (p.45).

Integrados neste projeto, surgiram outros de menor dimensão:

- Projeto IVA⁷ - Informática para a Vida Activa (1989/ 92);
- Projeto Forja⁸ – Formação de Jovens para a Vida Activa – Fornecimento de Equipamentos, Suportes Lógicos e Acções de Formação de Professores (1992/93).

No seguimento do projeto Minerva, surge em 1996 o programa Nónio Século XXI⁹- Tecnologias da Informação e Comunicação, “com objetivos na área da produção, divulgação, utilização e formação no âmbito das TIC “ (Viseu, 2007, p. 39), visando “a melhoria das condições em que funciona a escola e o sucesso do processo ensino-aprendizagem; a qualidade e a modernização da administração do sistema educativo; o desenvolvimento do mercado nacional de criação de software para educação com finalidades pedagógicas e de gestão; a contribuição do sistema educativo para o desenvolvimento de uma sociedade de informação mais reflexiva e participada” (Despacho N°232/ME/96).

Com vista à prossecução dos seus objetivos foram constituídos quatro subprogramas:

- 1) Aplicação e desenvolvimento das TIC, através da introdução de equipamentos em escolas e sua articulação com os Centros de Competência (CC) então criados;
- 2) Formação em TIC destinada, a professores, através do programa FOCO¹⁰ ;
- 3) Criação e desenvolvimento de software educativo, nomeadamente no que diz respeito à gestão e organização educativa, materiais de apoio à utilização e integração das TIC em educação e software educacional;
- 4) Difusão de informação e cooperação internacional, de forma a facilitar o acesso à informação sobre educação em formato eletrónico.

Silva & Silva (2002), salientam que este projeto serviu para “ (...) apoiar e adaptar o desenvolvimento das escolas às novas exigências colocadas pela sociedade de informação: exigências de novas infraestruturas de novos conhecimentos e novas práticas” (p.8).

Através do Despacho n° 15 322/2007 foi criada a Equipa de Computadores, Rede e Internet nas Escolas (ECRIE), extinta pelo Despacho n.º 18871/2008 criando

⁷ Destinado aos alunos do 12º ano que optassem por frequentar a disciplina informática. Formou cerca de 300 professores que trabalharam com cerca de 6000 alunos (Ponte, 1994).

⁸ Integrado no programa FOCO, visava a formação de professores na utilização das TIC (Ponte, 1994).

⁹Publicado através do Despacho N°232/ME/96.

¹⁰ Programa de formação contínua de professores subsidiado pelo Fundo Social Europeu (Ponte, 1994)

a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas¹¹ (ERTE), competindo-lhes atualmente as seguintes áreas de intervenção:

- a) Propor modos e modalidades de integração nos currículos, nos programas das disciplinas e nas orientações relativas às componentes do currículo e componentes de formação da utilização efetiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em todos os níveis de educação e de ensino;
- b) Promover a investigação e divulgar estudos sobre a utilização educativa das TIC em meio escolar;
- c) Propor orientações para uma utilização pedagógica e didática racional, eficaz e eficiente das infraestruturas, equipamentos e recursos educativos à disposição dos estabelecimentos de ensino e de educação;
- d) Conceber, desenvolver, acompanhar e avaliar iniciativas inovadoras e promotoras do sucesso educativo que contemplem, incluam e façam uso das TIC nos estabelecimentos de ensino e de educação;
- e) Conceber, desenvolver, certificar e divulgar recursos educativos digitais para os diferentes níveis de ensino, disciplinas, componentes do currículo e componentes de formação;
- f) Gerir, manter, ampliar e melhorar os repositórios educativos de recursos educativos digitais;
- g) Contribuir para a definição dos termos de referência para a formação inicial, contínua e especializada de educadores e professores na área da utilização educativa das TIC;
- h) Assegurar a participação da DGE junto de instâncias, organismos e instituições internacionais em projetos, iniciativas e órgãos coordenadores transnacionais que envolvam o estudo, a promoção, a avaliação e o uso das TIC na educação (Despacho n.º 10252/2015, p.26543).

Em 2007, surge o Plano Tecnológico da Educação (PTE)¹², que teve como ambição "colocar Portugal entre os cinco países Europeus mais avançados ao nível de modernização tecnológica do ensino" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, p.6566).

Defendendo esta resolução que “é essencial valorizar e modernizar a escola, criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era” (p.6563).

Assim, apresenta como metas fundamentais:

- ligar todas as escolas à Internet em banda larga de alta velocidade;
- atingir um rácio de dois alunos por computador;

¹¹ Atualmente, a ERTE tem definido as suas competências no Despacho n.º 10252/2015.

¹² Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, de 18 de setembro, foi uma das resoluções mais significativas sobre a implementação das TIC em Portugal na educação uma vez “ (...) ao ser o pilar da inclusão digital dos alunos portugueses, a escola incentiva, por essa via, a difusão das TIC junto das famílias portuguesas” (p.6564).

- formar e certificar 90% dos docentes em tecnologias da informação e da comunicação

Tal como podemos observar na ilustração 2, o PTE estabeleceu um conjunto de objetivos, com vista à modernização tecnológica nas escolas.

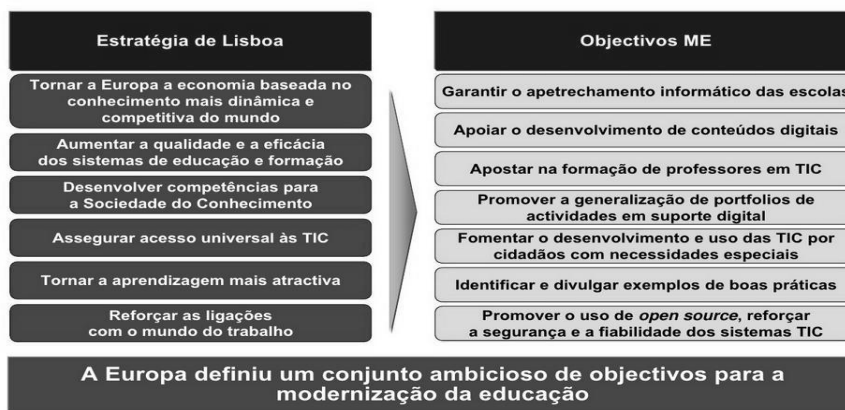


Ilustração 1: Objectivos europeus e nacionais para a modernização da educação

(Fonte: Plano Tecnológico da Educação, Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007)

Desenvolvendo a sua atuação em três eixos fundamentais: Tecnologia, Conteúdos e Formação, criando-se vários projetos, tal como apresentamos a seguir.



Ilustração 2: Eixos de atuação e principais projetos do Plano Tecnológico da Educação

(Fonte: Adaptado Diário da República, I Série, n.º 180 de 18 de setembro de 2007)

Assim, o PTE constitui-se como um meio para:

- a melhoria do ensino e dos resultados escolares dos alunos;
- a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos tecnológicos;
- a modernização das escolas, possibilitando que os estabelecimentos de ensino funcionem em rede e que os professores trabalhem de forma colaborativa.

(Ribeiro, Almeida & Moreira, 2010, pp. 97-98)

A implementação de programas como a “e-escola, e-escolinha”, “e-professor” e “e-oportunidades”, e respetiva distribuição de computadores por alunos e professores do básico ao secundário, converteram-se talvez nas medidas mais visíveis deste plano.

Inserido no PTE foi também regulamentado pela Portaria n.º 731/2009, de 7 de julho¹³, a certificação de competências em TIC a todos os docentes a exercer funções nos estabelecimentos de educação, estabelecendo como objectivos:

- a) Promover a generalização das competências digitais e das competências pedagógicas com o recurso às TIC dos docentes, com vista à generalização de práticas de ensino mais inovadoras e à melhoria das aprendizagens;
- b) Disponibilizar aos docentes um esquema articulado e coerente de formação TIC, modular, sequencial, disciplinarmente orientado, facilmente integrável no percurso formativo de cada docente e baseado num referencial de competências em TIC inovador, inspirado nas melhores práticas internacionais;
- c) Reconhecer aos docentes competências TIC adquiridas fora do quadro jurídico da formação contínua de professores.

(Portaria n.º 731/2009, de 7 de julho, p. 4340)

Também, na vanguarda do papel que cabe às instituições de ensino superior para melhorar as práticas educativas e formativas, têm sido desenvolvidos vários projetos com a colaboração do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa dos quais destaco: o projeto Escol@Digit@l¹⁴ e o projeto DILIA¹⁵.

As TIC têm, ao longo das últimas décadas vindo a fazer parte da vida de alunos, de professores e da sociedade em geral. Dotar as escolas de hardware e de software tem sido, a par da formação de professores, uma preocupação das políticas públicas, de modo a oferecer aos jovens a formação necessária para a sociedade de informação e do conhecimento. É inegável o esforço desenvolvido para a introdução e utilização das TIC na educação e nas escolas, todavia evidencia-se ainda algumas dificuldades na utilização das suas potencialidades em meio escolar. (Paiva, 2002; Peralta e Costa, 2007; Miranda, 2007; Pedro, 2011; Sousa, 2013).

¹³ Alterada pela Portaria n.º 224/2010 de abril de 2010, incluindo a educação especial no elenco de opções do curso de formação contínua em ensino e aprendizagem com TIC.

¹⁴ Este projeto tem como propósito central promover a utilização das tecnologias digitais na vida das escolas. Retirado de:

http://www.ie.ulisboa.pt/portal/page?_pageid=406,1700525&_dad=portal&_schema=PORTAL

¹⁵ Literacia Digital de Adultos: Tendo como destinatários, formadores, animadores, técnicos superiores de educação e técnicos da área social inseridos em contextos de formação formal e não formal que, em Portugal, intervêm na mediação e concretização de ações dirigidas a públicos tipicamente mais excluídos da sociedade da informação. Retirado de: http://lidia.ie.ulisboa.pt/?page_id=42.

Importa então questionar o que não está a funcionar? Não só no que diz respeito à dotação de equipamentos e infraestruturas nas escolas, capazes de responder ao desafio que a tecnologia nos trouxe, mas também, relativamente à formação e acompanhamento nesta área, à gestão organizacional das escolas, enfim, à cultura escolar no que à integração das TIC diz respeito, que permitam aos professores fazer um uso eficaz das TIC de uma forma pedagógica, sistemática e planeada.

2- O conceito de Necessidades Educativas Especiais e a educação inclusiva

“Deixai-me viver e aprender, como sou e com todos os meus amigos!”

(Sanchez & Teodoro, 2006, p.65)

O conceito de necessidade educativa especial, “*special educational needs*” é apresentado pela primeira vez em 1978, no relatório da investigadora Mary Warnock, onde se entende que um aluno com NEE é aquele que apresenta:

qualquer incapacidade (física, sensorial, intelectual, emocional, social ou um a combinação destas, que afeta a aprendizagem a tal ponto, que são necessários alguns ou todos os meios de acesso ao currículo adaptado ou especial), isto é, condições de aprendizagem adequadas para que possa beneficiar de uma educação eficaz (Warnock p.41).

Passámos de um conceito onde a educação especial era entendida para alunos com dificuldades originadas por algum tipo de deficiência para um, mais amplo onde fosse igualmente abrangido os alunos que, em algum momento do seu percurso escolar apresentassem dificuldades. Para além da alteração na terminologia adotada, a introdução deste novo conceito implicou desde logo uma visão socialmente menos discriminatória, uma vez que defendia a integração como “o princípio que enuncia a educação não segregada de deficientes e não deficientes”, numa “escola para todos” (Madureira & Leite, 2003, p.24), cabendo à escola oferecer e proporcionar as mesmas oportunidades e condições de acesso e de sucesso educativo.

No parecer destes autores uma criança tem necessidades educativas especiais quando estamos perante “(...) situações onde são evidentes dificuldades na aprendizagem (...), exigindo um atendimento especializado de acordo com as características específicas do aluno” (p.31).

Na mesma linha de pensamento, Correia (2008), entende que alunos com NEE são “aqueles que por exibirem determinadas condições específicas¹⁶ podem necessitar de serviços de educação especial durante, parte ou todo o seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e socio emocional” (p. 45).

Podemos, então, concluir que é do entendimento atual que ter um aluno com NEE não significa necessariamente a existência de uma deficiência física ou intelectual, porque qualquer indivíduo, em determinado momento, pode precisar de apoio para que consiga ultrapassar as suas dificuldades. A disseminação deste entendimento é essencial, porquanto reflete o atendimento a todos.

Não é possível falar em alunos com necessidades educativas especiais sem falar em “educação inclusiva¹⁷” e falar em educação inclusiva é falar da Declaração de Salamanca (1994)¹⁸, como o documento que estabeleceu os princípios, as políticas e as práticas pelos quais se devem orientar os diferentes governos em matéria de necessidades educativas especiais, na sequência e defesa de princípios já anteriormente estabelecidos por várias entidades e organismos¹⁹.

Refere então a Declaração de Salamanca que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades (pp.11-12).

Deste modo, podemos concluir que perpassa deste princípio um novo entendimento sobre o papel das escolas em relação aos alunos com NEE. Cabe,

¹⁶ Correia (2006), define condições específicas como o “conjunto de problemáticas relacionadas como autismo, a deficiência mental, a deficiência visual, os problemas motores, as perturbações emocionais graves, os problemas de comportamento, as dificuldades de aprendizagem, os problemas de comunicação, a surdo-cegueira, a multideficiência e outros problemas de saúde”(…) considerando que aos serviços de educação especial cabe prestar um “conjunto de serviços especializados (do foro educacional, terapêutico, psicológico, social e clínico)” (p. 249), capazes de responder às necessidades especiais dos alunos.

¹⁷ Optou-se pelo termo educação inclusiva na esteira de Carvalho (2007) que aponta este termo como mais abrangente do que escola inclusiva.

¹⁸ Elaborada pela Conferência Mundial sobre a Educação Especial, realizada em Salamanca, em colaboração com a UNESCO na qual participaram 92 países (Portugal incluído) e 25 organizações internacionais.

¹⁹ Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, Convenção da ONU sobre os da Direitos da Criança em 1989; Conferência Mundial sobre a Educação para Todos em 1990 e as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência em 1993.

então, à escola, enquanto instituição, transformar-se em prol da inclusão. Este é também de acordo com Carvalho (2007, p.22) o entendimento de diversos autores como Rodrigues, (2006); Hegarty (2006); Canário (2006) e Ainscrow (2001).

Desde a Declaração de Salamanca, outras organizações europeias e internacionais procuraram através das suas declarações de referência, a colaboração e coresponsabilização dos diferentes agentes educativos, lutando pela defesa e promoção da inclusão enquanto direito inalienável e universal.

Decorrentes dos princípios, atrás enunciados pela Declaração de Salamanca, todas, as escolas, devem respeitar a diversidade e as características dos seus alunos e evoluírem para uma escola: “para”, “com” e “de” todos (Carvalho, 2007, pp.31-32) numa orientação para a educação de qualidade.

Ruivo (2006) defende que escola deve procurar a “qualidade total” (p.100), onde se desperte a curiosidade, o interesse pela pesquisa e o desejo de saber mais. Onde a escola ensine, porque aprende e onde o respeito, a tolerância, a cooperação, a equidade e solidariedade sejam práticas naturais. Onde a promoção da autonomia, da interação e da diferenciação positiva sejam alicerçadas na integração de novas abordagens, e onde o respeito pela diversidade seja um atributo da sua cultura. Estas e outras qualidades fazem com que a escola no dizer de Ruivo (2006) “exclua a exclusão e inclua a inclusão” (p.101).

Podemos concluir que a educação inclusiva abrange toda uma cultura organizacional, baseada numa filosofia de inclusão, apoiada por políticas, estruturas e regulamentos que proporcionem a toda a comunidade educativa e não educativa progredir na inclusão, criando as respostas necessárias ao desenvolvimento de cada aluno com a efetiva participação de todos.

2.1- Enquadramento legislativo da Educação Especial em Portugal

É a partir da democratização da sociedade Portuguesa e da influência dos movimentos internacionais expressos em documentos como a *Public Law 94-142* (1975) ou o *Warnok Report* (1978) (Azevedo & Nogueira, 2010), que a integração de alunos com deficiências no sistema educativo passa a ter uma maior expressão e evolução, determinando, conforme atesta a Constituição da República Portuguesa, nos artigos 71.º a 74.º, os direitos fundamentais da educação e a igualdade de oportunidades (Rodrigues & Nogueira, 2011).

Com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (1986)²⁰, assiste-se a modificações com o intuito de assegurar uma educação integrada “às crianças com necessidades educativas específicas, devidas designadamente a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades” (art. 7.º), passando então a educação especial a estar enquadrada no sistema geral de educação, apoiando o ensino regular em função das necessidades de cada aluno.

Em 1988, surge a oficialização das Equipas de Educação Especial²¹, que tinham como função o “despiste, observação e encaminhamento, desenvolvendo atendimento direto, em moldes adequados, de crianças e jovens com necessidades educativas decorrentes de problemas físicos e psíquicos” (Correia 1997, p. 27).

É, no entanto, no ano de 1991, que surge o suporte legal com impacto significativo no sistema educativo relativamente ao apoio a alunos com NEE, que frequentem estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, pondo em prática os princípios consagrados na LBSE, formalizado pelo Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto.

Em primeiro lugar, porque tornou clara a responsabilização da escola para a educação de crianças com NEE, e, em segundo lugar, porque introduziu princípios e conceitos inovadores, nomeadamente o conceito de alunos com NEE, abandonando o conceito de alunos deficientes, agora com base em critérios pedagógicos substituindo as categorizações do foro médico até então utilizadas.

Este normativo privilegiava, igualmente a integração dos alunos com NEE na escola regular, introduzindo o conceito de “meio menos restritivo possível” (MMRP). À escola era pedido a procura de respostas e práticas educativas eficazes, numa clara alusão à sua responsabilização, também esta, extensiva aos progenitores, conferindo-lhes direitos e deveres no que diz respeito à educação dos seus descendentes. É também neste normativo que se estabelece a “individualização de intervenções educativas através de Planos Educativos Individualizados (PEI) e de

²⁰A Lei n.º46/86 de 14 de outubro, consigna direitos, responsabilidades, condições, objetivos, estruturas e finalidades no que à educação das pessoas com NEE diz respeito, numa perspetiva de "escola para todos", baseando o conceito de alunos com Necessidades Educativas Especiais em critérios pedagógicos.

²¹ Através do Despacho conjunto 36/SEAM/SERE/88.

Programas Educativos (PE)²² (Correia, 2015, p.14), sendo estes fundamentais para responder às necessidades educativas destes alunos.

O Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 de agosto, vem salvaguardar que os alunos com NEE têm que cumprir a escolaridade obrigatória.

A nível internacional surgiram vários alicerces fundamentais para o enquadramento e implementação de uma escola inclusiva, como as recomendações da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990)²³ e a referida Declaração de Salamanca (1994), defendendo a implementação de medidas políticas e orçamentais que devem “conceder a maior prioridade ao desenvolvimento dos respetivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais” (Declaração de Salamanca, p. viii, ix).

Nesta diretiva, em Portugal, o Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho²⁴ consagra a orientação para a educação inclusiva e cria as Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos (ECAE), preconizando o atendimento a todos, numa visão de mudança no contexto de ensino aprendizagem, no currículo, nos valores, nas mentalidades e nas práticas (Lima-Rodrigues *et al.*, 2007).

Ainda neste ano, com a alteração da LBSE através da Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, surge as alterações na qualificação dos professores para a docência em Educação Especial (EE) (art. 33.º, ponto 1).

Seguiu-se a Reforma Curricular implementada através do Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro, estabelecendo os princípios orientadores da organização e gestão curricular e definindo, pela primeira vez, na legislação portuguesa, o conceito de NEE de carácter permanente²⁵, curiosamente numa conceção mais restrita que a anteriormente preconizada pelo Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto.

²² Os artigos 15.º e 16.º definem respetivamente as diretrizes relativas à elaboração do PEI e do PE.

²³ Aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, define uma orientação nova e ousada em matéria de educação, ao afirmar que todas as pessoas – crianças, jovens e adultos – devem poder beneficiar de oportunidades na esfera da educação, tendo em vista satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem.

²⁴ Alterado pelo Despacho n.º 10856/05 de 13 de maio.

²⁵ Diz-nos o artigo 10.º que “consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagem, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves de personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde”.

O Decreto-lei 3/2008, de 7 de janeiro²⁶, consagra as respostas aos alunos/as com NEE, identificando as medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com NEE de carácter permanente:

- a) Apoio pedagógico personalizado;
- b) Adequações curriculares individuais;
- c) Adequações no processo de matrícula;
- d) Adequações no processo de avaliação;
- e) Currículo específico individual;
- f) Tecnologias de apoio (Art. 16.º).

No preâmbulo deste documento podemos ler que “Constitui desígnio do XVII Governo Constitucional promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino” (...), numa clara promoção e preocupação pela escola democrática e inclusiva, visando a equidade educativa, isto é, “garantia de igualdade quer nos acessos quer nos resultados” (...), onde “o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade” (p. 154).

Igualmente na Região Autónoma da Madeira (RAM) estas diretrizes têm sido tidas em conta, vindo a reforçar o papel da EE, através do Decreto Legislativo Regional 33/2009/M de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da educação especial, transição para a vida adulta e a reabilitação das pessoas com deficiência ou incapacidade da RAM.

Em 19 de fevereiro de 2015 é publicado no Diário da República, através da Resolução n.º 17/2015, a aplicação das recomendações do conselho nacional de educação relativamente ao enquadramento legal da EE, alterando o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, no que se refere a medidas educativas.

3- As TIC e as Necessidades Educativas Especiais

De acordo com o que se tem vindo a afirmar, uma escola inclusiva deve dar uma resposta educacional às necessidades de aprendizagem específicas de cada aluno.

Correia (2015) afirma que a utilização das TIC "vai reduzir as incapacidades e desvantagens desses alunos, melhorando a sua integração escolar e social" (p.108), o que está de acordo com o preconizado pela Declaração de Salamanca.

²⁶ Alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, nomeadamente os artigos 1.º, 4.º, 6.º, 23.º, 28.º, 30.º e 32.º do Decreto - Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

A utilização do computador como uma “ferramenta de trabalho com a qual o professor pode utilizar diversos cenários de ensino e aprendizagem” (Papert, 1994, p. 3) proporciona, atividades interessantes, desafiadoras e que favorecem a construção do conhecimento.

Também, Zulian e Freitas (2001) consideram que “o computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contacto com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro” (pp.4-5).

Na verdade, existem muitos estudos europeus e internacionais que apoiam e defendem os benefícios resultantes da utilização das TIC na educação, evidenciando melhorias na participação e desempenho dos alunos. O relatório *Necessidades Educativas Especiais na Europa da Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais (AEDNEE)*, de 2003, indica que o acesso às TIC “pode reduzir as desigualdades na educação e que as TIC podem ser um instrumento poderoso no apoio à inclusão educativa (p.44).

Alertando ainda para a necessidade de políticas, projetos e programas que: promovam uma formação generalizada e especializada sobre a utilização das TIC pelos professores; assegurem a todos os alunos um equipamento de hardware e de software adaptado; promovam a investigação, a inovação e o intercâmbio de informação e a partilha de experiências; sensibilizem a comunidade educativa e a sociedade em geral sobre as vantagens das TIC na educação dos alunos com necessidades educativas especiais (pp.44-45).

Sendo as tecnologias educativas e a inclusão duas prioridades necessárias para responder às exigências educacionais, os esforços para a sua conjugação nos múltiplos contextos educativos surgem naturalmente como uma prioridade.

Também a Declaração de Lisboa da Cimeira Ibero - Americana de Educação, realizada em Lisboa (CIAE 2009), salienta que as tecnologias da informação e comunicação alteraram o modo como a educação pode promover a criação e a transmissão do conhecimento e “suscitam desafios éticos que devem ser orientados pelos princípios de equidade, da solidariedade e do respeito pela diversidade” (p.1)

Correia (2008) defende que a qualidade de vida dos alunos com NEE melhora quando as TIC são usadas na educação destes alunos. Para o mesmo autor, a utilização das TIC em diferentes experiências escolares, pelos alunos com NEE

pressupõe dois grandes objetivos curriculares “aumentar a eficiência dos alunos no desempenho de tarefas académicas ou do dia-a-dia e desenvolver capacidades para aceder e controlar tecnologias com determinado nível de realização. Tal, permitirá diminuir as incapacidades e desvantagens destes alunos, aumentando a sua integração escolar e social” (p.108).

Nesta ótica, a formação dos profissionais de educação assume-se como uma prioridade. “A formação tem de incidir não só sobre a utilização da tecnologia mas também sobre a sua integração pedagógica na sala de aula. Para além da contextualização teórica, os professores devem ser confrontados com exemplos concretos de aplicação nas suas áreas disciplinares para que possam ver como interagir os recursos e as ferramentas, como dinamizar a sua exploração, que papel desempenhar na aula” (Carvalho, 2007 p. 27).

Também Correia (2008) alude no mesmo sentido, referindo que no caso de alunos com NEE, a formação dos professores deveria ser de cariz obrigatório, salientando que esta é essencial para os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa de forma a melhorar o seu conhecimento sobre a problemática dos alunos e perceber qual a melhor forma de atuar, bem como, compreender qual o papel das tecnologias na educação destas crianças (p.38).

O processo não é simples e implica, como já anteriormente aludimos, a uma mudança de paradigma, senão vejamos, os professores antes de ensinar a aprender, terão que aprender a ensinar com as novas tecnologias, e esta é, sem sombra de dúvida, a questão elementar da utilização e integração das TIC no processo educativo.

O desenvolvimento generalizado do acesso e utilização eficaz das TIC para apoiar o processo de ensino aprendizagem, seguramente consagrará aos alunos com NEE maiores aprendizagens e melhores condições de vida. Estas permitem auxiliar o desenvolvimento do seu projeto de vida, facilitando o relacionamento interpessoal com os seus pares e adultos, a sua autonomia e integração social, a sua formação académica, e a subsequente entrada no mercado de trabalho, tornando-se, por isso, recursos fundamentais, para a integração e inclusão.

4- O Ensino Profissional, os Professores e as NEE

A revisão curricular que levou à introdução dos cursos profissionais no ensino secundário, surgiu, após um conjunto de medidas iniciadas nos anos 80, altura em que acontece o “relançamento do ensino técnico-profissional” (Azevedo, 2014, p. 2).

A qualificação profissional é agora vista como parte integrante dos objetivos da política educativa, sendo necessário reduzir a taxa de escolarização, de insucesso e de abandono escolar.

O Decreto-Lei n.º 74/2004²⁷, de 26 de março, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens do ensino secundário de educação que, pela Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de maio, consagra às escolas secundárias a possibilidade de oferecerem como oferta formativa, cursos do ensino profissional, de forma, a capacitar os jovens com qualificações capazes de responder às exigências do mercado de trabalho.

A matriz curricular dos cursos profissionais é, então, definida pelo Decreto-Lei n.º 139/2012²⁸ posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho. (Anexo 1)

Ao longo destes últimos anos, tem-se assistido a uma forte aposta no ensino profissional, como podemos comprovar pela observação efetuada pelo Conselho Nacional de Educação (2014).

Entre 2004/2015-2013/2014, verificou-se um crescimento de 220% (CNE, 2014, p.78), possibilitando acima de tudo uma opção direcionada para o trabalho, assente numa vertente de ensino mais prático e orientado para as necessidades laborais que a sociedade impõe, procurando ainda dar resposta uma resposta convergente com os projetos desenvolvidos no plano internacional (Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em matéria de Educação e Formação (EF2020) e o Projecto Metas Educativas 2021, aos quais Portugal também aderiu (Costa, 2013), reforçando a eficácia dos sistemas de educação e formação.

²⁷ Alterado pelo Decreto-lei n.º 24/2006, efetuando reajustamentos no regime de avaliação e certificação dos cursos de nível secundário.

²⁸ Definindo no artigo 16.º, ponto 2 os três tipos de componentes de formação para os Cursos Profissionais: uma componente de formação sociocultural que visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos; uma componente de formação científica, que visa a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e aptidões de base do respetivo curso e; uma componente técnica que visa a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e aptidões de base do respetivo curso. Posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho.

Nesta perspetiva, é igualmente fundamental, que, para que sejam atingidos os objetivos e competências previstos nos cursos profissionais, se faça uma apropriação adequada da utilização e integração das TIC nos respetivos processos de ensino e aprendizagem.

Na procura de novas formas de inovação e de atuação pedagógica os professores terão que, para além da “profunda mudança de mentalidades”, (Moraes, 1996, p.67), diversificar estratégias, propor desafios, estar atentos aos diversos elementos que despertem o interesse nos alunos e que lhes possibilitarão a simplificação da aquisição do conhecimento.

Corroborando Patrocínio (2002), ao professor caberá “constituir-se como um portal humano para os seus alunos” (p.72) e deste modo, enquanto agente educativo deve mobilizar as TIC com o intuito de melhorar o processo ensino aprendizagem complementando e equilibrando estas com os restantes recursos existentes nas escolas.

Pelo exposto, podemos inferir que a forma de agir do professor é fundamental para que os processos inovadores aconteçam.

Neste contexto, a utilização das TIC na educação permite:

- 1) Enriquecer e aprofundar a aprendizagem ao longo do currículo usando as TIC como suporte no trabalho de grupo, no trabalho individual e no reforço da aprendizagem de todos os alunos;
- 2) Adquirir confiança e prazer no uso das TIC, familiarizando-se com as aplicações do dia-a-dia, sendo capazes de avaliar as potencialidades e as limitações das mesmas;
- 3) Encorajar a flexibilidade e a abertura necessárias para aproveitar e tirar partido das mudanças tecnológicas e, ao mesmo tempo, alertar para as implicações/consequências éticas quer para o indivíduo quer para a sociedade;
- 4) Criar nos alunos autonomia e responsabilidade pela sua própria aprendizagem e dar-lhes oportunidade de decidirem da pertinência, ou não, da utilização das TIC na realização dos seus projectos;
- 5) Apoiar os alunos com necessidades educativas especiais para que se tornem independentes e desenvolvam interesses e aptidões;
- 6) Proporcionar aos alunos interessados o estudo da computação e de sistemas informáticos para a resolução de problemas.

Belchior *et al.* (1993, p.15)

Tal como nos diz Rodrigues (2001) “a formação dos professores e o seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integrativas positivas nas escolas” (p.103).

De fato, é a atitude e o conhecimento destes profissionais que pode causar uma verdadeira inserção e inclusão dos alunos com NEE. Quando o professor se

sente pouco competente para ensinar alunos com NEE, terá com certeza tendência para desenvolver atitudes menos positivas, que se traduzem numa menor interação e atenção a estes alunos. O aluno, por sua vez, terá mais dificuldades para resolver tarefas propostas, o que reforçará as expectativas negativas do professor (Rodrigues, 2001).

5- A Participação dos alunos

Ponte e Serrazina (2004) defendem a importância da comunicação entre professores e alunos para a aprendizagem num ambiente onde os intervenientes se sintam à vontade. Assim, a afinidade que os jovens sentem pela tecnologia pode ser o fulgor que falta para dinamizar a participação dos alunos com NEE na sala de aula e, deste modo o incentivo à utilização do computador, de vídeos, jogos ou da internet para fazer pesquisa, esclarecer dúvidas, recordar conteúdos ou apenas comunicar com o docente e com os pares, é facilitado pelos referidos meios. Esta facilitação não aqui vista como tornar fácil, mas sim, como tornar acessível ou mesmo possível contribuir para a própria aprendizagem.

De acordo com Eriksson, Welander e Granlund (2007), a participação e a aprendizagem estão diretamente relacionadas, bem como participação e o envolvimento dos alunos em todo o contexto escolar. De fato, ao analisarmos o documento sobre a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF (2004, p.16), podemos confirmar que a definição de participação se refere ao envolvimento numa situação de vida. Deste modo, encontramos alunos cuja não participação e não envolvimento nas tarefas/atividades educativas são uma constante, tornando-se um dos problemas com que os professores se deparam em sala de aula, que muito contribui para a insatisfação tanto de alunos como de professores.

Segundo Estanqueiro (2010), a participação dos alunos nas aulas aumenta o seu interesse, e neste âmbito a utilização das TIC e a realização de trabalhos de grupo são estratégias que reforçam a motivação e promovem a aprendizagem e o desenvolvimento de competências para a sua vida pessoal e profissional.

Assim, a utilização das TIC durante o processo de aprendizagem deve ser alvo de atenção e cuidado, perspetivando os objetivos a atingir e as competências a desenvolver, em particular, no que diz respeito, aos alunos com NEE.

Atualmente considera-se, que a utilização do computador, em sala de aula, é essencial para o processo educativo. Este, aliado à internet permite aos alunos novas

formas de obter informação, mas também configurações para a elaboração e apresentação de trabalhos que os ajudem a superar algumas das suas dificuldades. A utilização destas ferramentas torna as aulas mais atrativas e possibilitam aos alunos uma maior interatividade e participação.

Assim, no rumo para uma educação inclusiva, a participação dos alunos independentemente das suas características e necessidades é algo que deve estar nas prioridades de uma escola.

Capítulo III – Descrição do Contexto da Prática de Ensino Supervisionada

Este capítulo é dedicado à apresentação do contexto geral e particular onde decorreu a prática de ensino supervisionada (PES). Inicia-se este capítulo efetuando uma caracterização do meio, da escola, da turma cooperante, do curso e da disciplina. Por último apresenta-se as planificações de médio e curto prazo, abordando a seleção de conteúdos, as estratégias e métodos de ensino, materiais auxiliares, e formas de avaliação implementadas, bem como a calendarização dos diversos momentos do processo de ensino aprendizagem.

1- Caracterização do meio da PES



Ilustração 3-Imagem emblemática do Concelho de Santana
(Fonte: Página oficial da Câmara Municipal de Santana²⁹)

Santana é um concelho marcadamente rural, de grande dispersão populacional, localizado na costa norte da ilha da Madeira e dista cerca de 40 quilómetros do Funchal. Tendo por base os Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística, a cidade de Santana conta com 7 719 residentes. Na sua grande maioria, a população ativa subsiste dos serviços relacionados com o turismo e restauração, tendo a atividade agrícola ainda grande peso na economia familiar.

Exemplo da importância deste setor no concelho é a existência de vários projetos locais, alguns dos quais dinamizados dentro do concelho, como a Feira Agrícola de Santana, que se realiza todas as semanas de sexta a domingo, onde os agricultores locais vendem os seus produtos à população em geral; o projeto Madeira Agrícola, gerido pela empresa municipal Terra Cidade, que tem como objetivo apoiar

²⁹ <http://www.cm-santana.com/pt/visite-nos/como-chegar>

o desenvolvimento da produção regional e da qualificação e profissionalização do setor.³⁰ Também o projeto Produtos da Madeira visa, apoiar de forma integrada os agricultores para a comercialização articulada dos seus produtos representativos do concelho (anona, batata-doce, semilha (batata), inhame, maçarocas, abacate, pimpinela, limão, etc.) tendo atingido em 2011 e 2012 cerca de 200.000,00€³¹. De igual modo, na caracterização efetuada à turma, foi possível verificar que grande parte dos agregados familiares dos alunos, subsistiam da agricultura.

Não tão longe como noutros tempos, o concelho acompanhou o ritmo de desenvolvimento sentido nos últimos vinte anos em toda a Região Autónoma da Madeira, mas, ainda assim, persistem problemas que devem merecer novas respostas políticas, sociais e económicas. Apesar de ter existido, nos últimos anos uma maior aposta na formação dos jovens e na captação de investimento, a agricultura como já referido, concentra grande parte da população do concelho, com especial incidência para os que têm menos habilitações e mais idade.

Nos últimos anos, atividades relacionadas com alguma pequena indústria, pequeno comércio, prestação de serviços e turismo têm vindo a ganhar maior expressão. Atualmente, são visíveis, alguns investimentos, mas falta ainda a esta localidade uma maior diversidade em todo o sector dos serviços que seja capaz de assegurar níveis aceitáveis de qualidade aos investidores mais exigentes. De fato, a atratividade económica do concelho é diminuta, embora exista um esforço da autarquia local para reverter esta situação, consubstanciada na atribuição ao concelho do galardão de Reserva da Biosfera pela UNESCO em 2011.

2- Caracterização da Escola



Ilustração 4-Entrada da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral
(Fonte: Portal Net Madeira)³²

³⁰ <http://www.cm-santana.com/pt/areas-de-atuacao/agricultura>

³¹ <http://santanamadeirabiosfera.com/pt/2012-04-08-23-24-26/economia/madeira-agricola/comercializacao>

³² <http://www.netmadeira.com/noticias/madeira/artigo/117259-escola-secundria-de-santana-organiza-semana-da-sade>

A Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral (EBS de Santana) surgiu em 1981 pela Portaria n.º 118/81 de 24 de setembro, tendo sido então designada por Escola Preparatória de Santana. Inaugurada a 11 de outubro de 1982, iniciou o ano letivo de 1982/1983 com o 5.º e 6.º ano de escolaridade.

A 12 de janeiro de 1984 passou a ser a designada Escola Preparatória Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, colocando esta destacada figura eclesiástica, nascida no Concelho, como patrono. A escola foi crescendo gradualmente e em 1994 iniciaram-se as aulas do Ensino Secundário. Hoje é cada vez mais uma escola aberta para o exterior, não se limitando a ser única e exclusivamente um local específico para a lecionação.

Uma população melhor instruída torna-se mais proativa, com capacidade de se valorizar e de valorizar o meio em que se insere tornando-o mais apelativo e próspero, deste modo a EBS de Santana, tem tido um papel fundamental no combate à iliteracia e à redução do insucesso escolar, preparando melhor a população do concelho possibilitando uma “escolarização a um leque mais alargado da população” (Projeto Educativo da Escola, 2010-2014, p.10).

Neste sentido, a escola tem vindo, paralelamente ao ensino regular, a possibilitar aos alunos o prosseguimento dos estudos, através da criação/implementação de Percursos Curriculares Alternativos (PCA), Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Adultos, cumprindo assim o regime jurídico da oferta formativa estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º17/2005/M e na Portaria n.º 80/2008 de 27 de junho, alterados, respetivamente, pelas Portarias n.º 72/2011 e 74/2011 e pela Portaria n.º 74-A/2013 de 15 de fevereiro (Projeto Curricular (2015/2016) da EBS de Santana, p.6)³³.

A opção por estas modalidades de ensino emerge da indispensabilidade de facultar a inclusão, acautelando a exclusão escolar e social, numa clara adesão expressa no Projeto Educativo da Escola (PEE)³⁴, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, fundamentalmente no que à educação diz respeito (art.º 26.º), pelo respeito dos princípios estabelecidos na Constituição da República Portuguesa e pela implementação dos princípios e objetivos contemplados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

³³ Disponível em <http://www.ebs-santana.pt>

³⁴ Disponível em <http://www.ebs-santana.pt>

Tal como evidenciado na nota introdutória do PEE, a EBS de Santana assume-se, como:

uma resposta às necessidades decorrentes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando para a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho(p. 5)

Com a introdução de novas oportunidades de formação, tem sido conseguida uma redução considerável do abandono escolar precoce e conseqüentemente, por vezes a conclusão do ensino obrigatório. Simultaneamente, têm sido estabelecidos protocolos com instituições públicas e privadas do concelho de modo a possibilitar a inclusão dos alunos em contexto formativo.

No âmbito dos programas europeus, a escola contempla parcerias com diferentes escolas de diferentes países, as quais têm possibilitado que vários docentes e alunos do concelho tenham experienciado visitas de intercâmbio no estrangeiro.

2.1- Caracterização dos espaços e equipamentos da EBS de Santana

A escola não apresenta um edifício único como se pode ver na figura abaixo, é formada por um conjunto de instalações (tabela 1) e equipamentos que completa a maior parte das necessidades da comunidade escolar.



Ilustração 5-Planta da EBS de Santana

(Fonte: Projeto Educativo da EBS de Santana)

1	1º Pavilhão Recepção; Serviços administrativos, Órgãos de gestão e direção, Salas de professores; Sala de reuniões; Bar dos professores e Gabinete técnico de informática.
2	2º Pavilhão - Cantina; Gabinete do ensino especial; Serviços de psicologia e orientação; Arrecadações e salas de aula.
3	3º Pavilhão Sala de recursos; Arrecadações e Salas de aulas.
4	4º Pavilhão - Bar e sala de convívio dos alunos; Associação de estudantes; Arrecadação; Papelaria; Laboratórios, Salas de informática e Salas de aula, Auditório.
5	Campo exterior de jogos.
6	Pavilhão gimnodesportivo.
7	Piscina, para a prática de modalidades aquática.
8	Entrada dos alunos, envolvida por uma área ajardinada, o que lhe confere um ambiente mais acolhedor e agradável.

Tabela 1-Descrição geral das instalações da Escola B+S de Santana

(Fonte: Elaboração própria com base na planta da Escola - PEE (2010-2014))

Relativamente aos equipamentos audiovisuais, como sendo vídeo projetores e material informático, será, ainda, necessário apetrechar melhor as salas de aula, de forma a poder utilizar as novas tecnologias da informação e comunicação no contexto da sala aula, no processo de ensino-aprendizagem. Seria, assim, proveitoso adquirir mais quadros interativos, vídeo projetores, assim como telas para projeção.

Chama-se aqui particularmente a atenção para o fato de a biblioteca ter apenas um único computador disponível para a utilização dos alunos, pelo que, seria pertinente dotar esta de equipamentos informáticos em número adequado, permitindo, com isso, um acesso facilitado a todos os alunos. Esta situação é especialmente pertinente por subsistirem ainda situações em que os alunos não possuem acesso às novas tecnologias de informação e comunicação nos seus ambientes familiares. Contudo, já no decorrer da prática de ensino supervisionada IV ocorreram melhorias no que diz respeito à dotação de equipamentos tecnológicos, nomeadamente a escola adquiriu recentemente cinco quadros interativos, equipando, deste modo uma sala em cada pavilhão destinado às aulas.

2.2- Os professores e alunos na EBS de Santana

A escola contou no ano letivo 2015/2016 com a colaboração de com 114 docentes³⁵ e 1 formador externo, para dar resposta a cerca de 523 alunos distribuídos pelas diferentes ofertas formativas tal como se apresentado na ilustração 6.

³⁵ Por indicação dos serviços administrativos, atualmente encontram-se 16 docentes em regime de mobilidade em outras escolas/instituições, pelo que os docentes a exercer funções na escola são 98.

NÍVEIS	N.º ALUNOS/ FORMANDOS
2.º Ciclo – Ensino Básico Regular	96
3.º Ciclo – Ensino Básico Regular	136
3.º Ciclo - Percurso Curricular Alternativo	10
Ensino Secundário	185
Cursos Profissionais	58
Educação e Formação de Adultos (EFA)	38
Total:	523

Ilustração 6 – Número de alunos distribuídos pelas diferentes ofertas formativas da Escola B+S de Santana

(Fonte: Projeto curricular da escola 2015/2016, p.13)

A criação/implementação de Percursos Curriculares Alternativos, Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Adultos visa dar respostas adequadas aos alunos, emergente da indispensabilidade de facultar a inclusão, acautelando a exclusão escolar e social (Projeto Educativo da EBS de Santana de Santana)

2.3- Educação Especial na EBS de Santana

Com vista a facilitar a inclusão e contribuir para o esbatimento de diferenças nos alunos, o serviço de Educação Especial (EE) existente na escola tem como função apoiar as dificuldades dos alunos com necessidades educativas especiais, procurando parcerias com todos os intervenientes no processo educativo. O objetivo primordial do professor da EE na escola é colocar o aluno com necessidades educativas especiais (NEE) num patamar de igualdade em relação aos outros no acesso à aprendizagem e ao sucesso escolar. Os alunos abrangidos pela educação especial, possuem um Programa Educativo Individual (PEI), onde se encontram definidas as medidas educativas a aplicar. Relativamente aos alunos da turma cooperante com NEE e de acordo com o professor de educação especial que os acompanha, estes possuem apoio pedagógico personalizado e adequações no processo de avaliação ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 33/2009/M de 31 de dezembro .

3- Caracterização da turma do Curso Profissional de Restauração

Para poder realizar uma caracterização da turma, torna-se necessário efetuar o seu enquadramento socioeconómico, cultural, académico e individual, identificando dificuldades e características específicas dos alunos que muito podem influenciar/condicionar o processo de ensino aprendizagem. Deste modo, tornou-se importante a realização de um inquérito, no âmbito da unidade curricular de IPP III, possibilitando, assim, uma intervenção mais específica e adequada no sentido de conseguir para todos os alunos aprendizagens bem sucedidas, respeitando as individualidades e atendendo à diferenciação existente na turma. Apresenta-se aqui algumas das informações pertinentes para a Caracterização da turma.

Constituída por 10 alunos, na turma do Curso Profissional de Restauração, prevalecia o género feminino, (Gráfico 1), apresentando uma média de idades de 18,2 anos, tal como observado no Gráfico 2.

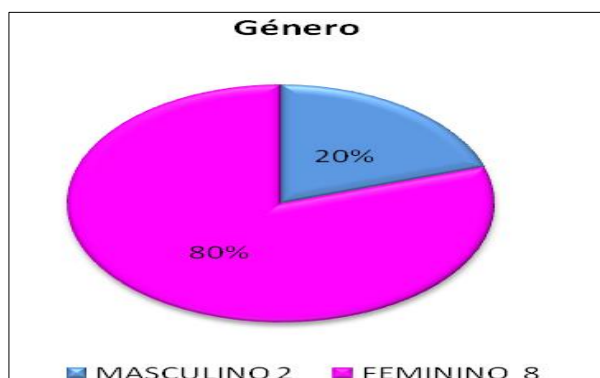


Gráfico 1-Género dos alunos da turma

(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito de IPP IV)

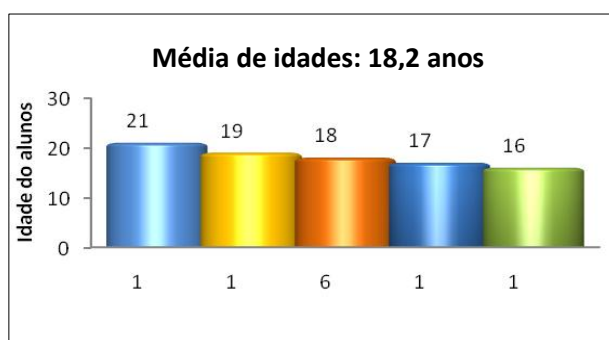


Gráfico 2-Distribuição da idade por faixa etária da turma

(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito de IPP IV)

A turma possuía três alunos com NEE no âmbito das dificuldades de aprendizagem, dificuldades cognitivas e problemas emocionais, tendo os alunos definido no seu PEI, apoio pedagógico por parte da EE, desde o primeiro ciclo e adequações curriculares no processo de avaliação. A par destas problemáticas, na sua globalidade a turma apresentava traços de personalidade com características introvertidas, tímidos e com fraca autoestima.

Ainda, em relação ao contexto familiar (Gráfico 3) apenas 40% dos alunos viviam com os pais. Os restantes 60%, encontravam-se divididos em igual percentagem (30%), a residir com outros familiares ou apenas com a progenitora derivado ao falecimento de um dos progenitores ou desunião familiar.

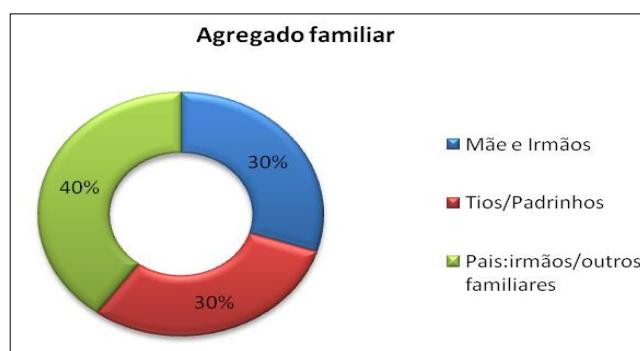


Gráfico 3 - Composição do agregado familiar dos alunos da turma
(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito de IPP III)

Quarenta por cento dos alunos, referiram-se à pesquisa com recurso à internet como a atividades preferida em sala de aula (Gráfico 4), no entanto, não é de desconsiderar o fato de igualmente só 40% dos alunos possuírem acesso a computador e internet em casa (Gráfico 5), pelo que, as atividades desenvolvidas com recurso às TIC terão que levar em conta esta situação.



Gráfico 4 - Atividades preferidas da turma
(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito de IPP III)

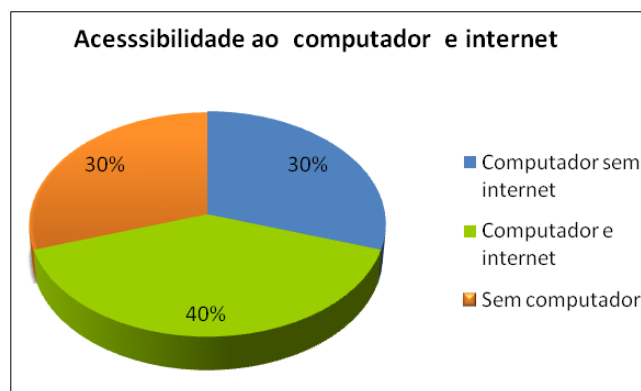


Gráfico 5 - Acessibilidade da turma às tecnologias
(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito de IPP III)

Observou-se que, na sua grande maioria, os alunos não tinham acesso facilitado a computador e internet no seu contexto familiar. Ainda em relação a este assunto, foi possível perceber que não era frequente o recurso às TIC para o desenvolvimento dos conteúdos na aula de economia, nem tão pouco nas restantes disciplinas. Verificou-se existir ainda na escola, constrangimentos operacionais e técnicos, uma vez que as salas equipadas com computadores de acesso à internet estavam habitualmente adstritas à disciplina de TIC. Deste modo, foi necessário equacionar estas situações para o desenvolvimento do trabalho com a turma.

4- Caracterização do Curso Profissional de Restauração

O Curso Profissional de Restauração vai dotar os formandos de uma certificação escolar e profissional de nível 4, permitindo-lhes ainda prosseguir os estudos para o nível superior. Os cursos profissionais apresentam uma estrutura curricular acentuadamente profissionalizante, que integra as componentes de formação sociocultural, científica, tecnológica e prática em contexto de trabalho.

A portaria n.º 74-A/2013 de 15 de fevereiro, estabelece as regras, a organização, o funcionamento, a avaliação e a certificação dos cursos profissionais proporcionados pelos estabelecimentos de ensino existentes de acordo com os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário.³⁶

³⁶ De acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

O referencial de formação em vigor para estes futuros técnicos de restauração³⁷ estabelece como principais funções “planear, coordenar e executar o serviço de restaurante e bar, respeitando as normas de higiene e segurança, em estabelecimentos de restauração e bebidas, integrados ou não em unidades hoteleiras, com vista a garantir um serviço de qualidade e satisfação do cliente (Referencial de Formação, p.2).

5- Caracterização da disciplina de PES

A disciplina de Economia pertence à componente de formação científica do curso profissional de restauração e permite que os alunos desenvolvam conhecimentos, capacidades e atitudes que lhes facilitem a aprendizagem de competências base associadas às qualificações visadas pelos respetivos cursos.

Assim, esta disciplina deverá transmitir um conjunto de conhecimentos humanísticos, científicos e técnicos no sentido de desenvolver as competências vocacionais dos alunos orientadas quer para uma efetiva inserção no mundo do trabalho, quer para o exercício responsável de uma cidadania ativa, tendo o Programa Nacional de Economia dos Cursos Profissionais para o Ensino Secundário (2004) definido como finalidades da disciplina: - proporcionar o conhecimento de conceitos básicos da ciência económica; - promover a compreensão dos fatos de natureza económica, integrando-os no seu contexto mais amplo; - contribuir para a compreensão dos grandes problemas do mundo atual; - desenvolver o espírito crítico e a capacidade de resolver problemas; - contribuir para melhorar o domínio escrito e oral da língua portuguesa; - desenvolver técnicas de trabalho no domínio da pesquisa, do tratamento e apresentação da informação; -promover a utilização das TIC; - desenvolver a capacidade de trabalho individual e em grupo; - fomentar a interiorização de valores de tolerância, solidariedade e cooperação e promover a educação para a cidadania, para a mudança e para o desenvolvimento.

³⁷ Disponível em:

http://www.catalogo.anqep.gov.pt/PDF/QualificacaoReferencialPDF/1541/CP/duplcertificacao/811184_RefCP

5.1- Elenco modular da disciplina de PES

A carga horária total da disciplina de economia é de 200 horas distribuídas por oito módulos, de modo a proporcionar aos alunos uma perspetiva global e transversal do curso profissional de restauração.

Ano	Módulo	Designação	Duração (horas de referencia)
1º	Módulo 1	A economia e o problema económico	18
	Módulo 2	Agentes económicos e atividades económicas	34
	Módulo 3	Mercados de bens e serviços e de fatores produtivos	24
	Módulo 4	Moeda e financiamento da atividade económica	24
2º	Módulo 5	O estado e a atividade económica	24
	Módulo 6	A interdependência das economias atuais	24
	Módulo 7	Crescimento, desenvolvimento e flutuações da atividade económica	28
	Módulo 8	A economia portuguesa na atualidade	24

Tabela 2-Elenco modular da disciplina de economia

(Fonte: Adaptado do programa de economia para os cursos profissionais (2004))

De acordo com o cronograma apresentado na tabela 4, o módulo onde foi desenvolvida a IPP IV refere-se ao módulo 6 – “A interdependência das economias atuais”.

Mês	Módulo 7		Módulo 5			Módulo 6			Módulo 8	
Set.	24	25								
	1;2	3;4								
Out.	1	2	8	9	15	16	22	23	29	30
	5;6	7;8	9;10	11;12	13;14	15;16	17;18	19;20	21;22	23;24
Nov.	5	6	12	13	19	20	26	27		
	25;26	27;28	29;30	31;32	1;2	3;4	5;6	7;8		
Dez	3	4	10	11	17					
	9;10	11;12	13;14	15;16	17;18					
Jan.	7	8	14	15	21	22	28	29		
	19;20	21;22	23;24	25;26	27;28	1;2	3;4	5;6		
Fev.	4	5	11	12	18	19	25	26		
	7;8	9;10	11;12	13;14	15;16	17;18	19;20	21;22		
Mar.	3	4	10	11	17					
	23;24	25;26	27;28	1;2	3;4					
Abril	7	8	14	15	21	22	28	29		
	5;6	7;8	9;10	11;12	13;14	15;16	17;18	19;20		
Maio	5	6	12	13	19	20	26	27		
	21;22	23;24	25;26	27;28		

Tabela 3-Cronograma da disciplina de economia

(Fonte: Elaborado de acordo com as planificações da professora cooperante)

5.2- As Planificações de longo, médio e curto prazo

“Uma boa planificação envolve a distribuição do tempo, a escolha dos métodos de ensino adequados, a criação de interesse nos alunos e a construção de um ambiente de aprendizagem produtivo”

(Arends, 2008, p. 92)

Inspirada em Arends (2008), procurou-se que as planificações tivessem em atenção a construção de aprendizagens significativas, adotando metodologias que melhor se adequassem aos alunos numa ação estratégica de ensinar (Roldão, 2009).

Durante o desenvolvimento das planificações de médio e curto prazo (Apêndices 10, 11, 12 e 13), procurou-se delinear os métodos e as estratégias mais apropriados no desenvolvimento dos conteúdos definidos no programa da disciplina de economia. As aulas lecionadas incidiram sobre o tema da “Integração económica”, levando igualmente em consideração as especificidades da turma e os objetivos a atingir relacionados com as questões de investigação.

Em relação aos conteúdos desenvolvidos nas aulas, pretendeu-se que os alunos compreendessem que, a par da abertura do comércio internacional, se verificou um processo de regionalização como forma intermédia de integração dos países no contexto do sistema mundo. Surgiram, então, diferentes áreas geográficas de integração económica, das quais a União Europeia constitui o exemplo mais acabado.

Para o desenvolvimento do estudo destes conteúdos, privilegiou-se a utilização dos métodos ativo, expositivo e interrogativo, focando as estratégias de trabalho em grupo (pares/equipa), a utilização do vídeo, PowerPoint, Prezi, internet e quadro interativo para a realização das apresentações dos alunos e dos jogos didáticos. A escolha das estratégias e metodologias aplicadas teve em linha de conta melhorar e despertar a participação e o interesse dos alunos para a disciplina.

O trabalho realizado em pares ou em grupo, apresenta-se com inúmeras vantagens, permitindo a troca de opiniões, a melhoria dos conhecimentos individuais, fomentando a cooperação, o diálogo e o respeito pelos outros, bem como a responsabilização e a motivação para a tarefa. (Carita *et al.*, 1997)

Morgado (2003, p.88) salienta igualmente importância de “promover nos alunos o trabalho conjunto visando o seu progresso e o progresso dos seus pares através de trocas e apoios recíprocos”.

Referenciando a utilização das TIC como uma estratégia de ensino aprendizagem, impõe-se perceber que uma das inúmeras vantagens do uso das TIC é, como vimos, na literatura, revisada entre outras a promoção da motivação para a aprendizagem, proporcionando igualmente um ensino diferenciado para todos. Na verdade, todos sabemos que muitas vezes os conteúdos lecionados são apresentados de uma forma formal e rígida, o que não abre espaço para o desenvolvimento de um trabalho onde o professor ensine a aprender, numa visão construtivista do que deve ser o ensino aprendizagem. No enquadramento do estudo aqui apresentado, a verdadeira inovação está, portanto, em utilizar de uma forma pedagógica as TIC através de recursos variados e, com isso, tornar alunos mais participativos e interativos.

Neste sentido, a opção pelas diversas atividades desenvolvidas na aula levou em consideração como já referido, a visualização de vídeos procurando dar expressão pedagógica à sua utilização.

A versatilidade da utilização dos vídeos (introdução, desenvolvimento ou consolidação de conteúdos), permite uma utilização dinâmica da participação dos alunos, promovendo, por exemplo, a reflexão ou o debate sobre os temas abordados. Estanqueiro, (2010) salienta que “o diálogo na aula é, além de mais, uma oportunidade para o aluno desenvolver duas competências de comunicação oral, necessárias para toda a vida: saber escutar e saber falar” (p.40).

Embora a relação entre o jogo e a educação seja antiga, a sua utilização é muitas vezes vista como tendo apenas um carácter lúdico. Arends (2008) salienta que “a utilização de jogos, puzzles e outras atividades convidativas (...) é outra forma de os professores tornarem as aulas interessantes para os alunos (p.157), evidenciando ainda, as exposições orais, os debates e os trabalhos de grupo como métodos que mantêm os alunos interessados no trabalho escola.

Paralelamente, a realização trabalhos de pesquisa permitem “aprofundar conhecimentos e desenvolver competências” (Estanqueiro, 2010, p.87), como a seleção e recolha de tratamento da informação e posterior apresentação oral. Também este autor salienta que a apresentação oral permite o desenvolvimento da capacidade de falar em público, o que, potenciará igualmente o aumento da autoconfiança.

Recorreu-se à utilização de jogos didáticos procurando propiciar aos alunos um ambiente de aprendizagem atrativo e gratificante, considerando que constituindo-

se num recurso poderoso de estímulo para o desenvolvimento integral do aluno, potenciando “a aprendizagem de conceitos, conteúdos e habilidades embutidas no jogo” (Falkembach *et al.*, 2006, p.3).

Também Tarouco (2004), salienta que “Os jogos podem ser ferramentas instrucionais eficientes, pois eles divertem enquanto motivam, facilitam o aprendizado e aumentam a capacidade de retenção do que foi ensinado, exercitando as funções mentais e intelectuais do jogador” (p.1).

Assim, procurando, cumprir os pressupostos atrás mencionados, elaborou-se um jogo (em PowerPoint e realizado em equipa) que, permitisse aos alunos recordar/consolidar os seus conhecimentos, proporciona-se o desenvolvimento de competências sociais, a interação e a participação ativa, averiguando simultaneamente as aprendizagens realizadas.

Um dos mais recentes recursos tecnológicos do ensino - o quadro interativo, trouxe uma nova dimensão tecnológica às escolas, permitindo trabalhar com recursos digitais diversificados (textos, imagens, som, vídeos, ligações a *sites*, etc), beneficiando as apresentações, a acessibilidade e as interações dentro da sala de aula. Fernandes (2009) aponta que o quadro interativo “tem potencial para transformar as aprendizagens, criando novos estilos de aprendizagem estimulados pelo aumento das interações entre professores, alunos, conteúdo programático e a tecnologia em si (...) encorajando o “diálogo e a participação dos alunos (p.19).

Outro aspeto importante tido em atenção, relativamente ao desenvolvimento das aulas com vista à participação dos alunos, prende-se com a atitude do professor na sala de aula. Embora este ponto não seja alvo de atenção neste projeto as atitudes parte integrante para a criação de um bom ambiente de sala de aula (Sprinthall & Sprinthall, 1993, p.365) e, conseqüentemente, para a promoção da participação dos alunos. A título de exemplo, eleva-se o elogio, e as expectativas positivas, acreditando e estimulando as capacidades dos alunos, como aspeto fundamental, para o desenvolvimento de uma relação proficiente com os alunos, o que, no caso em concreto dos alunos com NEE, se apresentou ainda com um maior impacto.

Todas estas atividades foram delineadas para concorrerem para uma nova dinâmica na sala de aula. (entre os alunos, mas também entre os alunos e o professor), favorecendo a motivação e o envolvimento dos alunos e conseqüentemente, a sua participação e a melhoria da qualidade de educação. “ Os

alunos esforçam-se mais, em ambientes cujas tarefas de aprendizagem sejam vistas como agradáveis” (Arends, 2008, p.157).

Tal como referido, no primeiro capítulo, foi igualmente desenvolvido um trabalho extra a lecionação das aulas, que contemplou a criação de um *site*. Arends (2008) salienta que "a interação com simulações informáticas ou a criação de sítios na Web constituem desafios interessantes para os alunos, que os ajudam a manter a atividade mental necessária para processar e aprender informação e ideias com significado" (p.145).

Através da Web 2.0, a Internet apresenta-se como uma ferramenta colaborativa, tanto para alunos como para professores permitindo que sem se saber muito de tecnologia, se possa tornar criador, colaborador, crítico e criativo, disponibilizando gratuitamente on-line os vários recursos.

Na medida em que esta diversificação de métodos e recursos pedagógicos poderá constituir um importante fator de participação, de desenvolvimento de competências e sucesso nas aprendizagens, procurou-se ir ao encontro de uma proposta de ensino com vista à concretização dos objetivos delineados, levando em consideração a diversidade e especificidades dos alunos.

Capítulo IV – Recolha e Tratamento de Dados

Visando o cumprimento da linha de pensamento e estudo desenvolvida neste projeto, iremos apresentar os dados recolhidos relativamente à utilização e integração das TIC para a promoção da participação dos alunos em geral e em particular dos alunos com NEE. Desta forma, inicia-se este capítulo efetuando a descrição das aulas lecionadas, apoiadas nas grelhas de observação dos alunos, referindo igualmente o desenvolvimento das sessões extracurriculares. De seguida apresenta-se os dados recolhidos através do questionário realizado aos alunos e a análise das entrevistas aos professores do grupo disciplinar de economia. Termina-se efetuando uma conclusão do trabalho desenvolvido.

1- As aulas da PES

Como já anteriormente referido as aulas lecionadas ocorreram na disciplina de economia, módulo 6 – “A interdependência das economias atuais” no tema “a integração economia”. Neste sentido, as aulas decorreram de acordo com a planificação da professora cooperante que contemplou para o desenvolvimento destes conteúdos, 6 tempos letivos, quatro dos quais foram coincidentes com as aulas assistidas pela Professora orientadora.

1.1-As aulas lecionadas

Iniciou-se a reaproximação à turma cooperante através de uma reunião, onde foi explicado aos alunos todas as atividades. Estas, foram organizadas com a colaboração dos alunos, de forma a garantir o horários das sessões não letivas e das aulas observadas pela professora orientadora.

As aulas lecionadas decorreram de acordo com o planificado. De forma global, os alunos participaram e revelaram-se motivados e empenhados na realização das tarefas propostas. O ambiente na sala de aula foi sempre descontraído e, embora numa das aulas tivesse sido necessário chamar a atenção dos alunos por estes apresentarem um comportamento desapropriado, esta situação foi única.

Procurou-se sempre manter uma atitude disponível para apoiar, orientar e estimular os alunos na realização das suas aprendizagens, mostrando-me igualmente empenhada e motivada para o seu sucesso.

Pela possibilidade de contactar e trabalhar com os alunos tanto em contexto de aula como fora dela, procurámos conhecer bem os alunos, interessando-nos pelos seus problemas e dificuldades, pois, acreditamos que a relação pedagógica deve pautar-se pelo estabelecimento de uma relação de respeito e confiança.

O desenvolvimento das aulas foi planificado, tendo em atenção a utilização e integração pedagógica das TIC.

Assim, nas duas primeiras aulas (aula 21 e 22), alternou-se os momentos expositivos e interrogativos com as atividades mais práticas (através da utilização de PowerPoint, visualização de vídeos, debate, jogo de papeis e exercícios práticos (com o intuito de avaliação das aprendizagens), tal como se apresenta no Diário de Campo (Apêndice 2), procurando que a diversificação de atividades, estimulasse os alunos a participar e colaborar. No início, os alunos, além de não participarem (o que já era uma situação habitual), mantinham uma atitude distante e totalmente ausente do que se passava em aula. Gradualmente, e após o visionamento de um vídeo, apoiado de seguida por debate recorrendo à utilização de exemplos práticos da sua própria realidade, para a facilitação da aquisição dos conhecimentos, a turma cooperante começou a participar de uma forma mais entusiasta.

Por fim, realizou-se uma atividade prática em grupo, para a avaliação das aprendizagens.

Nas duas aulas seguintes (aula 23 e 24), foi utilizada uma apresentação em Prezi (Apêndice 15) para efetuar uma revisão dos conteúdos da aula anterior, procurando que a atratividade proporcionada por este recurso permitisse uma ativa participação dos discentes.

De seguida, os alunos desenvolveram um trabalho de pesquisa realizado a pares sobre a construção da União Europeia, apoiados por fichas orientadoras das questões a abordar em cada um dos subtemas e que se encontram disponíveis no *site* da turma³⁸. Os alunos mostraram-se sempre empenhados e motivados para a realização da tarefa e todos participaram no desenvolvimento do trabalho.

³⁸ ebsturmarestauracao@gmail.com

Na constituição destes grupos, foi assegurado uma visão inclusiva dos alunos com NEE, que permitisse o desenvolvimento de um trabalho de colaboração, responsabilização e intervenção ativa na sua construção e apresentação.

As últimas aulas (25 e 26) tiveram como finalidade a realização das apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos, com a visualização de vídeos e realização de jogos didáticos para consolidação dos conteúdos. Foi ainda, realizado de um jogo em equipa, construído como forma de avaliação das aprendizagens, mas que, permitisse uma interatividade e participação de todos, bem como um trabalho de colaboração.

Em particular, nesta aula, os alunos evidenciaram que a utilização e integração do quadro interativo e a utilização e diversificação de variados recursos, potencia um maior envolvimento, motivação e participação.

No final da aula, cada grupo disponibilizou os seus trabalhos no *site* da turma.

Numa análise global, verificou-se que a integração e utilização das TIC, permitiu verificar uma aprendizagem mais participativa, com um maior empenho e satisfação durante as atividades desenvolvidas na aula.

1.2- As sessões não letivas

Embora estivessem inicialmente programadas 4 sessões não letivas, tornou-se necessário realizar uma sessão adicional, para terminar a construção do *site* da turma. Assim, o trabalho desenvolveu-se em cinco sessões.

- Dia 16-02-16
 - Formação em Prezi;
- Dia 23-02-16:
 - Criação conta *email* ebsturmarestauracao@gmail.com (Anexo 2);
 - Criação conta do *site* <http://ebsturmarestauraca.wix.com/meusite> (Anexo 3);
 - Definição geral da estrutura do site.
- Dia 01-03-16 e 08-03-16:
 - Construção do site da turma.
- Dia 03-05-16:
 - Finalização da construção do site.

A atividade de formação sobre a ferramenta Prezi teve como objetivo principal dar resposta às solicitações de alguns alunos³⁹, pelo que se considerou pertinente e válido no âmbito do enquadramento do estudo desenvolvido, incrementar esta atividade destinada à habilitação de competências digitais.

No desenvolvimento desta aprendizagem, cada aluno criou a sua própria conta no Prezi (www.prezi.com), e a partir daí, num primeiro momento através do apoio do computador e videoprojetor, demonstrou-se aos alunos as noções básicas da construção e funcionamento desta ferramenta, tais como: selecionar/criar um modelo de apresentação; editar; adicionar e eliminar slides; inserir imagens e vídeos; organizar transições; executar uma apresentação em Prezi e efetuar download do trabalho para uma pen drive ou computador.

De seguida, os alunos experienciaram de forma individual a elaboração de uma pequena apresentação. Esta sessão teve a duração de 90 minutos e foi possível verificar que os alunos manifestaram globalmente muito interesse, evidenciando igualmente diferentes autonomias, que exigiram uma atenção redobrada em particular em relação aos alunos com NEE.

Para além da aquisição de competências na utilização do Prezi, esta atividade tinha ainda como objetivo incentivar a utilização desta ferramenta nas apresentações a realizar pelos alunos, o que não se verificou. Analisando este ponto, verificou-se que a turma estava disponível para a sua utilização, contudo necessitava de mais tempo para consolidar e utilizar esta aprendizagem. Isso mesmo foi relatado quando nas aulas que corresponderam ao trabalho de pesquisa se incentivou os alunos para a sua utilização, tendo estes, convocado a inexperiência e a necessidade de terem mais tempo para prepararem as apresentações.

A criação da conta Gmail, destinado ao uso da turma foi uma sugestão que teve de imediato bom acolhimento por parte dos alunos, tendo-se sugerido que a mesma fosse utilizada com os restantes professores.

A criação do *site* foi, talvez, a atividade com maior impacto na atenção e dedicação dos alunos, nestas sessões, apresentando-se todos extremamente expectantes, mas também receosos e pouco crentes acerca das suas capacidades.

³⁹ A atenção dos alunos por esta ferramenta derivou do fato de a ter utilizado no decorrer de uma das aulas lecionadas aos alunos no âmbito de IPP III, onde os alunos demonstraram interesse na sua aprendizagem.

Assim, apresentou-se à turma as ferramentas *Wix*, *Weebly* e o *Google Site*. A escolha da turma recaiu então sobre o *WIX* e deste modo, iniciou-se a sua explicação, através da demonstração geral das suas funcionalidades.

Nas sessões seguintes, realizou-se a concretização da construção do *site*, dividindo os alunos por grupos para que todos pudessem participar.

Posteriormente, este foi divulgado na página oficial da escola, alargando o seu potencial de contributos a alunos, professores e restante comunidade educativa.

Salienta-se que a realização destas atividades contou, na sua grande maioria das vezes, com a presença de todos os alunos, atingindo uma média de presenças de 95% (apenas dois alunos faltaram a uma das sessões por motivos de doença).

Durante a realização deste trabalho conjunto, existiram avanços e recuos, mas obteve-se um resultado final do agrado de todos.

A motivação e o envolvimento dos alunos nesta atividade foram patentes. Paralelamente, foi também possível verificar que o desenvolvimento das competências digitais foi igualmente estimulante e encorajador para a melhoria do seu desempenho académico e da sua participação. Tal como foi expresso por alguns dos alunos.

2- Análise ao inquérito realizado aos alunos sobre a utilização das TIC

Construído de forma a permitir uma análise da opinião e avaliação dos alunos sobre a utilização e integração das TIC, o inquérito por questionário foi aplicado na aula seguinte às aulas lecionadas, tendo sido o mesmo previamente lido para esclarecimento de dúvidas, garantindo ainda a confidencialidade das respostas e solicitando que estas espelhassem a real opinião dos alunos. Este questionário estava dividido em três partes: I- Caracterização da Turma, II- Utilização e integração das TIC para a participação e III- Apreciação dos alunos.

A primeira parte pretendeu atualizar os dados etários da turma e investigar a perspetiva da turma sobre a sua participação.

De seguida, evidenciou-se a contribuição da utilização e integração de várias ferramentas e recursos, recorrendo para isso a uma escala de 1 a 5 (1-Nada importante até 5-Muito importante).

Por fim, na última parte, pretendeu-se analisar a apreciação dos alunos sobre as aulas lecionadas evidenciando de que forma as TIC podiam: facilitar a aprendizagem das matérias da disciplina de economia; ajudar a superar as dificuldades dos alunos; estimular o interesse para a disciplina e analisar a preferência dos alunos sobre as atividades realizadas.

2.1- Caracterização da turma

A questão 1 e 2 procurava atualizar os dados relativos à constituição da turma, não tendo existido alterações na sua estrutura (10 alunos), observou-se no entanto que 80% da turma atingiu a maioria (ver gráfico 2)⁴⁰.

No que diz respeito à análise dos alunos sobre a sua participação (Gráfico 6), 60% dos alunos considerou que raramente participava, por oposição a 40% da turma que se posicionou equitativamente entre participar muitas vezes e algumas vezes respetivamente.

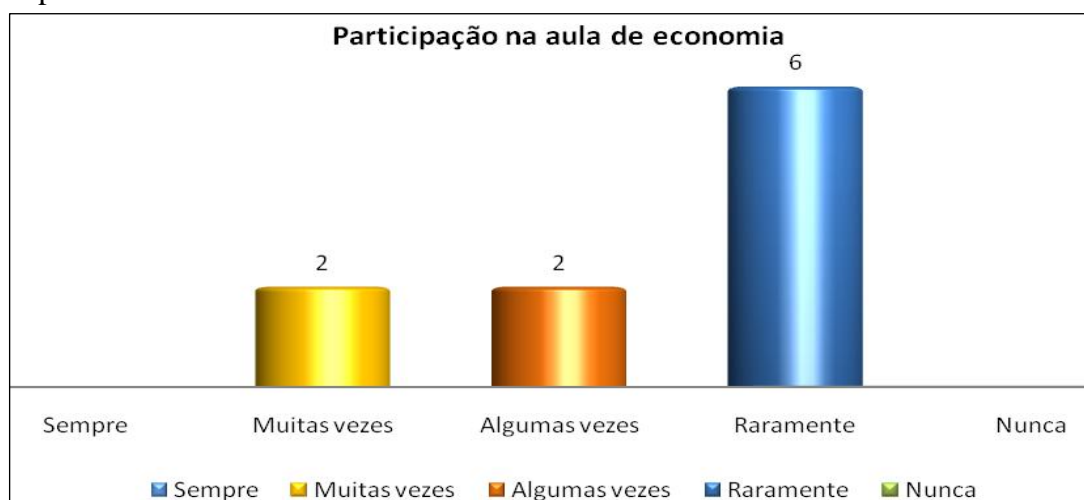


Gráfico 6 – Opinião da turma acerca da sua participação

(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

De entre as razões apontadas pelos alunos que responderam “raramente” na questão anterior (6 alunos) sobressaiu, tal como apresentado no gráfico 7, as opções “medo de errar” (20%) e a “dificuldade de se expressar” (20%). Os restantes alunos apresentaram como razões para a sua escassa participação “não gostar de falar” e “não saber a resposta”, cada uma das quais com uma percentagem de 10%.

⁴⁰ Ver página 37



Gráfico 7- Razões apontadas pela turma para a não participação
(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

Estes dados são coincidentes com as observações realizadas nas aulas. De fato, persistem, por um lado, dificuldades que se referem ao aspeto emocional e relacional e outras mais direcionadas para a dimensão da concretização das aprendizagens, que, muitas vezes conjugadas, potenciam as dificuldades apresentadas pelos alunos relativamente à sua participação.

2.2- Contribuição da utilização e integração das TIC para a participação

Questionados sobre a utilização de diversas ferramentas, recursos e metodologias, para a promoção da sua participação, as classificações atribuídas pelos alunos às opções apresentadas, refletem, na sua grande maioria, a classificação de “importante” ou “muito importante”, tal como apresentado no gráfico 8.

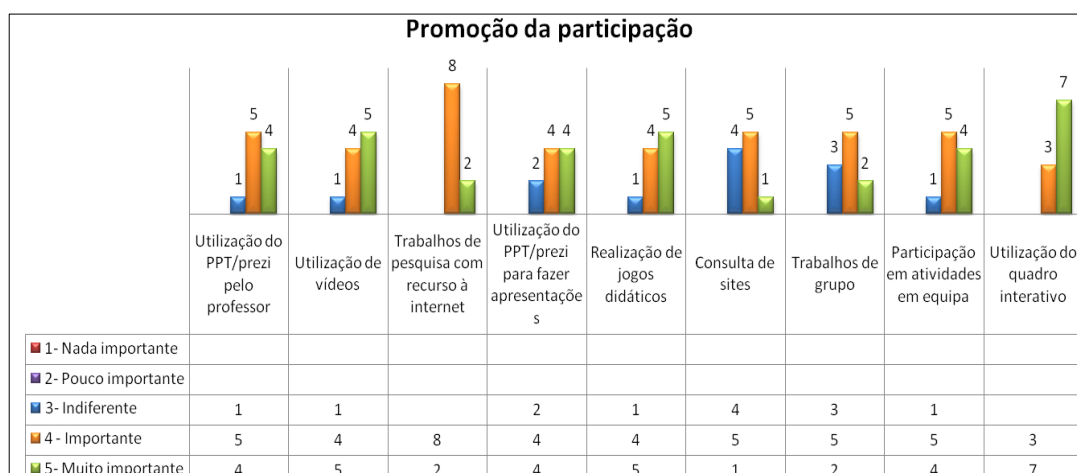


Gráfico 8- Opinião da turma sobre a promoção da sua participação
(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

Da conjugação destas duas classificações, e numa análise percentual, podemos verificar que 100% dos alunos listaram o trabalho de pesquisa com recurso à internet e a utilização do quadro interativo como as atividades que mais potenciavam a sua participação.

De seguida, e em igual percentagem (90%), surgiram a utilização do PowerPoint/Prezi por parte do professor, a utilização de vídeos, a realização de jogos didáticos e a participação em atividades em equipa.

Nesta sequência, a utilização PowerPoint/Prezi para a realização de apresentações dos alunos acolheu uma percentagem de 80%, seguida dos trabalhos de grupo com 70% e, por último, com 60% das escolhas, a consulta de *sites*. De salientar que, para 40% dos alunos, foi indiferente para a sua participação a consulta de *sites*, baixando este valor para 30% quando falamos de trabalhos de grupo.

Pelos dados aqui apresentados, podemos concluir que a maioria os alunos consideraram que a utilização das TIC contribuiu para a sua participação.

Nas questões que se seguiram foi pedido aos alunos que selecionassem a opção que com a qual mais se identificavam.

Em relação à utilização do PowerPoint/Prezi na aula, existiu praticamente uma unanimidade de respostas, 90% da turma considerou que a sua utilização promoveu uma melhor compreensão da matéria (Gráfico 9)

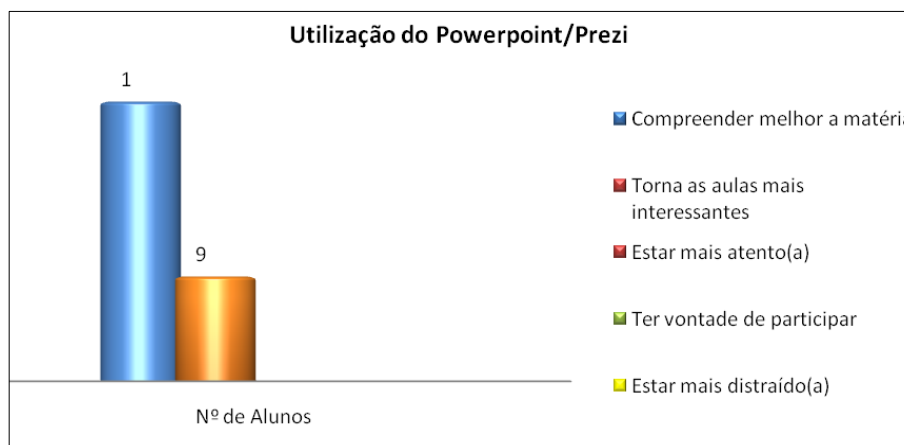


Gráfico 9– Opinião da turma acerca da utilização do PowerPoint/Prezi
(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

Já em relação à utilização do vídeo (Gráfico 10), as escolhas dividiram-se, 60% dos alunos revelaram a opinião que a sua utilização permitiu “ter vontade de participar na sala de aula”, o que vai ao encontro dos dados no gráfico 10. Para 20% dos alunos, a escolha recaiu sobre a compreensão da matéria.

Os restantes dividiram equitativamente as suas opções pelos itens “tornar as aulas mais interessantes” e “estar mais atento”.

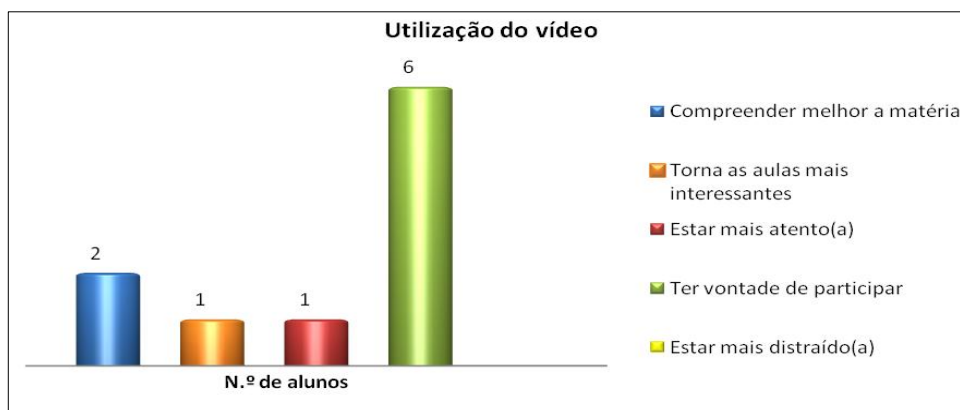


Gráfico 10 - Opinião da turma sobre a utilização do vídeo

(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

Em relação à utilização da internet para a realização de trabalhos de pesquisa, 40% dos alunos consideraram estar mais empenhados. Já os restantes 60% consideraram em igual percentagem (20%) as opções apresentadas.

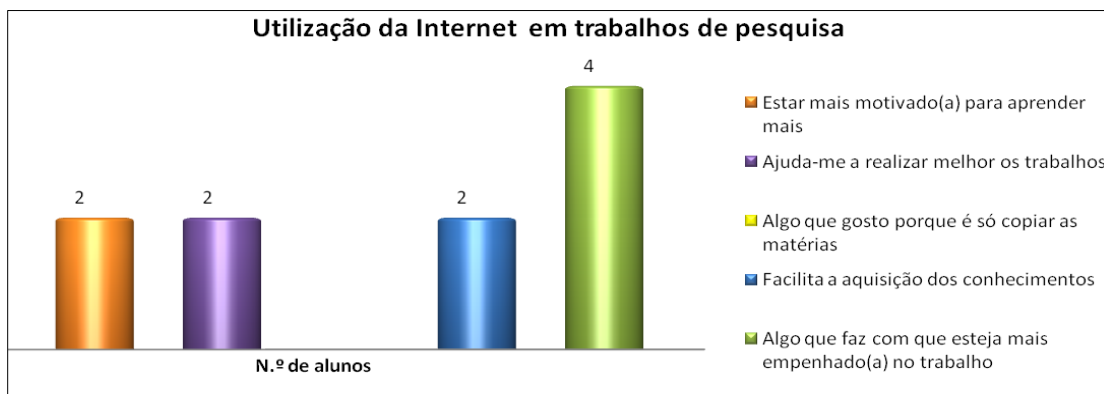


Gráfico 11- Opinião da turma sobre a utilização da internet para trabalhos de pesquisa

(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

2.3- Apreciação dos alunos sobre as aulas lecionadas

Como podemos observar no gráfico 12, a maioria dos alunos considerou que as atividades desenvolvidas nas aulas tiveram um impacto positivo, com uma representação média de mais de 87,14 % da turma.

Para 100 % dos alunos, as atividades desenvolvidas permitiram um maior interesse, uma melhoria na compreensão das matérias e dos seus conhecimentos, potenciando igualmente a sua participação. As restantes respostas positivas apresentaram uma variação entre os 90% e os 60%. Contudo, 40% dos alunos

consideraram que as atividades desenvolvidas não potenciaram a sua autoestima, existindo ainda 20% que indicaram não ter existido melhorias no trabalho em equipa e igual percentagem em relação ao seu trabalho na aula.



Gráfico 12- Opinião da turma sobre as atividades desenvolvidas na sala de aula

(Fonte: Retirado do inquérito por questionário aplicado à turma cooperante no âmbito da PES)

A questão 9 remetia para a opinião dos alunos relativamente à utilização das TIC, como forma de facilitar a aprendizagem das matérias da disciplina de economia. Os alunos foram unânimes em responder afirmativamente a esta questão, apresentando como justificações da sua opinião, o fato de a utilização das TIC permitir “estar mais interessados”, “tornar os trabalhos mais interessantes”, permitindo pesquisar assuntos do interesse da disciplina e assim melhorar os conhecimentos. Alguns alunos salientaram ainda que com as TIC, as aulas são “mais interessantes” facilitando a aprendizagem e o trabalho em equipa.

Na questão seguinte (questão 10 - De que forma a utilização das TIC pode auxiliar-te nas tuas dificuldades?), encontramos algumas semelhanças. Alguns alunos mencionaram que as TIC permitiram estar “mais interessados”, e “motivados”, aludindo à utilização dos vídeos, Prezi e PowerPoint, como ferramentas que facilitavam a participação e as apresentações orais. Existiram ainda alunos que referenciaram a impossibilidade de utilizar a internet no seu contexto familiar, considerando a utilização na escola como uma ferramenta que permitia “aprender mais”.

Os alunos foram igualmente unânimes em considerar que a utilização das TIC permitiu estimular a participação na disciplina (questão 11), o que veio de algum modo a corroborar algumas das opiniões anteriormente descritas.

A última questão colocada (questão 12) referia-se à preferência dos alunos sobre as atividades realizadas nas aulas, das quais, destacaram-se a utilização do quadro interativo, da apresentação em Prezi, o jogo realizado em equipa, o trabalho de grupo e os jogos didáticos e a construção do *site*.

Numa análise global pode-se concluir que, na opinião dos alunos, a utilização das TIC induziu a uma maior participação, motivação e interesse pela disciplina. Foi igualmente salientado, por um lado, a melhoria das aprendizagens e, por outro, o estreitamento dos laços entre os alunos. Outro aspeto referenciado pelos alunos como positivo para a sua participação ativa teve a ver com as atividades desenvolvidas nas sessões não letivas, nomeadamente na aquisição de competências para a utilização as TIC. Estas considerações são coincidentes com as observações realizadas.

3- Análise das entrevistas aos docentes do grupo disciplinar de economia

Como já mencionado, a realização da entrevista aos docentes do grupo de economia visou compreender a perceção destes em relação à utilização das TIC na sua prática profissional, aspirando ainda inspirar uma atitude reflexiva e uma mudança de práticas e pedagogias na utilização e integração das TIC, contribuindo deste modo para o sucesso educativo dos alunos e, em última análise, para a alteração de uma cultura digital escolar.

As entrevistas foram previamente agendadas de acordo com as datas disponíveis dos entrevistados, tendo estes sido informados da sua confidencialidade.

Realça-se, o carácter enriquecedor, destas, porque, para além das respostas obtidas, surgiram decorrentes de algumas questões e respostas dadas, momentos de reflexão e partilha de dificuldades e dúvidas que na sua grande maioria estão presentes no desenvolvimento profissional dos docentes, mas que, pelas mais variadas razões não são fruto de uma análise reflexiva no seio do grupo disciplinar.

Para auxiliar na identificação das respostas utilizou-se as siglas PA, PB e PC, correspondendo aos três professores entrevistados. À semelhança do inquérito por questionário, considerou-se pertinente o enquadramento das questões formuladas em 5 categorias: I – Enquadramento pessoal e profissional; II – Formação; III – Parecer sobre a utilização e integração das TIC; IV – A Prática docente; e V - Disponibilidade de meios na escola.

3.1- Enquadramento pessoal e profissional

A tabela 4 sintetiza as questões formuladas com o objetivo de efetuar o enquadramento pessoal e profissional dos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade.

Itens	PA	PB	PC
1.Idade	52	46	37
2.Género	F	M	F
3.Tempo de serviço	22	9	10
4.Formação académica	Licenciatura em Economia	Licenciatura em Gestão	Licenciatura em Direito
5.Disciplinas /cursos lecionados	-Economia; - Gestão e Controlo; -Turismo e Técnicas de Gestão; -Técnicas de animação e acolhimento	-Área de Integração; -Relações Públicas	-Área de Integração e Cidadania; -Profissionalidade
6.Alunos com NEE	Sim (3 alunos)	Sim (7 alunos)	Não

Tabela 4-Enquadramento pessoal e profissional dos docentes entrevistados

(Fonte: Retirado da entrevista efetuada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

Como se pode observar na análise da tabela 4, o grupo apresentava diferentes origens formativas.

Relativamente à idade dos docentes, esta, situava-se entre os 37 e 52 anos, sendo que a média era de 45 anos. Podemos constatar que o grupo disciplinar possuía dois professores com tempo de serviço semelhante (9, 11 anos) e um docente já com 22 anos de serviço. Ainda de referir que dois dos docentes (PA e PB) possuíam nas suas turmas alunos com NEE.

O Professor B especificou que “nunca como neste ano tive tantos alunos com NEE. Dos sete, quatro possuem um PEI, que está operacionalizado através de um CEI⁴¹. Para estes a avaliação é qualitativa e, além do CEI, existe ainda como complemento um PIT, que procura preparar os alunos para quando saírem da escola.

⁴¹ De acordo com o disposto na portaria nº 1-B/2013 de 18 de janeiro, prevê-se a adequação do processo de ensino e de aprendizagem mediante a introdução de um CEI construído em função do nível de funcionalidade do jovem, privilegiando atividades centradas no contexto de vida, na comunicação e na organização do processo de transição para a vida pós-escolar, sendo o CEI complementado com a implementação do Plano Individual de Transição (PIT).

Os restantes alunos são do curso de restauração e para os quais temos que efetuar adequações no seu processo de avaliação”.

3.2- Formação em TIC e NEE

As questões que se enquadraram nesta categoria procuraram perceber o tipo de formação adquirida no âmbito das TIC e das NEE.

Que formação possui em tecnologias de informação e comunicação (TIC)?

Respostas dos professores

- Todos os docentes afirmaram possuir conhecimentos sobre as ferramentas do Office: Word, Excel e PowerPoint.
- “Tenho também uma formação em Prezi, (...), mas, nunca cheguei a trabalhar com esta ferramenta.” (PA)
- “Fiz formação em recursos educativos digitais, nomeadamente em Prezi, Animoto e Gloster”, no entanto nunca utilizei estas ferramentas com os alunos” (PB)
- “A minha prática é essencialmente na ótica do utilizador” (PC)

Tabela 5-Formação dos docentes do grupo disciplinar em TIC

(Fonte: Retirado da entrevista efetuada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

Todos os docentes referiram que as formações que possuíam foram adquiridas tanto em contexto formal, através de formações disponibilizadas pela Direção Regional de Educação, como, em contexto informal, através de amigos e de forma autónoma, aditando:

Como adquiriu essa formação?

Respostas dos professores

“Muitas vezes os sindicatos têm algumas formações interessantes no âmbito das TIC, mas é sempre muito difícil conseguir frequentá-las. (...) Considero que a formação é algo fundamental em todas as áreas, é importante mantermo-nos atualizados” (PA)

“Como agora a escola já possui pelo menos um quadro interativo em cada pavilhão, estamos a aguardar uma formação nesse âmbito. (...) hoje em dia estamos inteiramente envolvidos pelas tecnologias e curiosamente parece-me que os professores, são os que, menos tempo, gastam a aprender a trabalhar com as tecnologias. Honestamente, acho ainda que existem muitas lacunas a esse respeito, e, contra mim falo.” (PB)

“Em termos de formações dinamizadas pela escola, apenas me lembro de recentemente a escola ter dinamizado uma formação em Excel (...) a formação é importante, desde

logo, para estarmos atualizados, mas é preciso levar em consideração que dependendo do ambiente escolar onde estamos inseridos assim, utilizamos mais, ou menos, as tecnologias. Por exemplo eu acho que a formação em TIC deveria ter um cariz obrigatório e sistemático, mas é igualmente importante que as escolas apresentem os recursos necessários para que possamos trabalhar os conteúdos com as TIC. De que me interessa ter formação se depois não temos computadores ou ligação à internet?.” (PC)

Tabela 6-Aquisição da formação do grupo disciplinar

(Fonte: Retirado da entrevista efetuada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

A questão 9, levantava a problemática da formação relacionada com as NEE, tendo, os docentes, unanimemente respondido, que nunca receberam formação neste âmbito. No seu seguimento, foram indagados sobre a relevância da formação em NEE.

Em que medida é profissionalmente relevante essa formação? - NEE

Respostas dos professores

“Não me sinto capaz de prestar um bom ensino a estes alunos.” (PA)

“Considero muito importante, pois permitiria saber como atuar com estes alunos no processo de ensino aprendizagem (...), embora existam muitas entidades formadoras a oferecer Pós-graduações em Ensino especial e muitos colegas a aderir a estas formações, a sua motivação não passa por perceber como trabalhar com estes alunos, mas sim como uma oportunidade de integração neste grupo disciplinar (...) considero inconcebível não recebermos apoio neste sentido.” (PB)

“Embora este ano não tenha alunos com NEE, considero que estes alunos são muitas vezes duplamente prejudicados, por um lado nós (os professores), não estamos preparados para lidar com eles e por outro lado por vezes o ensino especial, também não efetua o acompanhamento que deveria, porque existem muitas crianças e poucos profissionais.” (PC)

“Relativamente à formação considero que poderá dotar-nos de ferramentas que auxiliem os docentes a trabalhar a aprendizagem com estes alunos, contribuindo para o seu sucesso escolar (PC)

Tabela 7-Opinião do grupo disciplinar sobre a relevância profissional da formação em NEE

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

3.3- Utilização e integração das TIC

Como se pode observar no gráfico 13, existiu concordância dentro do grupo disciplinar acerca dos itens apresentados no âmbito da utilização e integração das TIC. De fato, estes só não foram 100% coincidentes em duas avaliações, ambas

direcionadas para a criatividade dos alunos, o que permitiu verificar que os docentes deste grupo disciplinar estavam disponíveis para a utilização das TIC, reconhecendo a pertinência e necessidade.

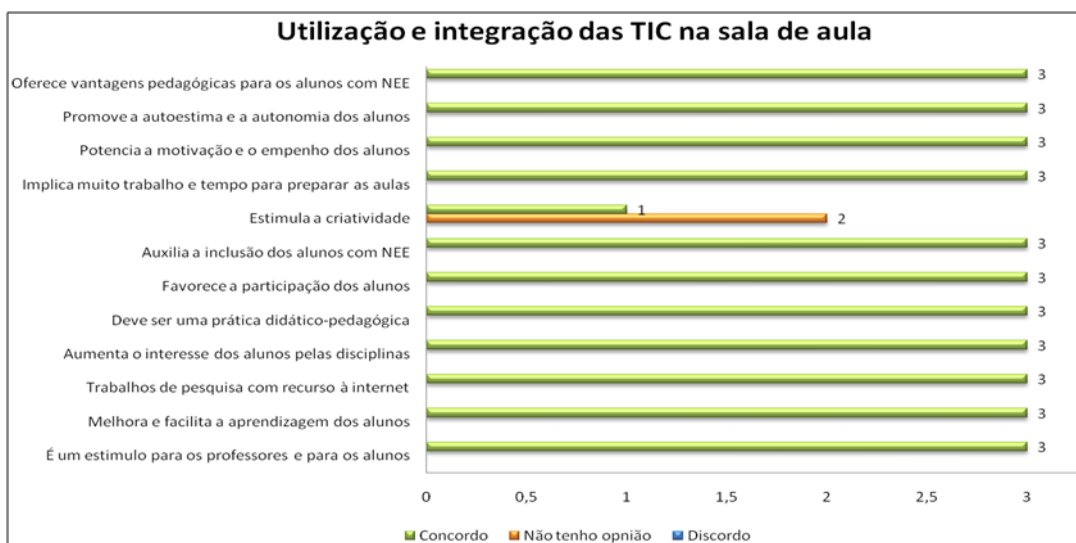


Gráfico 13-Opinião do grupo disciplinar sobre a utilização e integração das TIC
(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

3.4- A Prática docente

Relativamente à prática profissional em relação à utilização do computador, PA, PB e PC responderam afirmativamente. Foi, no entanto, na sua frequência que encontrámos diferenças.

Utiliza o computador na sua prática docente? Com que frequência?

Respostas dos professores

“Utilizo o computador de vez em quando, mais ou menos, uma vez por mês.” (PA)

“No momento, em virtude da maior disponibilidade de salas com quadro interativo, tenho efetuado uma maior utilização, praticamente todas as semanas, embora dependa muito do horário das turmas. Anteriormente era muito difícil conseguir uma sala com computadores, e reconheço que não trago o meu computador pessoal para dar aulas.” (PB)

“A utilização que faço quase diária. (...) Este ano tem sido mais fácil, porque como só dou aulas à noite existe uma maior disponibilidade das salas com computadores. Também contribuiu o fato de recentemente a escola ter adquirido alguns quadros interativos e felizmente tenho tido oportunidade de usar esta tecnologia.” (PC)

Tabela 8-Opinião do grupo disciplinar sobre a utilização do computador na prática docente
(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

A questão número 12 não foi colocada aos docentes, pela sua não aplicação em função das respostas obtidas na pergunta anterior.

Na questão 13 encontrou-se em comum a utilização do computador, do PowerPoint e do vídeo projetor. Foi, no entanto, a partir daqui que se constatarem algumas diferenças. PB e PC apontaram igualmente a utilização do quadro interativo, especificando PC, que o quadro interativo servia para consulta de *sites* e visualização de documentários. No mesmo sentido, PB acrescentou que essencialmente utilizava o quadro interativo para a apresentação de recursos que já estão disponíveis, como os que existem no Portal Educatic, *sites* de referência ou visualização de vídeos.



Gráfico 14-TIC utilizadas pelo grupo disciplinar

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

PB acrescentou que, “eu nunca tinha trabalhado com o quadro interativo, mas só pelo fato, de pudermos aliar na mesma ferramenta um sem número de recursos, acho fundamental.” Salientou, ainda, que “é pena que não tenhamos mais equipamentos, nomeadamente mais salas com computadores, para assim permitir uma intervenção pedagógica mais adequada.”

Quando utiliza as TIC, verifica alguma mudança nos alunos?

Respostas dos professores

“Sim, no geral ficam mais motivados, mas, nem sempre.” (PA)

“Sim, na sua grande maioria ficam mais participativos, mas a parte negativa é que muitas vezes os alunos em vez de estarem a trabalhar, vão para as redes sociais.” (PB)

“Normalmente os meus alunos revelam interesse e aderem às tarefas que lhes são solicitadas, embora reconheça que apenas lido com adultos, o que é muito diferente de trabalhar com jovens, em especial naquelas turmas mais complicadas.” (PC)

Tabela 9-Opinião do grupo disciplinar sobre as mudanças operadas nos alunos com a introdução das TIC

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

A questão 15 procurava perceber qual a parecer dos docentes sobre a utilização das TIC nas aulas. Estes foram unânimes, considerando importante. Aditando ainda que:

Que importância atribui à utilização e integração das TIC na sala de aula?

Respostas dos professores

“É importante porque ajuda a levar a sala de aula para o séc. XXI.” (PA)

“É bastante importante para a promoção da construção dos conhecimentos dos alunos.” (PB)

“Considero importante, pois os discentes ao utilizarem as ferramentas disponibilizadas, desenvolvem diversas competências para além dos conhecimentos que adquirem sobre os conteúdos, como por exemplo a autonomia (ao pesquisar), a selecção de informação para realizar os trabalhos solicitados e a aprendizagem de novas ferramentas que lhes são úteis não só na sua vida escolar, mas também no seu dia a dia.” (PC)

Tabela 10-Opinião do grupo disciplinar sobre a importância atribuída à introdução das TIC na sala de aula

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

Que desafios se colocam atualmente aos professores com a integração das TIC em contexto pedagógico?

Respostas dos professores

“Para mim é a utilização dos recursos disponíveis da melhor forma possível. (...) Por vezes não sabemos como, e de que forma é melhor usar ou não determinada ferramenta. (...) pouca acessibilidade aos meios TIC na escola.” (PA)

“A maior dificuldade é a necessidade de uma constante atualização, e a escolha dos recursos a utilizar (...) é muito importante dispor de mais meios informáticos para trabalhar com os alunos, porque muitas vezes, não o fazemos porque é simplesmente impossível.” (PB)

“Penso que um dos desafios que se colocam aos professores, é a concentração dos alunos para realizarem as tarefas solicitadas, pois, por vezes, os mesmos distraem-se no acesso à internet, em informações que não são relevantes para o contexto da sala de aula. Outro aspeto importante é a necessidade de nos mantermos atualizados sobre as TIC.” (PC)

Tabela 11-Opinião do grupo disciplinar sobre os desafios atuais para os docentes na integração das TIC em contexto pedagógico

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

Da análise da prática docente, podemos verificar que todos os docentes reconheceram a importância da utilização das TIC em contexto de sala de aula. No entanto, a sua mobilização não se apresentava para todos, como uma regularidade. Notou-se uma maior utilização das TIC, por parte de dois dos docentes. Deve-se ainda acentuar a recente possibilidade de utilização do quadro iterativo, que, pelos relatos dos professores tem sido um fator potenciador da utilização e integração das TIC.

Sobre as ferramentas utilizadas pelos docentes, encontrou-se também algumas diferenças. Dois professores, afirmaram, fazer uma utilização diversificada.

Os docentes reconheceram que, com a utilização das TIC, verificavam alterações positivas nos alunos, nomeadamente em relação à motivação, à participação e ao interesse na tarefa.

Verificou-se que existem também opiniões coincidentes no que diz respeito aos desafios da integração das TIC. Sintetizadas da seguinte forma:

- Dificuldades na integração pedagógica das TIC;
- Necessidade de formação dos docentes em TIC;
- Falta de meios TIC;
- Dificuldade em controlar manter os alunos concentrados nas tarefas durante o acesso à internet.

3.5- Disponibilidade de meios na escola

Todos os docentes afirmaram que não existem equipamentos suficientes na escola, que permitissem garantir a todos os alunos a utilização e integração pedagógica das TIC. Acrescentando PA e PB que

Considera que os equipamentos informáticos existentes na escola são suficientes para garantir a utilização e integração pedagógica das TIC?

Respostas dos professores

“Até há bem pouco tempo se eu queria apresentar um PowerPoint, tinha que trazer o meu computador e videoprojector porque, os quatro videoprojetores da escola, ou já estavam requisitados, ou estavam avariados.” (PA)

“De forma geral não, mas tem sido feito ultimamente, um esforço nesse sentido.” (PB)

Tabela 12-Equipamentos informáticos na EBS de Santana

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

Em relação à questão 18, os docentes apontaram as respostas apresentadas no gráfico 15, e decorrente destas, conclui-se que subsistem na escola alguns constrangimentos em relação ao acesso à internet.

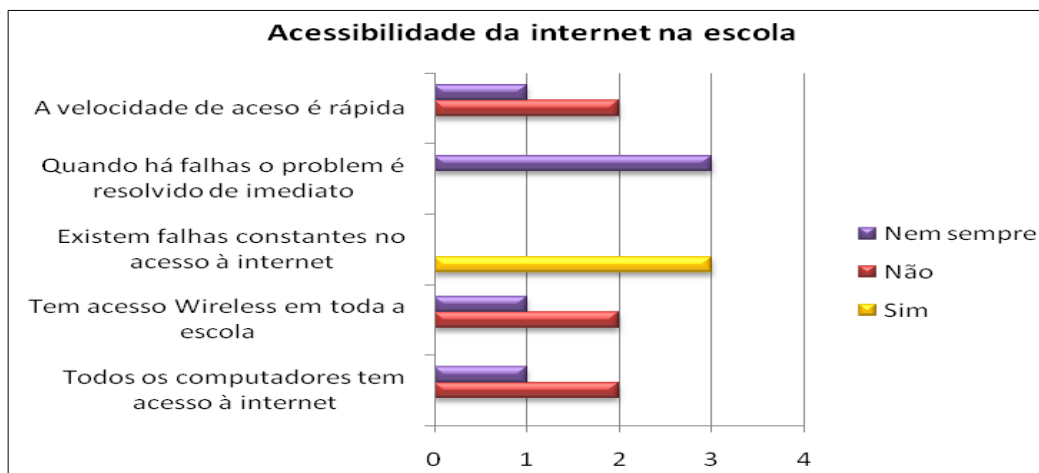


Gráfico 15-Opinião do grupo disciplinar sobre a acessibilidade da internet na escola
(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

A questão 19, abordava diretamente a formação em TIC proporcionada pela escola, e, de uma forma global pode-se concluir que a maioria dos docentes do grupo disciplinar, não consideram que a atividade formativa desenvolvida pela escola neste âmbito seja suficiente.

A escola desenvolve formação no âmbito das TIC?

Respostas dos professores

“Sim, acho que sim.” (PA)

“Não regularmente.” (PB)

“Tal como disse há pouco a última formação que me lembro, foi em Excell, por isso vou considerar que embora exista, esta é esporádica.” (PC)

Tabela 13-Formação em TIC dinamizada pela EBS de Santana

(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

Por último, a questão 20 (tabela 14), pedia aos docentes a atribuição de uma classificação qualitativa numa perspetiva de análise da cultura escolar, tendo em consideração a utilização e integração das TIC.

Analisando a cultura escolar da escola onde leciona no contexto de utilização e integração das TIC, que classificação qualitativa atribuiria? Porquê

Respostas dos professores

“Na minha opinião considero que grande parte dos docentes esforça-se por utilizar as TIC. Se assim não fosse não existiriam tantos professores a queixarem-se do fato de não existirem os equipamentos necessários, por isso avalio a cultura escolar em Satisfaz.” (PA)

“No meu ponto de vista, penso que a maioria do corpo docente utiliza as TIC na dinamização das suas aulas. Por outro lado a atual Direção da escola, tem vindo a demonstrar preocupação em investir em novos equipamentos que permitem o uso de novas tecnologias, atribuo por isso uma classificação de Bom.” (PC)

“Para mim a avaliação que melhor se aplica é a de Satisfaz pouco. Embora reconheça o esforço, por parte da nova equipa responsável, em adquirir mais equipamentos (quadros interativos e vídeos projetores) bem como em melhorar as condições organizacionais para o acesso e utilização das TIC. Na minha opinião, existe ainda, muitos professores que possuem muitas dificuldades em trabalhar com as TIC.” (PB)

Tabela 14- Classificação atribuída pelos docentes à cultura escolar relativamente às TIC
(Fonte: Retirado da entrevista realizada aos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade no âmbito da PES)

De uma forma global, pese embora a constatação das atitudes positivas e reconhecimento por parte dos docentes do grupo disciplinar de economia e contabilidade da importância da utilização e integração pedagógica das TIC na sala de aula, abrangendo de forma educativa todos os alunos, há ainda caminho para percorrer, no sentido de dirimir as dificuldades existentes. Para a edificação da nossa profissionalidade, é essencial, uma prática reflexiva numa ampla visão da nossa ação. Enquanto intervenientes ativos na inovação e desenvolvimento curricular, devemos procurar construir percursos e processos adequados a cada situação em concreto, mas também ter a capacidade de avaliar e refletir sobre a nossa própria prática e eventualmente reorientar a nossa ação. Ainda e numa perspetiva de análise e discussão construtiva com os pares sobre as experiências vivenciadas, devemos procurar ter como objetivo a produção e divulgação de uma nova forma de ação onde poderemos fortalecer conhecimentos para a prática educativa.

Assim foi intenção deste trabalho deixar também, um repto para a melhoria e estímulo desta prática contribuindo para a construção de uma cultura escolar assente na sua incorporação, beneficiando deste modo em primeiro lugar os alunos, mas também os professores na melhoria da sua realização profissional resultante do desenvolvimento das competências e conhecimentos no prosseguimento do sucesso académico pessoal, social e profissional.

Nada nos trará mais prazer, do que, verificar que a realização e concretização da nossa prática profissional beneficia os alunos.

Evidencia-se, muito embora ciente do empenho já concretizado na aquisição de mais equipamentos por parte do conselho executivo da escola, que é igualmente necessário continuar a desenvolver esforços no sentido de dinamizar a utilização dos recursos existentes, nomeadamente através de formações/ações que estimulem para a sua utilização, interiorização e realização de competência., numa perspetiva de inovação e mudança educativa.

Capítulo V - Reflexões e Sugestões para Investigações Futuras

Dedica-se este capítulo à apresentação da reflexão pessoal sobre a intervenção aqui apresentada. Embora, concretizada no decorrer do relatório da PES, para ela concorreram todas as aprendizagens que a frequência deste Mestrado ofereceu. Aborda-se as limitações do estudo e algumas sugestões para investigações futuras. Por último, apresenta-se algumas considerações finais.

1-Reflexão

Perante uma turma cooperante mas onde imperava uma fraca participação, foi estabelecido como prioridade maximizá-la de uma forma ativa, e assim, utilizar e diversificar as TIC, tanto quanto possível, dinamizando as aulas, tornando-as atrativas e agradáveis para os alunos.

Independentemente das diferenças e particularidades de cada aluno, a escola deve procurar que todos obtenham sucesso, perspetivando tal como nos diz Rodrigues (2001, p.11) a “construção de uma prática e valores de uma escola mais respeitadora das diferenças e contribuinte mais ativa para vidas vividas com gosto e cidadania”.

Os alunos mostraram-se recetivos às atividades interativas propostas, principalmente, quando se tratou de situações novas, como os jogos, o debate, o recurso à internet, o visionamento de vídeos ou a utilização do quadro interativo, que se apresentaram como motivantes, interessantes e fomentadoras das aprendizagens na opinião da turma cooperante.

Procurou-se que o erro não fosse um fator inibidor da participação e assim, as atividades elaboradas, permitiram, por um lado, a reavaliação das respostas para potenciar a realização da aprendizagem e por outro, realizadas em grupo dirimir o constrangimento perante a falha. A prática do elogio foi uma constante e um incentivo a novas participações. Procurou-se utilizar incentivos positivos feitos de forma natural, com palavras, sorrisos, gestos e toques, que pretenderam valorizar a pessoa – aluno.

Assim, através de metodologias de trabalho com base na integração pedagógica das TIC, procurou-se promover melhorias na aprendizagem de todos os alunos, estimulando a sua criatividade e sociabilidade, promovendo o seu acesso às TIC e a

sua participação no próprio processo de aprendizagem, através do recurso a trabalhos de pesquisa, ou simplesmente apresentando e utilizando formas mais lúdicas de aprender.

A escola e os docentes deverão estar atentos à utilização das TIC como forma de beneficiar o sucesso educativo de todos os seus alunos, aumentando a sua capacidade e habilidade para superar as suas próprias barreiras, evoluindo deste modo na forma de responder às exigências da sociedade atual.

A literatura apela a que se abandone a conceção do desenvolvimento de uma aprendizagem direcionada para a mera exposição seja ela com ou sem recurso às TIC, optando por uma interação entre o saber, a pedagogia e a tecnologia proporcionando aprendizagens significativas, em função, daqueles sobre os quais deve centrar-se a nossa ação (os alunos), assente numa praxis reflexiva e por isso, assente no que deve ser a construção da nossa profissionalidade docente.

Para isso, é importante a inovação de práticas pedagógicas que, como vimos, influenciam positivamente e de forma relevante a participação dos alunos, abandonando o professor, o papel de mero transmissor de conhecimentos para tornar-se um orientador, um estimulador, um facilitador de todos os processos que levam os alunos a construir os seus conceitos, valores, atitudes e competências, e que lhes permitam crescer como pessoas, como cidadãos e futuros profissionais.

As TIC são um verdadeiro aliado para a inclusão, mas não nos podemos esquecer da importância do trabalho docente como mediador e orientador apostado na capacidade de se adaptar aos estilos de aprendizagem de utilização educativa das TIC. Sendo ferramentas úteis a todos, são por vezes imprescindíveis para alunos com NEE. Estes, pelas suas próprias características com a utilização das TIC poderão melhorar o seu desempenho nas tarefas académicas, promovendo uma maior realização e como consequência uma melhoria da sua autoestima, tantas vezes essencial para a sua consecução.

No final desta intervenção, foi possível constatar que as estratégias, metodologias e atividades desenvolvidas se afiguraram como potenciadoras da participação dos alunos da turma cooperante. Esta assumiu, em algumas ocasiões, um carácter espontâneo e foi evidente a melhoria do interesse, motivação e participação nas atividades propostas. Embora não se possa considerar esta melhoria como absoluta, nomeadamente pela recusa de uma aluna em participar em algumas das atividades propostas na última aula, conclui-se que este foi um projeto bem

sucedido, pois em particular nessa aula foi possível verificar que vários alunos estavam mais à vontade para participar e colaborar entre si.

Da análise realizada aos vários instrumentos utilizados, constatou-se que também estes apresentaram evidências neste sentido. Outro fator que pareceu ter concorrido para este resultado foi o empenho e entusiasmo em, por um lado, utilizarmos estratégias que respeitassem as diferenças na turma e por outro contribuíssem para as aprendizagens dos alunos. Não é possível promover melhorias no processo de ensino aprendizagem sem que, nós próprios estejamos também envolvidos, num esforço por conhecer os alunos e auxiliá-los nas suas dificuldades, expectativas, motivações e interesses.

2- Limitações e sugestões para investigações futuras

Embora reconhecendo as limitações deste estudo (restrição temporal e número de participantes), consideramos, no entanto, que o mesmo pode constituir motivo de reflexão para todos aqueles que procuram ter um papel ativo na educação.

Tal como em muitos aspetos da vida, é daqui que podemos partir para um trabalho futuro, alargando o seu campo de ação a mais turmas dentro da escola ou mesmo, quem sabe, para uma análise regional, obtendo deste modo resultados que permitissem chegar a conclusões mais consistentes sobre a temática. Diz a experiência que, quando chegamos ao fim, é quando deveríamos começar, e deste modo, chegada ao princípio, deixo como sugestão para investigações futuras, analisar a utilização e integração das TIC na RAM e, posteriormente, de que forma podem as TIC potenciar a participação dos alunos num estudo mais generalizado e temporalmente mais extenso, podendo igualmente concorrer amostras não utilizadoras das TIC.

“Para nos tornarmos bons professores precisamos de muito tempo e de compreender que aprender a ensinar é o processo de uma vida”(Arends, 2008, p. 28).

Considerações Finais

Terminado este trabalho, sinto-me grata pela oportunidade que escola e alunos me proporcionaram de colocar em prática as aprendizagens realizadas ao longo do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade.

Estou igualmente certa que, sem a frequência deste Mestrado e desta aprendizagem, tudo faria para procurar melhorar a minha prática profissional, mas reconheço o mérito de que, pela sua amplitude pedagógica e competências desenvolvidas, o seu contributo foi inegável para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ainda com muito para aprender, estão agora mais fortificadas e alicerçadas as minhas capacidades e reconheço que, muitas das que agora são as minhas práticas, não poderiam existir sem a contribuição de todos os professores com os quais tive o privilégio de aprender a aprender.

A reflexão sobre a nossa práxis, que se quer orientada para o aluno, foi um dos expoentes máximos desta aprendizagem e, assim sendo, considero que alguns dos instrumentos e materiais produzidos e utilizados poderiam ter sido provavelmente mais bem conseguidos e melhor direcionados. Ainda assim, penso, tal como já referido, que os objetivos foram conseguidos, tanto em relação aos alunos, como em relação aos docentes do grupo de economia, e, numa perspetiva mais abrangente, em relação à escola. Azevedo (1999) relembra que é missão do ensino e da formação e, sobretudo, da ação concreta de cada organização escolar “potenciar o desenvolvimento humano de cada jovem aluno” (p.134)

Ao longo desta aprendizagem conjunta tive igualmente a oportunidade de ampliar os meus conhecimentos, com a consciência de que há muito para descobrir e muitos obstáculos e dificuldades para ultrapassar, num processo de aprendizagem contínua. Assim, procurarei doravante que a minha prática profissional, para além da atitude reflexiva já apontada, se pautar por um investimento na formação contínua.

Leite (1993, p.55) fala-nos da importância de valorizar as estratégias da aula, da importância do percurso do aluno, da especificidade a que ele tem direito, e por isso é nosso dever diversificar, os momentos e as formas de aprendizagem de modo a

que proporcionem, crescimento e desenvolvimento do aluno, mas também do próprio professor.

Termino com as palavras de Joaquim Azevedo....

Atenção!

Não existe a criança média nem o jovem médio

só há crianças e jovens no nosso meio,

todos diferentes

cada uma e cada um únicos, singulares, irrepetíveis por toda a eternidade

(.....)

Tendes de trabalhar muito!

Tudo o que já aprendestes

É ainda muito pouco, quase nada.

O mais importante do aprender a ser professor

Aprendê-lo-eis com as crianças e os jovens, diante deles

Mais uma coisa: não há professores perfeitos,

só deve haver professores críticos.

Não há crianças e jovens que não aprendem.

Também não há professores que não aprendem.

Cada um quer apenas,

Ainda que por entre uma floresta de enganos,

ser mais.

(...)⁴²

⁴² Azevedo, J. (2012). Madrid, no termo de um debate com alunos de cursos de formação de professores. Retirado de:
<http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Mensagem%20a%20futuros%20professores.pdf>

Referencias

- Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação um guia prático e crítico*. Porto: ASA
- Arends, R.(2008). *Aprender a ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill. 7ª ed.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva-Publicações S.A.
- Belchior, M. et al. (1993). *As Novas Tecnologias de Informação no 1.º ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.
- Bogdan, R. & Biklen, S.(1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Carita, A., Silva, A., Monteiro, A. & Dinis, T.(1997). *Como ensinar a estudar*. Lisboa: Editorial Presença.
- Carvalho, F.(2007). *Escola para todos? Perspetivas da Ecologia Humana*. In Rodrigues, D. & Magalhães, B. (org.), *Aprender juntos para Aprender Melhor* (pp.17-36). Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana. Fórum de estudos de educação inclusiva.
- Correia, L.(1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora
- Correia, L. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais - Um guia para educadores e professores*, Coleção Necessidades Educativas Especiais. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. (2015). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais, Um guia para educadores e professores*, 2ª Edição. Coleção Necessidades Educativas Especiais. Porto: Porto Editora.
- Costa, H. (2013). *Inovação pedagógica: a tecnologia ao serviço da educação*. Coleção Compendium. Lisboa: Chiado Editora
- Costa, F., Rodriguez, C., Cruz, E.& Fradão, S. (2012). *Repensar as TIC na Educação. O Professor como agente transformador*. Lisboa: Santillana.
- Estanqueiro, A. (2010). *Boas práticas na educação*. Lisboa: Editorial Presença
- Leite, C., Pacheco, J., Moreira, E., Terrasêca, M., Carvalho, A., Jordão, A. (1993). *Avaliar a avaliação*. Cadernos Pedagógicos - 14. I Edição: Edições Asa.

- Lima-Rodrigues, L., Ferreira, A., Trindade, A., Rodrigues, D., Colôa, J., Nogueira, J., et al. (2007). *Educação Especial e Educação Inclusiva em Portugal*. Percursos de Educação Inclusiva em Portugal: dez estudos de caso (pp.41-47). Fórum de Estudos de Educação Inclusiva. Lisboa: Faculdade Motricidade Humana.
- Madureira, I. & Leite, T. (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Morgado, J. (2003). *Qualidade, Inclusão e Diferenciação*. Lisboa: ISPA
- Nóvoa, A (2008). Prefácio. In Costa, F., Rodriguez, C., Cruz, E.& Fradão, S. (org.), *As TIC na Educação em Portugal - Conceção e práticas*. Lisboa: Santillana
- Papert, S. (1994). *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Patrocínio, T. (2002). *Tecnologia, educação e cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Ponte, J. (1994). *O Projecto Minerva: introduzindo as NTI na educação em Portugal*. Lisboa: DEP GEF – ME
- Ponte, J. P. (1997). *As Novas Tecnologias e a Educação*. Lisboa: Texto Editora.
- Ponte, J.P. (2002a). As TIC no início da escolaridade – perspectivam para a formação inicial de professores. In J.P. Ponte (Org.), *A formação para a integração das TIC na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico* (pp.19-26). Cadernos da Formação de Professores, nº 4, Porto: Porto Editora.
- Ponte, J.P. (2002b). Investigar a nossa própria prática. In GTI (org.) *Reflectir investigar sobre a prática profissional*, (pp. 5-27). Lisboa: Associação de Professores de Matemática.
- Ponte, J.P. & Serrazina, L.(1998). *As novas tecnologias na formação inicial de professores*. Lisboa: Ministério da Educação
- Rodrigues, D. (2001). *Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto Editora: Porto
- Roldão, M. (2009). *Estratégias de ensino: o saber e o agir do professor*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Roldão, M. (2011). *Um Currículo de currículos*. Edições: Cosmos

- Ruivo, J. (2005). As tecnologias digitais e o ambiente educativo. In Trigueiros, A. (coord.), *A escola que aprende: tecnologias, informação e conhecimento* (pp.109-116). Atas das XVIII Jornadas Pedagógicas - VIII. Transfronteiriças. Castelo Branco: Associação Nacional de Professores, secção de Castelo Branco.
- Ruivo, J. (2006). Contextos de Aprendizagem para a Sociedade do Conhecimento. In Trigueiros, A. (coord.), *Contextos de Aprendizagem para uma Sociedade do Conhecimento* (pp.95-102). Actas das XIV Jornadas Pedagógicas - VIII. Transfronteiriças. Castelo Branco: Associação Nacional de Professores, secção de Castelo Branco. RVJ- Editores, Lda.
- Silva, B. & Silva, A.(2002). *Programa Nónio Século XXI: O desenvolvimento dos projetos das escolas do centro de competências da Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho.
- Sprinthall, N., & Sprinthall, R. (1993). *Psicologia educacional – Uma abordagem desenvolvimentalista*. Amadora: Editora Mc-Graw-Hill de Portugal.
- Viseu, S. (2007). A utilização das TIC nas escolas portuguesas: alguns indicadores e tendências. In Costa, F., Peralta, H. & Viseu (org), *As TIC na Educação em Portugal* (pp. 37-59). Porto: Porto Editora.

Webgrafia

- Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais. (2003). Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação. In *Relatório Necessidades Educativas Especiais na Europa Especiais na Europa*. (pp.43-54). Retirado:https://www.european-agency.org/sites/default/files/special-needs-education-in-europe_sne_europe_pt.pdf. Acedido a 10 de maio de 2016.
- Azevedo, J. (1999). *O Primado de saber fazer. Colóquio/ Educação e Sociedade*, (p. 126-142). Retirado: <http://www.joaquimazevedo.com/martigos>. Acedido a 13 de maio de 2016.
- Azevedo, J.(2012). *Mensagem a futuros professores*. Retirado: <http://www.joaquimazevedo.com/martigos>. Acedido a 13 de maio de 2016.
- Azevedo, J. (2014). *Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas*. Retirado: <http://www.joaquimazevedo.com/martigos>. Acedido a 21 de maio de 2016.
- Azevedo, J.(2015). Nenhum aluno pode ser deixado para trás! É preciso renovar os processos pedagógicos e a organização das escolas. In Conferência *EPIS- Empresários pela Inclusão Social. Escolas de futuro*. Retirado: http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Nenhum_aluno_pode_ser%20deixado_para_tr%C3%A1s.pdf. Acedido a 24 de maio de 2016.
- Azevedo, J. & Nogueira, J.(2010). Educação Especial e Inclusiva em Portugal -Fatos e opções. *Revista Educación Inclusiva* 3, 1, 97-109. Retirado:<http://www.ujaen.es/revista/rei/linked/documentos/documentos/5-6.pdf>. Acedido a 13 de maio de 2016.
- Cerqueira, M. & Martins, A.(2011). A consolidação da Educação e Formação Profissional na Escola Secundária nos últimos 50 anos em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 17, 123-145. Retirado: https://scholar.google.pt/scholar?q=A+consolida%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+e+Forma%C3%A7%C3%A3o+Profissional+na+Escola+Secund%C3%A1ria+nos+%C3%BAltimos+50+anos+em+Portugal.&btnG=&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5. Acedido a 31 de maio de 2016.

Cimeira Ibero-americana de Educação (2009). *Inovação e o Conhecimento*. Retirado: http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/E687BA6C-691D-4B65-B0BE-0D85654373F6/4456/Declaracao_de_Lisboa_PT1.pdf. Acedido a 10 de maio de 2016.

Conselho Nacional de Educação (2014). *O Estado da Educação 2014*. Retirado: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_2014_VF.pdf . Acedido a 3 de maio de 2016.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (2004). Retirado: http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf. Acedido a 18 de maio de 2016.

Declaração de Salamanca (1994). *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Retirado: http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf. Acedido a 6 maio de 2016.

Declaração de Lisboa da Cimeira Ibero - Americana de Educação (2009). *XIX Conferencia Ibero-Americana de Ministros da Educação*. Retirado: http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/E687BA6C-691D-4B65-B0BE-0D85654373F6/4456/Declaracao_de_Lisboa_PT1.pdf. Acedido a 3 de maio de 2016.

Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990). *Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Retirado: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acedido a 3 de maio de 2016.

Eriksson, L; Welander, J. & Granlund, M. (2007). Participation in Everyday School Activities For Children With and Without Disabilities. *Jornal of Development and Physical Disabilities*, 19, 485–502. Retirado: doi 10.1007/s10882-007-9065-5. Acedido a 19 de maio de 2016.

Falkembach, G. & Geller, M. & Silveira, S. R. (2006, junho). Desenvolvimento de Jogos Educativos Digitais utilizando a Ferramenta de Autoria Multimídia: um estudo de caso com o ToolBook Instructor. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, v.4, n.º 1. CINTED – UFRGS. Retirado: <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=jogos+educativos+digitais&btnG=&lr>. Acedido a 3 de junho de 2016.

- Fernandes, M. G. (2009). *O impacto dos quadros multimédia interativos nos contextos de aprendizagem*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Retirado: <http://www.bookess.com/read/7291-impacto-dosquadros-multimedia-interactivos-nos-contextos-de-aprendizagem/>. Acedido a 3 junho de 2016.
- Miranda, G. L. (2007). Limites e possibilidades das TIC na educação. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 3,41-50.
Retirado:https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptPT&q=tic+e+educa%C3%A7%C3%A3o&btnG=&lr=lang_pt. Acedido a 13 de abril de 2016.
- Missão para a Sociedade de Informação (1997). *Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*. Retirado: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf>. Acedido a 3 de janeiro de 2016.
- Moraes, M. (1996). O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. *Revista Em Aberto, Brasília*, 70, 57 - 69. Retirado:<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2081/2050>. Acedido a 6 de janeiro de 2016.
- Organização das Nações Unidas (1990). Normas sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. In *Cadernos nº 3*, 1995. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de pessoas com deficiência.
Retirado:<http://www.inr.pt/uploads/docs/Edicoes/Cadernos/Caderno003.pdf>. Acedido a 3 de maio de 2016.
- Paiva, J. (2002). *As tecnologias de Informação e Comunicação: utilização pelos professores*. Retirado:<http://nautilus.fis.uc.pt/cec/estudo/dados/comp.pdf>. Acedido a 10 de maio de 2016.
- Pedro, N. (2011). *Utilização educativa das tecnologias, acesso, formação e auto-eficácia dos professores*. Tese de Doutoramento da Universidade de Lisboa. Retirado:http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3571/1/ulsd60714_td_Neuza_Pedro.pdf. Acedido a 3 de maio de 2016.
- Peralta, H. & Costa, F. A. (2007). Competência e confiança dos professores no uso das TIC. Síntese de um estudo internacional. *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, 3, pp. 77-86. Retirado: https://scholar.google.pt/scholar?q=peralta+e+costa+%282007%29&btnG=&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5. Acedido a 10 de maio de 2016.

- Projeto Curricular (2015-2016) da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Santana. Retirado: <http://www.ebs-santana.pt/>. Acedido a 15 de maio de 2016.
- Programa de Economia dos Cursos Profissionais de Nível Secundário (2004). Lisboa: Ministério da Educação. Direção Geral de Formação Vocacional. Retirado: http://www.catalogo.anqep.gov.pt/programascp/CP_FC_Economia.pdf. Acedido em 3 de maio de 2016.
- Projeto Educativo (2010-2015) da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Santana. Retirado: <http://www.ebs-santana.pt/>. Acedido a 15 de maio de 2016
- Referencial de formação de técnico/a de restaurante/bar. Agencia Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional. Retirado: http://www.catalogo.anqep.gov.pt/PDF/QualificacaoReferencialPDF/1541/CP/duplcertificacao/811184_RefCP . Acedido a 13 de maio de 2016
- Ribeiro, J., Almeida, A. M., & Moreira, A. (2010). Tecnologias da Informação em Educação: *A utilização das TIC na Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: resultados da aplicação piloto do inquérito nacional a Coordenadores TIC/PTE*. Retirado: <https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptPT&q=Tecnologias+da+Informa%C3%A7%C3%A3o+em+Educa%C3%A7%C3%A3o&btnG=&lr>. Acedido a 3 de maio de 2016.
- Rodrigues, D., & Nogueira, J. (2011). Educação especial e inclusiva em Portugal: Fatos e opções. *Revista brasileira de educação especial*, 17 (1), 3-20. Retirado: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000100002. Acedido a 10 de maio de 2016.
- Ruivo, J. & Mesquita, H. (2010). Educação e formação na sociedade do conhecimento, In aula - *Revista de pedagogia da Universidad de Salamanca*, (Separata) 16, pp. 201-214. Retirado: http://www.ensino.eu/media/5540/Educacao_e_formacao_na_sociedade_do_de_senvolvimento.pdf. Acedido a 10 de maio de 2016.

- Sanches, I (2005). Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 127-142. Retirado: <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=Compreender%2C+Agir%2C+Mudar%2C+Incluir.+Da+investiga%C3%A7%C3%A3o-ac%C3%A7%C3%A3o+%C3%A8+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&btnG=&lr>. Acedido a 10 de maio de 2016.
- Sanches, I. & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, 8, 63-83. Retirado: <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=%28Sanches+%26+Teodoro%2C+2006&btnG=&lr>. Acedido a 3 de maio de 2016.
- Santos, L. (2009). Diferenciação pedagógica: Um desafio a enfrentar. *Noesis*, 79, 52-57. Retirado: <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=diferencia%C3%A7%C3%A3o+pedag%C3%B3gica&btnG=&lr>. Acedido em 13 de junho de 2016.
- Sousa, A.(2013). *As TIC no ensino profissional: utilização na sala de aula das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelos alunos*. CIES e-Working Paper n.º 155/2013.Retirado: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP155_Sousa.pdf. Acedido a 9 de maio de 2016.
- Tarouco, L.; Roland, L.; Fabre, M.C.& Konrath, M. (2004). Jogos educacionais. *CINTED, UFRGS*. Retirado: <https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&q=Jogos+educacionais&btnG=&lr> Acedido a 3 de maio de 2016.
- Warnock, M.(1978). *Warnock Report*. Retirado: <http://www.educationengland.org.uk/documents/warnock>. Acedido a 3 de maio de 2016.
- Zulian, M., & Freitas, S. (2001). Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. *Revista do Centro de Educação*, 2, 18, 112. Retirado: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/02/a5.htm>. Acedido a 15 de maio de 2016.

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto de 1991. Diário da República n.º 193, Serie I, de 23 de agosto de 1991. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/29799/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais.

Decreto-Lei n.º 301/93. Diário da República, I Série -A, de 31 de agosto de 1993. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/53105/>. Acedido a 12 de junho de 2016. - Estabelece o regime de matrícula e de frequência no ensino básico obrigatório

Despacho n.º 206/ME/85. Diário da República, II Série, n.º 263, de 15 de novembro de 1985. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/8636/>. Acedido a 3 de maio de 2016. - Aprova o projeto Minerva para a inclusão do ensino das tecnologias da informação nos planos curriculares do ensino não superior.

Despacho n.º 232/ME/96, de 29 de outubro de 1996. Diário da República, II Série, n.º 251. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/86360/#warning> .Acedido a 3 de maio de 2016. - Cria o Programa Nónio-Século XXI, destinado à produção e utilização das tecnologias de informação e comunicação no sistema educativo, e o Conselho para as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (CONTIC).

Despacho n.º 15 322/2007, de 12 de julho de 2007. Diário da República, II Série de 12 de Julho de 2007. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/236246/>Acedido a 12 de junho de 2016. - Cria a Equipa de Computadores, Rede e Internet nas Escolas (ECRIE).

Despacho n.º 18871/2008. Diário da República, II Série n.º 135 , de 15 de julho de 2008. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/236243/>. Acedido a 12 de junho de 2016. - Cria a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas/Plano Tecnológico da Educação (ERTE/PTE).

Despacho n.º 10252/2015. Diário da República, II Série n.º 180, de 15 de setembro de 2015.Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/1526684/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Cria as Equipas Multidisciplinares da Direção-Geral da Educação.

Despacho Conjunto 36/88. Diário da República, II Série, n.º 189, de 17 de agosto de 1988. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/83184/>. Acedido a 12 de junho de 2016. Define a natureza, constituição, organização e coordenação das equipas de ensino especial integrado.

- Despacho Conjunto 105/97, de 1 de julho, Diário da Republica, II Serie, nº 149, de 01 de julho de 1997. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/83188/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, que abrangem todo o sistema de educação e ensino não superior
- Decreto-lei 6/2001, de 18 de janeiro, Diário da República n.º 15/2001, Série I-A de 2001-01-18. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/129231/>. Acedido a 12 de junho de 2016. - Aprova a reorganização curricular do ensino básico.
- Decreto-lei n.º 74/2004. Diário da República, I Série - A, n.º 73 de 26 de março de 2004. Retirado: http://appdae.net/documentos/leis/dl_74_2004.pdf. Acedido a 12 de junho de 2016. - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação.
- Decreto-lei 3/2008. Diário da República, I Série, n.º 4 de 7 de janeiro de 2008. Retirado: <http://www.dge.mec.pt/legislacao-2>. Acedido a 12 de junho de 2016 - Define os apoios especializados a prestar na educação especial pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.
- Decreto-Lei n.º 139/2012. Diário da República, I Série, n.º 129 de 5 de julho de 2012. Retirado <https://dre.tretas.org/dre/302191/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.
- Decreto-Lei n.º 91/2013. Diário da República, I Série, n.º 131 de 10 de julho de 2013. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/310373/>. Acedido a 12 de junho de 2016. – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.
- Decreto Legislativo Regional 33/2009/M de 31 de dezembro. Diário da República, I Série, n.º 252 de 31 de Dezembro de 2009. Retirado: http://www02.madeira-edu.pt/Portals/5/documentos/Ensino_EB_ES/Legislacao/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial/dlr_n33_2009_M.pdf . Acedido em 12 de junho de 2016. - Estabelece o regime jurídico da educação especial, transição para a vida adulta e reabilitação das pessoas com deficiência ou incapacidade na RAM.
- Lei nº 46/86. Diário da República, I Série, n.º 237 de 14 de outubro. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/35639/> . Acedido a 12 de junho de 2016 - Aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro Diário da República, I Série- A n.º 217 de 19 de setembro de 1997. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/86031/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. - Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

Lei n.º 21/2008, de 12 de maio. Diário da República, I Série, n.º 91 de 12 de maio de 2008. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/233931/> . Acedido a 12 de junho de 2016. – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, definindo os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

Portaria n.º 731/2009. Diário da República, Iª Série, n.º 129, de 7 de julho de 2009. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/256301/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Cria o sistema de formação e de certificação em competências TIC para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.

Portaria 224/2010. Diário da República, I Série n.º 76 de 20 de abril de 2010. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/273104/>. Acedido a 12 de junho de 2016. - Altera o anexo I à Portaria n.º 731/2009, de 7 de julho. Insere a educação especial no elenco de opções de formação no sistema de formação e de certificação em competências TIC.

Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio, Diário da República, I Série-B, n.º 119 de 21 de Maio de 2004. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/171986/> . Acedido a 12 de junho de 2016. - Aprova o regime de criação, organização e gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais de nível secundário.

Portaria n.º 74-A/2013. Diário da República, I Série, n.º 33 de 15 de fevereiro de 2013. Retirado: <https://dre.tretas.org/dre/306961/> Acedido a 12 de junho de 2016.-Estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais.

Portaria nº 1-B/2013. JORAM, I Série, de 18 de janeiro de 2013. Retirado :

<http://www.gov-madeira.pt/joram/1serie/Ano%20de%202013/ISerie-006-2013-01-18sup.pdf> . Acedido a 13 de maio de 2016 – Regula o ensino de alunos com CEI, em processo de transição para a vida pós-escolar

Resolução do Conselho de Ministros nº 137/2007, de 16 de agosto. Diário da República, I Série, n.º 180 de 18 de setembro de 2007. Retirado: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=244&fileName=RCM_137_2007.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=244&fileName=RCM_137_2007.pdf). Acedido a 12 de junho de 2016. - Aprova o Plano Tecnológico da Educação.

Índice de Autores

- Afonso, N. - 7
Arends, R. - 1,41, 43, 44, 70
Azevedo, J. – 10, 26, 71, 72
Azevedo, J.& Nogueira, J. - 21
Bell, J. - 7
Belchior, M. *et al.*- 28
Bogdan, R. & Biklen, S. - 6, 7
Carita, A.; Silva, A.; Monteiro, A. & Dinis, T. - 42
Carvalho, F. - 20, 21, 26
Correia, L. – 20, 22, 24, 25, 26
Costa, H.– 11,12, 27
Costa, F.; Rodriguez, C.; Cruz, E. & Fradão, S. - 12, 13
Eriksson, L.; Welander, J. & Granlund, M. -29
Estanqueiro, A. -29, 43
Falkembach, G.; Geller, M. & Silveira, S. - 43
Fernandes, M. - 44
Leite, C. *et al.* - 71
Lima-Rodrigues *et al.* - 23
Madureira, I. & Leite, T. - 19
Miranda, G. -11, 18
Moraes, M. C. - 28
Morgado, J. - 42
Nóvoa, A. - xv
Papert, S. - 24
Patrocínio, T. - 12, 14, 28
Paiva, J. -18
Pedro, N. - 18
Peralta, H. & Costa, F. A. - 18
Ponte, J.P. – 4, 11, 12, 13, 14, 15
Ponte, J.P.& Serrazina, L. - 29

- Ribeiro, J., Almeida, A. M. & Moreira, A. - 17
- Rodrigues, D. -28, 29, 68
- Rodrigues, D. & Nogueira, J. - 21
- Roldão, M. C. - 8, 41
- Ruivo, J. -11, 13, 21
- Ruivo, J. & Mesquita, H. - 11
- Santos, L.– 9
- Sanches, I.– 9
- Sanches, I.& Teodoro, A. - 19
- Silva, B. & Silva, A. - 15
- Sousa, A. - 18
- Sprinthall, N. & Sprinthall, R. - 44
- Viseu, S. - 15
- Tarouco, L; Roland, L.; Fabre, M.C.& Konrath, M. - 43
- Warnock, M. - 19
- Zulian, M. & Freitas, S. - 25

Anexos e Apêndices

Anexo 1 – Matriz curricular dos Cursos Profissionais do Ensino Secundário

Anexo 2 – Email da turma do Curso Profissional de Restauração

Anexo 3 – *Site* da turma do Curso Profissional de Restauração

Apêndice 1 - Comunicado aos encarregados de educação da turma do Curso Profissional de Restauração

Apêndice 2 – Diário de campo

Apêndice 3 – Inquérito de caracterização da turma em IPP III

Apêndice 4- Inquérito por questionário realizado aos alunos em IPP IV

Apêndice 5 – Entrevista aos docentes do grupo 430

Apêndice 6 – PES: Grelha de observação dos alunos

Apêndice 7 – PES: Grelha de observação do trabalho de grupo

Apêndice 8 – PES: Grelha de observação da participação dos alunos

Apêndice 9 – PES: Grelha de observação da apresentação dos trabalhos de grupo

Apêndice 10 – PES: Planificação de médio prazo do Módulo 6

- Matriz dos Objetivos/Conteúdos

Apêndice 11 – PES: Plano da aula 21 e 22

Apêndice 12 – PES: Plano da aula 23 e 24

Apêndice 13 – PES: Plano da aula 25 e 26

Apêndice 14 – PES: Apresentação da aula 21 e 22 e atividade prática

Apêndice 15- PES: Apresentação em Prezi da aula 23 e 24

Apêndice 16- PES: Atividade prática da aula 25 e 26

Anexo 1 – Matriz curricular dos Cursos Profissionais do Ensino Secundário

ANEXO VI

(a que se referem os artigos 2.º e 16.º)

Ensino Secundário — Cursos profissionais

No âmbito da autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos lectivos na unidade mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias totais de cada disciplina constantes do presente anexo.

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária (a)
Sociocultural	Língua Portuguesa	320
	Língua Estrangeira I, II ou III (b).	220
	Área de Integração	220
	Tecnologias de Informação e Comunicação/Oferta de Escola.	100
	Educação Física	140
	Subtotal	1000
Científica	Duas a três disciplinas (c)	500
Técnica.	Três a quatro disciplinas (d).	1100
	Formação em Contexto de Trabalho (e).	600 a 840
Total		3200 a 3440

(a) Carga horária não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga anual de forma a otimizar a gestão modular e a formação em contexto de trabalho.

(b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, inicia obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.

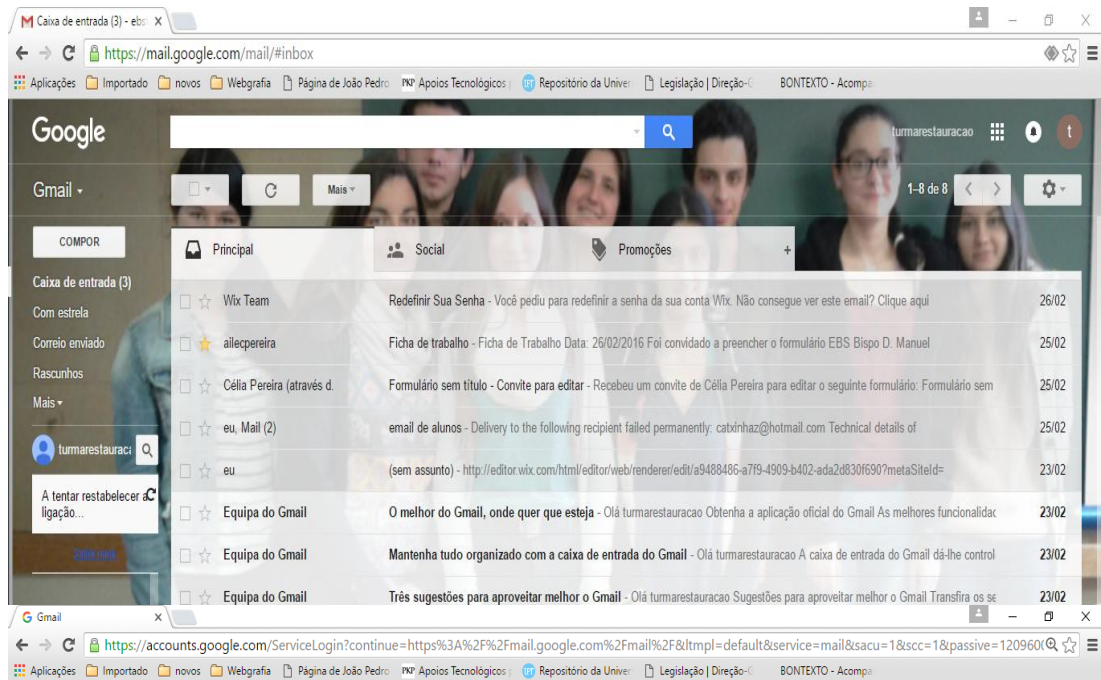
(c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.

(d) Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada.

(e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir e é objeto de regulamentação própria.

(Fonte: Diário da República, I Série, nº 131 de 10 de julho de 2013)

Anexo 2 – *Email* da turma do Curso Profissional de Restauração



Uma conta. Todos os serviços Google.

Iniciar sessão para continuar a utilizar o Gmail



turmarestauracao ebs
ebsturmarestauracao@gmail.com

Iniciar sessão

[Precisa de ajuda?](#)

[Inicie sessão com uma conta diferente](#)

Anexo 3 – Site da turma do Curso Profissional de Restauração

TURMA CURSO PROFISSIONAL DE RESTAURAÇÃO

INÍCIO | O CURSO | AS AULAS | SABER MAIS | APONTAMENTO FINAL | CONTATO | Blog

Deste modo desenvolvemos este site que servirá para auxiliar a construção da nossa aprendizagem e onde disponibilizamos todo o trabalho desenvolvido na disciplina de Economia durante este processo.

SOBRE NÓS | ONDE ESTAMOS | A NOSSA ESCOLA | A NOSSA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

INÍCIO | O CURSO | AS AULAS | SABER MAIS | APONTAMENTO FINAL | Mais...

EBS Bispo D. Manuel Ferreira Cabral
Rua Dr. Albino de Menezes
9230-081 Santana - Madeira - Portugal

www.ebs-santana.pt
email: geral@ebs-santana.pt
Tel: (00 351) 291 570 000
Fax: (00 351) 291 570 009

Este site foi criado por WIX.com. Crie seu site GRÁTIS >>

Apêndice 1 - Comunicado aos encarregados de educação da turma do Curso Profissional de Restauração

Comunicado para os Encarregados de Educação

Exmo. (a) Sr.º (ª), Encarregado(a) de Educação,

Venho por este meio informá-lo(a) que no âmbito de um protocolo de estágio com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para a docente Célia Pereira, referente ao Mestrado em Ensino de Economia e de Contabilidade, a referida docente encontra-se atualmente a desenvolver a prática pedagógica na disciplina de Economia do Curso profissional de Restauração, frequentado pelo seu (sua) educando(a).

Deste modo e no âmbito do desenvolvimento das atividades programadas, foi planeada uma atividade de grupo para a construção de um site da turma, que será posteriormente integrado no site oficial da escola. Esta atividade irá decorrer nos dias 16 e 23 de fevereiro e 1 e 8 de março (terças-feiras) das 16h50 às 18h20, onde será importante a comparência dos alunos para proporcionar aos mesmos um acompanhamento da elaboração da atividade proposta.

De igual modo informo que a aula de economia no próximo dia 4 março de 2016 (sexta – feira), realizar-se-á das 14h10 às 15h50 em substituição do horário das 10h10 às 11h40 (tal como definido no horário da turma).

Atentamente,

(A professora: Célia Pereira)

A devolver :

Curso Profissional de Restauração	
Nome do aluno:	Nº
Tomei conhecimento O encarregado de educação : _____	

Apêndice 2 – Diário de campo

DIÁRIO DE CAMPO – IPP IV: Dia 04-02-2016 - 13:25h/14:10h
DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Reuni com a professora cooperante com o intuito de estabelecer o agendamento das aulas lecionadas e verificar o cronograma e planificação do módulo, confirmando que as aulas a lecionar serão as respeitantes ao tema integração económica num total de 6 tempos letivos, respetivamente das aulas 21 a 26. Foi ainda acordado que estas seriam dadas sequencialmente. • Articulei igualmente com a professora cooperante, para retomar do contacto com a turma, solicitando para o efeito alguns minutos da aula, com o intuito de me aproximar de novo dos alunos e apresentar-lhes o plano de atividades envolvendo tanto as aulas lecionadas como a proposta sobre as atividades a desenvolver em período extracurricular.
OBSERVAÇÕES/REFLEXÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A professora cooperante como habitualmente, acedeu de imediato às minhas solicitações, agendando de imediato para o dia seguinte (5/02/16) a ida à sala de aula para falar com os alunos, durante o primeiro tempo letivo.

DIÁRIO DE CAMPO – IPP IV: Dia 05-02-2016 - 10:10h/10:55h
DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Iniciou-se esta reaproximação com a apresentação da proposta de atividades, alertando para a necessidade de realizar pelo menos 4 sessões em período não curricular com o intuito: - explicar o funcionamento da ferramenta Prezi (1 sessão de 90min.), tendo planificado para o efeito 1 sessão de 90 minutos, e a criação de uma conta de correio eletrónico e construção de um <i>site</i> para a turma numa aplicação à escolha dos alunos, nas restantes sessões. • Foi ainda articulado com os alunos, qual o horário mais favorável para o desenvolvimento destas sessões, em virtude da sua disponibilidade. Os alunos informaram, que o único dia possível seria a terça-feira a partir das 16h50. • Foi sugerido, dar conhecimento aos encarregados de educação do período de realização destas atividades, pelo que seria elaborada para o efeito uma comunicação aos encarregados de educação.
OBSERVAÇÕES/REFLEXÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos alunos manifestaram satisfação e entusiasmo pela proposta feita. • Alguns, no entanto, apesar do entusiasmo, mostraram preocupação, dado que não saberiam se os progenitores os libertariam das tarefas habitais para puderem comparecer nas sessões. • Em virtude das condicionantes existentes, foi possível estabelecer a terça-feira para a realização destas atividades e após a coordenação com a pessoa responsável pela requisição das salas de informática e com o conselho executivo da escola, foi reservado

a sala 7 do quarto pavilhão das (sala de informática), das 16h 50 às 18h20.

DIÁRIO DE CAMPO – IPP IV: Dia 26-02-2016 - 10:10h/11:40h

DESCRIÇÃO DA AULA 21 E 22

- A aula iniciou-se com o registo do sumário e apresentação dos objetivos da aula.
- Após a apresentação do sumário, deu-se início à aula efetuando uma avaliação diagnóstica oral, apoiada na apresentação em PowerPoint sobre os conceitos de comércio, agentes económicos e trocas comerciais. Inquiriu-se os alunos sobre os tipos de comércio que conheciam e as suas características. Estas de forma a enquadrar a temática da aula e perceber os conhecimentos prévios dos alunos. Foi igualmente apresentado um vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=uo95vyKDquA&list=WL&index=1>) sobre as importações e exportações, com o intuito de contextualizar a temática em relação à situação portuguesa.
- Continuou-se a apresentação dos conteúdos da aula através de uma apresentação em PowerPoint, abordando a expansão do comércio internacional, procurando através de imagens levar alunos a construir o seu conhecimento, sobre as razões que levaram ao desenvolvimento do comércio internacional, abordando o conceito de blocos económicos, com a explanação de alguns blocos económicos.
- Seguiu-se a exposição do conceito de processo de integração económica, explicando as suas vantagens.
- Abordou-se os diferentes sistemas de integração, seguindo-se um estudo mais aprofundado sobre as características e cada um.
- Neste aprofundamento deu-se conta de exemplos que fossem mais próximos da realidade dos alunos e assim facilitar as aprendizagens.
- Para consolidar as aprendizagens, utilizou-se a apresentação de vídeos, e debate com os alunos sobre as características dos sistemas estudados, promovendo a sua participação.
- Realizou-se uma atividade prática com recurso ao PowerPoint e para a qual, foi solicitado aos alunos a sua participação para os próprios efetuarem no computador da professora a escolha das opções que consideravam corretas. Nos momentos em que essas escolhas não coincidiam com a resposta correta, pedia-se aos restantes a sua colaboração para a obtenção da resposta correta.
- Por fim, foi efetuada uma síntese dos conteúdos da aula e a definição dos temas e grupos para a realização do trabalho de grupo na aula seguinte.
- Os alunos foram ainda alertados para comparecerem na próxima aula (03/03/16) na sala 7 do 4º pavilhão.

OBSERVAÇÕES/REFLEXÕES

- Logo no primeiro momento da aula e durante as questões de diagnóstico, com o objetivo de enquadrar a temática e perceber os conhecimentos prévios dos alunos, foi possível verificar que estes estavam completamente ausentes em termos de participação e colaboração.
- Apesar de ter procurado estimular a sua participação, esta, não ocorreu, nem mesmo para responder às questões colocadas.
- Esta primeira situação deixou-me um pouco apreensiva sobre o desenrolar da aula.

- Deve-se dizer que esta postura foi geral, nem os alunos que habitualmente são mais participativos, o fizeram.
- Salienta-se que, mesmo durante a entrada na sala de aula, e ao contrário do habitual, os alunos apresentavam-se conversadores e relutantes em se sentarem apropriadamente, tendo sido mesmo necessário chamar a atenção, para abrirem as mochilas (que se encontravam em cima das mesas) e retirar o caderno diário para registar o sumário e iniciarmos a aula.
- Procurou-se estabelecer por isso um diálogo mais descontraído, procurando perceber o que se passava e o que tinha acontecido para esta pouco habitual atitude na sala de aula.
- Os alunos relataram que se encontravam muito cansados e desmotivados com as disciplinas no geral (alguns com resultados negativos) e em particular com o formador e a formação prática na escola.
- Estabeleceu-se um momento de diálogo sobre o assunto, atendendo às suas queixas e só posteriormente se iniciou a aula.
- Felizmente, gradualmente os alunos começaram a colaborar, especialmente, a partir do visionamento do vídeo sobre a ZLC. A atitude em geral melhorou e embora alguns ainda se recusassem a participar (alunos com NEE), foi de fato a partir deste momento os alunos começaram a evidenciar uma postura corporal mais atenta ao que estava a acontecer na aula, ao contrário da postura apresentada inicialmente.
- Durante o debate em grupo com o intuito de ver respondidas às questões do guião sobre o vídeo dos blocos económicos e sistemas de integração, a maioria dos alunos já participava de forma colaborante, dando inclusive sugestões sobre os produtos a escolher quando trabalhávamos a representação de papéis como forma de consolidação dos diferentes sistemas de integração.
- No entanto os alunos com NEE eram os que se apresentavam ainda calados e pouco colaborantes, parecendo um pouco perdidos.
- Assim, quando iniciamos a atividade prática, solicitou-se que individualmente viessem ao meu computador para responder às questões colocadas.
- Em relação aos alunos com NEE, uma das alunas acedeu e respondeu corretamente, mostrando-se satisfeita, recusando, no entanto, a sua permanência para continuar a participar. A outra aluna manteve a recusa em participar.
- No caso do aluno do sexo masculino, apesar de não ter de imediato assinalado a resposta correta, achou graça ao som apresentado no PowerPoint (na resposta errada) e pediu para continuar a ser ele a assinalar as respostas. Deste modo estabeleceu-se um diálogo com os alunos, onde quase todos apresentavam a sua resposta, tendo em determinadas situações justificado a sua escolha quando eu em tom de brincadeira questionava se tinham a certeza da mesma.
- De referenciar que, embora a aula não tivesse corrido bem no início, foi muito gratificante ver a alteração de comportamento ao longo do desenrolar da mesma.
- A utilização do segundo vídeo aliado ao jogo de papéis, pareceu, consolidar o interesse e a participação dos alunos que era evidente no momento da realização da atividade prática.
- Em virtude de ser habitual um dos alunos com NEE ficar sozinho na realização de trabalhos (seja por sua própria vontade, seja porque os restantes colegas não gostam muito de trabalhar com ele), organizou-se a composição dos grupos de trabalho de

forma a integrar este num dos grupos, sugerindo igualmente os temas que cada grupo iria abordar. Esta minha atitude foi bem aceite por todos.

DIÁRIO DE CAMPO – IPP IV: Dia 03-03-2016 - 11:50h/13:20h

DESCRIÇÃO DA AULA 23 E 24

- A aula iniciou-se com o registo do sumário, presenças e apresentação dos objetivos da aula.
- De seguida efetuou-se uma breve revisão dos conteúdos da aula anterior, utilizando para o efeito uma apresentação em Prezi, apelando à participação dos alunos.
- Seguidamente, os alunos iniciaram os trabalhos de pesquisa apoiados pelas fichas orientadoras, correspondentes, construídas para servirem de guia na realização do trabalho de grupo. Estas fichas foram disponibilizadas quer em papel, quer em formato eletrónico no site da turma.
- Durante a aula acompanhou-se sempre o desenvolvimento dos trabalhos de grupo, em especial os grupos com elementos com NEE.
- A aula terminou lembrando aos alunos a necessária mudança de sala de aula e de horário para aula do dia seguinte.

OBSERVAÇÕES/REFLEXÕES

- Os alunos apresentaram-se desde o início da aula, colaboradores e de forma generalizada participativos.
- Evidenciou-se, no entanto, a atitude silenciosa de alguns, perante as questões colocadas durante a revisão de conteúdos.
- Não obstante, durante a realização dos trabalhos de pesquisa, todos, manifestavam entusiasmo, empenho e motivação.
- Acompanhou-se de forma empenhada sem exceção todos os grupos durante o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa, embora tenha tido uma maior atenção em relação aos grupos que integravam os alunos com NEE.
- Salienta-se que especialmente nestes grupos a solicitação para a minha presença era praticamente constante, de tal modo que, num dos grupos não era tomada nenhuma decisão sem inquirirem a minha opinião. Esta constatação é coincidente com a falta de autonomia evidenciada por grande parte dos alunos e em especial pelos alunos com NEE.
- Como já salientado, tornou-se evidente que esta atividade era do agrado dos alunos e para a qual, estes procuraram fazer o seu melhor, participando ativamente na sua realização, assim procurei-me em apoiar individualmente e cada grupo, analisando se estavam a cumprir os objetivos delineados na ficha guia e orientando ou reorientando na pesquisa que os alunos efetuavam.
- Ainda, foi manifesto que embora os alunos detenham alguma técnica na elaboração de apresentações em PowerPoint, muitos apresentavam dúvidas no domínio das suas potencialidades. A título de exemplo, saliento a incorporação de imagens, vídeos ou seleção e escolha de formas de animação.

- Um dos grupos não cumpriu com um dos itens pedidos.
- A este respeito, deve-se aqui referir que durante o acompanhamento efetuado refleti que, talvez para alguns dos grupos, teria sido benéfico para a realização e posterior apresentação do trabalho terem tido mais tempo para a sua concretização.
- Esta reflexão acabou por ser corroborada por dois dos grupos, onde os alunos solicitaram completar o trabalho em casa para a incorporação de algumas imagens.
- Assim, apesar de considerar que a aula correu muito bem, este aspeto deverá para o futuro, ser tido em consideração.

DIÁRIO DE CAMPO – IPP IV: Dia 04-06-2016 - 14:10h/15:50h

DESCRIÇÃO DA AULA 25 E 26

- O início desta aula pautou-se pelo atraso generalizado dos alunos, que chegaram à sala de uma forma dispersa, fato justificado pelos mesmos, pela alteração de sala e pouco tempo que dispuseram para almoçar.
- Após a entrada dos alunos, efetuou-se o registo da ausência de um aluno e de imediato deu-se início à aula com o registo do sumário.
- De seguida os alunos iniciaram as suas apresentações sobre a construção da União Europeia, organizadas de acordo com a ordem previamente estabelecida, utilizando o quadro interativo.
- Foram igualmente apresentados pela professora alguns vídeos / jogos didáticos como forma de consolidação. Estes tinham sido previamente colocados no site da turma (<http://ebsturmarestauraca.wix.com/meusite>), incorporados como recursos para promover a participação dos alunos.
- Assim, foram realizados diversos jogos com uma participação bastante significativa por parte dos alunos.
- No final da aula constituiu-se duas equipas distribuindo os alunos de modo a que cada elemento do grupo de trabalho pertencesse a uma equipa diferente.
- Foi então apresentado o jogo às equipas e estabelecidas as regras. Cada equipa deveria conferenciar antes de selecionar a resposta; Todos os elementos deveriam participar; Não existia tempo limite; Ganhava a equipa que acertasse no maior número de questões na primeira resposta.

OBSERVAÇÕES/REFLEXÕES

- Devido à alteração de sala de aula, demorou algum tempo para que todos os alunos chegassem à sala. Tendo-se verificado que um dos alunos acabou por não comparecer.
- Esta alteração de sala, surge originada pela intenção de utilizar o quadro interativo para procurar potenciar a participação dos alunos, sendo que esta é uma ferramenta muito recente na escola e para a qual não possui-a qualquer formação. De fato, à exceção de ter testado o seu funcionamento nos dias anteriores nunca antes tinha utilizado o quadro interativo.
- A realização de jogos didáticos, foi talvez das atividades desenvolvidas na aula que despertou maior interesse e motivação junto dos alunos, onde foi possível verificar na generalidade da turma uma participação ativa.

- A constituição das equipas para efetuar o jogo elaborado pela professora, procurou ser heterogénea, permitindo por um lado uma diversificação uniformização de saberes e por outro a inclusão dos alunos com NEE em equipas diferentes, o que se veio a verificar, ser bastante positivo para todos.
- Verificou-se uma partilha dos saberes e oportunidades. Foi a primeira vez que se observou os alunos a trabalhar em equipa, habituados que estão a trabalhar em grupo (sempre os mesmos pares), foi deveras interessante ver a atitude positiva dos alunos, perante as colegas com NEE.
- No final do jogo as equipas encontravam-se empatadas, dado que apenas falharam numa das respostas, revelando a aquisição das aprendizagens.
- Durante esta atividade, os alunos estiveram sempre muito entusiasmados e verificou-se que a participação de forma geral acontecia espontaneamente, contudo uma das alunas com NEE, manteve em grande parte da aula uma atitude de recusa em participar, apesar dos meus esforços, convidando-a sempre em cada nova atividade apresentada. Por fim, no jogo de equipa acabou por colaborar.
- Antes de terminar a aula, cada grupo de trabalho, colocou as suas apresentações no *site* da turma.

Apêndice 3 – Inquérito de caracterização dos alunos em IPP III



Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral

No âmbito da disciplina de Iniciação à Prática Profissional III, a professora Célia Pereira, mestranda do Mestrado em Ensino de Economia e de Contabilidade irá desenvolver a sua prática letiva supervisionada na disciplina de Economia do Curso Profissional de Restauração, sob a orientação da professora Ana Paula Curado e da professora Maria João Pinheiro como professora cooperante.

O presente inquérito a que vais responder servirá para conhecer melhor a turma em que serão lecionadas as aulas com o intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Este questionário é anónimo e destina-se apenas a este estudo. É importante que respostas de forma sincera.

CARATERIZAÇÃO				
Idade:		Género: F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>		
Nacionalidade: Portuguesa <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/>		Qual?.....		
Morada: Freguesia:				
Telefone /Telemóvel: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			Email:	
FILIAÇÃO				
Pai	Profissão:	Idade:	Habilitações literárias:	
Mãe	Profissão:	Idade:	Habilitações literárias:	
Morada	Freguesia:	Concelho:		
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO				
Parentesco:		Profissão:	Habilitações literárias:	
Morada		Freguesia:	Concelho:	
AGREGADO FAMILIAR (com quem vives)				
Parentesco	Idade	Habilitações literárias	Profissão	Situação profissional
Os teus pais?				
Estão ausentes <input type="checkbox"/> Qual?..... Estão separados <input type="checkbox"/> A mãe faleceu <input type="checkbox"/> O pai faleceu <input type="checkbox"/>				
Costumas falar com os teus pais sobre assuntos do teu interesse?				
Muitas vezes <input type="checkbox"/> Poucas Vezes <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/>				

<p>Consideras que existem problemas na tua casa? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se sim, de que tipo? Monetários <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Alcoolismo <input type="checkbox"/> Separação dos pais <input type="checkbox"/> Tabaco <input type="checkbox"/> Toxicodependência <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Quais?</p>
PERCURSO ESCOLAR
<p>Gostas de estudar? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/></p>
<p>Ficaste retido algum ano? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Quantos anos?..... Em que ano?</p>
<p>Com que frequência estudas? Diariamente <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nas vésperas dos testes <input type="checkbox"/> Aos fins-de-semana <input type="checkbox"/></p>
<p>Tens ajuda para estudar? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/></p> <p>Se respondeste sim ou às vezes, de quem?</p>
<p>Onde estudas? Em casa <input type="checkbox"/> Na escola <input type="checkbox"/> Na biblioteca <input type="checkbox"/> Não estudo <input type="checkbox"/> Outros Locais <input type="checkbox"/> Quais?</p>
<p>Este ano tiveste alguma falta disciplinar? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se respondeste sim, quantas?</p>
ESCOLA
<p>Gostas da tua escola? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Porquê? </p>
<p>Qual (ais) a (s) disciplina (s) preferida (s)? </p>
<p>Qual (ais) a (s) disciplina (s) de que menos gostas? </p>
<p>Qual (ais) a (s) disciplina (s) que tens mais dificuldade(s)? </p>
<p>Até quando pensas estudar? Até o 12.º ano <input type="checkbox"/> Até ao Ensino superior <input type="checkbox"/></p>
<p>Qual a razão de teres escolhido este curso? Por gostar <input type="checkbox"/> Não tive opção <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/></p>
<p>Qual é a profissão que desejas ter ? </p>
<p>O que precisas fazer para conseguir o teu objetivo? </p>
<p>Atividades preferidas nas aulas Trabalhos de grupo <input type="checkbox"/> Aulas expositivas <input type="checkbox"/> Fichas de trabalho <input type="checkbox"/> Pesquisa na internet <input type="checkbox"/> Trabalhos Individuais <input type="checkbox"/> Apresentações em PowerPoint <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Qual(is)?</p>
<p>Que outras atividades gostarias ver dinamizadas no âmbito do curso? Visita de estudo <input type="checkbox"/> Trabalhos de pesquisa <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Qual(is).....</p>

Quais as atividades onde sentes maiores dificuldades de realização nas aulas? Trabalhos escritos <input type="checkbox"/> Trabalhos de grupo <input type="checkbox"/> Estudo individual <input type="checkbox"/> Outra(s) <input type="checkbox"/> Qual(ais)?.....	
Nas aulas participas: Voluntariamente <input type="checkbox"/> Só quando solicitado <input type="checkbox"/> Porquê?	
Classifica a tua relação com os colegas: Muito boa <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Má <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/>	
Como é a tua relação com os professores? Amigável <input type="checkbox"/> Respeitosa <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Distante <input type="checkbox"/>	
Assinala com (X) os fatores principais que, na tua opinião, contribuem para o insucesso dos alunos:	
Dificuldade em compreender a linguagem dos professores..... <input type="checkbox"/> Falta de oportunidade para esclarecimento de dúvidas..... <input type="checkbox"/> Rapidez no tratamento dos assuntos..... <input type="checkbox"/> Esquecimento rápido do que foi trabalhado..... <input type="checkbox"/> Antipatia do professor..... <input type="checkbox"/> Mudança de professores..... <input type="checkbox"/> Falta de hábitos de estudo..... <input type="checkbox"/>	Conteúdos difíceis Indisciplina na sala de aula Falta de atenção/concentra Desinteresse pela disciplina Incompreensão do professor..... Outro tipo de solicitações. Qual(is)?.....
Quais as qualidades que aprecias num professor? Amizade <input type="checkbox"/> Compreensão <input type="checkbox"/> Autoridade <input type="checkbox"/> Justiça <input type="checkbox"/> Assiduidade <input type="checkbox"/> Competência <input type="checkbox"/> Responsabilidade <input type="checkbox"/> Exigência <input type="checkbox"/> Pontualidade <input type="checkbox"/> É indiferente <input type="checkbox"/>	
Como classificas o teu grau de conhecimentos em informática? Muito bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Fraco <input type="checkbox"/>	
Tens computador em casa? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Com internet? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Utilizas o computador para: Trabalhos escolares <input type="checkbox"/> Comunicar com os amigos <input type="checkbox"/> Jogos <input type="checkbox"/> Outras situações <input type="checkbox"/>	
SAÚDE	
Tens problemas de saúde? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se sim, qual (is)? Visuais <input type="checkbox"/> Auditivos <input type="checkbox"/> Motores <input type="checkbox"/> Linguagem <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>	
Quantas horas costumas dormir durante o período de aulas? A que horas te deitas?	
QUESTÕES ECONÓMICAS	
Beneficias de Ação Social Escolar? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
Como te deslocas de casa para a escola? A pé <input type="checkbox"/> De autocarro <input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Qual?	
Quanto tempo demora o percurso de casa à escola?	
OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES	
Como preferes ocupar o teu tempo livre? Ouvir musica <input type="checkbox"/> Ler <input type="checkbox"/> Fazer desporto <input type="checkbox"/> Ver televisão <input type="checkbox"/> Ajudar os pais <input type="checkbox"/> Outra(s) <input type="checkbox"/> Quais:	
Quais os programas de televisão que preferes? Filmes <input type="checkbox"/> Telenovelas <input type="checkbox"/> Documentários <input type="checkbox"/> Concursos <input type="checkbox"/> Informação <input type="checkbox"/>	

Outros <input type="checkbox"/> Qual(is)?	
Participas em atividades culturais? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Quais? Grupo folclórico <input type="checkbox"/> Desportivas <input type="checkbox"/> Outra(s)? <input type="checkbox"/> Quais?	
Tens por hábito de sair à noite? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Todos os dias <input type="checkbox"/> Só aos fins-de-semana <input type="checkbox"/>	
Que locais frequentas: Cafés <input type="checkbox"/> Casa de familiares <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Quais?	
Com quem costumavas sair? Pais <input type="checkbox"/> Amigos <input type="checkbox"/> Familiares <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Quem?	
Nas férias escolares costumavas? Dormir <input type="checkbox"/> Viajar <input type="checkbox"/> Ir à praia <input type="checkbox"/> Ouvir música <input type="checkbox"/> Ler <input type="checkbox"/> Trabalhar <input type="checkbox"/> Outra atividade <input type="checkbox"/> Qual(is)?.....	
COMO TE VÊS/ COMO TE COMPORTAS	
Das características abaixo indicadas, assinala as que reconheces em ti própria(o).	
Atenta(o) <input type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Preguiçosa(o) <input type="checkbox"/> Cooperante <input type="checkbox"/> Nervosa(o)..... <input type="checkbox"/> Honesta(o)..... <input type="checkbox"/> Tímida(o) <input type="checkbox"/>	Calma(o)..... <input type="checkbox"/> Distraída(o) <input type="checkbox"/> Agressiva(o) <input type="checkbox"/> Compreensiva(o) <input type="checkbox"/> Organizada(o)..... <input type="checkbox"/> Desorganizada(o) <input type="checkbox"/> Egoísta..... <input type="checkbox"/>
Quando um assunto da aula não te interessa, tu ... Conversas com o colega do lado <input type="checkbox"/> Fazes desenhos no caderno <input type="checkbox"/> Dormes <input type="checkbox"/> Pedes ao professor que te esclareça sobre o interesse do assunto <input type="checkbox"/> Brincas com o que tens à mão <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Qual?	
O que é que te preocupa? (Por exemplo em relação à escola, à vida familiar, aos amigos, à tua terra, ao mundo, etc...)	

Muito obrigada pela colaboração!

A Professora: Célia Pereira

Questionário

Gostaria de contar com a tua colaboração para preencher este questionário. Este tem como objetivo recolher a opinião dos alunos no âmbito da prática de ensino supervisionada da professora Célia Pereira, inserida na unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional IV do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade. Este questionário é anónimo e as tuas respostas são muito importantes e devem refletir a tua opinião. Por favor, responde com sinceridade. Para cada questão assinala **UMA** resposta.

I - Caracterização

1. Idade: _____ anos
 2. Género: Masculino Feminino
 3. É habitual participares nas aulas de economia?
 - Sempre
 - Muitas vezes
 - Algumas vezes
 - Raramente
 - Nunca
- 3.1. Se na pergunta anterior respondeste “Raramente ou Nunca”, indica as razões que te levam a não participar?
- Não gosto de falar
 - Gosto de falar, mas por vezes é difícil expressar o que penso
 - Habitualmente não sei a resposta
 - Tenho medo de errar
 - Outra: _____

II- Contribuição utilização e integração das TIC- participação dos alunos

4. Indica como classificas as atividades abaixo descritas para a promoção da tua participação.

Considerando a escala indicada de:

- | |
|---------------------|
| 1- Nada importante |
| 2- Pouco importante |
| 3- Indiferente |
| 4- Importante |
| 5- Muito importante |

Promoção da participação	Classificação
Utilização do PowerPoint/Prezi pelo professor	
Utilização de vídeos para posterior debate /síntese	
Realização de trabalhos de pesquisa com recurso à internet	
Utilização do PowerPoint/ Prezi para fazer apresentações	
Realização de jogos didáticos	
Consultas de sites relacionados com a disciplina	
Realização de trabalhos de grupo	
Participação em atividades em equipa	
Utilização do quadro interativo	

Nas questões 5, 6 e 7, assinala a opção que tem maior importância para ti.

5. Na tua opinião a utilização do PowerPoint/Prezi permite:

- compreender melhor a matéria.
- torna as aulas mais interessantes.
- estar mais atento(a).
- ter vontade de participar.
- estar mais distraído (a).

6. Na tua opinião a utilização de vídeos permite:

- compreender melhor a matéria.
- torna as aulas mais interessantes.
- permite-me estar mais atento (a) .
- ter vontade de participar.
- estar mais distraído(a).

7. Na tua opinião a utilização da internet para trabalhos de pesquisa permite:

- estar mais motivado(a) para aprender mais.
- ajuda-me a realizar melhor os trabalhos.
- algo que gosto porque é só copiar as matérias.
- facilita a aquisição dos conhecimentos.
- algo que faz com que esteja mais empenhado no trabalho.

III- Apreciação das aulas lecionadas

8. Consideras que as atividades desenvolvidas pela professora permitiram:

	Sim	Não
Estar mais interessada(o)		
Compreender melhor as matérias		
Melhorar os meus conhecimentos em relação às tecnologias		
Promoveram a minha autoestima		
Trabalhar melhor em equipa		
Estar mais participativo(a)		
Trabalhar mais na sala de aula		

9. Consideras que a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) facilitam a aprendizagem das matérias da disciplina de economia?

Sim Não

Porquê? _____

10. De que forma a utilização das TIC pode auxiliar-te nas tuas dificuldades?

11. Achas que a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitem estimular a tua participação na disciplina de economia?

Sim Não

Porquê? _____

12. Nas aulas lecionadas pela professora indica as atividades que mais contribuíram para as tuas aprendizagens? Porquê? _____

Obrigada pela tua colaboração



Célia Pereira

Apêndice 5 – Entrevista aos docentes do grupo 430

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade



Guião da Entrevista aos Professores

Esta entrevista é realizada no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada do Mestrado em Ensino de Economia e de Contabilidade, e tem por objetivo analisar as práticas pedagógicas e o parecer dos professores face à utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) dentro do grupo disciplinar de economia e contabilidade e com ela propiciar um espaço de reflexão sobre as conceções e as práticas pedagógicas da utilização das TIC.

I – Enquadramento pessoal e profissional

1. Idade: _____ anos
2. Género: Feminino Masculino
3. Tempo de serviço: _____ anos
4. Formação Académica: _____
5. Disciplinas/cursos lecionados no presente ano letivo:
6. Nas turmas que leciona existem alunos com necessidades educativas especiais (NEE)?

II – Formação

7. Que formação possui em tecnologias de informação e comunicação (TIC)?
8. Como adquiriu essa formação?
9. Alguma vez teve formação relacionada com as NEE?
 - 9.1 Em que medida é profissionalmente relevante essa formação?

III – Parecer sobre a utilização e integração das TIC

10. A utilização e integração das TIC na sala de aula:

	Discordo	Não tenho opinião	Concordo
a. É um estímulo para os professores e para alunos			
b. Melhora /facilita a aprendizagem dos alunos			
c. Aumenta o interesse dos alunos pela disciplina			
d. Deve ser uma prática didático pedagógica			
e. Favorece a participação dos alunos			
f. Auxilia a inclusão dos alunos com NEE			
g. Estimula a criatividade			
h. Implica muito trabalho e tempo para preparar as aulas			
i. Potencia a motivação e o empenho dos alunos			
j. Promove a auto estima e a autonomia dos alunos			
k. Oferece vantagens pedagógicas para os alunos com NEE			

IV – A Prática docente

11. Utiliza o computador na sua prática docente? Com que frequência?
12. Se não utiliza, quais as razões?
13. Quais as ferramentas tecnológicas que utiliza nas suas aulas?
14. Quando utiliza as TIC, verifica alguma mudança nos alunos?
15. Que importância atribui à utilização e integração das TIC na sala de aula?
16. Que desafios se colocam atualmente aos professores com a integração das TIC em contexto pedagógico?

V - Disponibilidade de meios na escola

17. Considera que os equipamentos informáticos existentes na escola são suficientes para garantir a utilização e integração pedagógica das TIC?
18. Maioritariamente durante a utilização da Internet na sua escola verifica que:

Itens	Sim	Não	Nem sempre
Todos os computadores têm acesso à Internet			
Tem acesso Wireless (sem fios) em toda a escola			
Há falhas constantes no acesso			
Quando há falhas o problema é resolvido de imediato			
A velocidade de acesso é rápida			

19. A escola desenvolve formação no âmbito da utilização das TIC?
20. Analisando a cultura escolar da escola onde leciona no contexto de utilização e integração das TIC, que classificação qualitativa atribuiria? Porquê?
NS- Não Satisfaz; **SP-** Satisfaz Pouco; **S-** Satisfaz; **B-** Bom; **MB-** Muito Bom

Muito obrigada pela colaboração.

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade

Apêndice 6 – PES: Grelha de observação dos alunos

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade





Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral									
Curso Profissional de Restauração - Mesa e Bar					Disciplina: Economia - 2º		Ano : 2015/2016		
Grelha de observação			Módulo 6: A interdependência das economias atuais			Aula nº e ____		Data: / /2016	
Critérios de Avaliação			1- Não Satisfaz (NS)		2- Satisfaz (S)	3- Bom (B)	4- Muito Bom (MB)	5- Excelente (E)	
Nº	Alunos	P	Assiduidade	Pontualidade	Atitudes e comportamento	Autonomia	Participação/Motivação/Empenho		
							Questões orais	Ficha de trabalho/Atividade prática	Trabalho de grupo
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
Observações:									
A professora : Célia Pereira									

Apêndice 7 – PES: Grelha de observação do trabalho de grupo

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade



 Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral		
		
Curso Profissional de Restauração - Mesa e Bar	Disciplina: Economia	Ano : 2015/2016
	Módulo 6: A interdependência das economias atuais	
Grelha de observação: Trabalho grupo/pares	Aula nº ___ e ___	Data: ___/___/2016

Tema: _____

Identificação do

Nº	Nome

Grupo:

Item	Registo	
Como decorreu o trabalho de grupo?	Trabalham bem	
	Não trabalham o necessário	
Todos participaram no trabalho de grupo? Existiu colaboração?	Sim	
	Não	
	Quem não trabalhou?	
Demonstraram empenho nas atividades que desenvolveram?	Sim	
	Não	
Observações:		
A professora : Célia Pereira		

Apêndice 9 – PES: Grelha de observação da apresentação dos trabalhos de grupo



Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade



Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral								
Curso Profissional de Restauração - Mesa e Bar	Disciplina: Economia			Ano : 2015/2016				
	Módulo 6: A interdependência das economias atuais							
Grelha de observação da apresentação dos trabalhos de grupo	Aula nº ____ e ____			Data: / /2016				
Critérios: Não Satisfaz (NS); Satisfaz (S); Bom (B); Muito Bom (MB); Excelente (E)								
Grupo I: A Construção da União Europeia				NS	S	B	MB	E
1. O que é a União Europeia?								
2. Quais foram os principais fundadores da União Europeia?								
3. Quais as etapas do processo de integração?								
4. Quais os principais tratados?								
Grupo II: O Alargamento				NS	S	B	MB	E
1. O que significa “alargamento da União Europeia?								
2. Quais os Estados membros fundadores da União Europeia?								
3. Quais foram alargamentos da União Europeia?								
4. Qual a localização geográfica e as capitais de cada Estado membro?								
5. Quais são os países que pretendem aderir à União Europeia?								
Grupo III: Os 28 Países e as bandeiras				NS	S	B	MB	E
1. Identificação das bandeiras dos 28 países da UE.								
2. Fazer um exercício sobre as bandeiras da UE.								
3. Apresentar um exercício sobre as bandeiras da UE.								
Grupo IV: Os símbolos da União Europeia				NS	S	B	MB	E
1. Quais os símbolos da EU?								
2. Qual a sua origem?								
3. Qual o seu significado?								
4. Quais são os países que adotaram o Euro?								
Grupo V: As instituições da União Europeia				NS	S	B	MB	E
1. Quais as instituições que fazem parte da União Europeia?								
2. Quais os nossos direitos enquanto cidadãos Europeus?								
3. Quais os valores defendidos pela União Europeia?								
4. Quais as instituições que fazem parte da União Europeia?								
Observações:								
A professora: Célia Pereira								

Apêndice 10 – PES: Planificação de médio prazo do Módulo 6

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade



 Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral		
		
Curso: Profissional de Restauração	Disciplina: Economia - 2º ano	Ano Letivo: 2015/2016
Planificação de médio e longo prazo: Módulo 6- A interdependência das economias atuais		Tempos letivos: 28
Conteúdos		Tempos letivos
1.O Comércio Internacional		
- Diversidade e necessidade das trocas internacionais		4
2- O registo das trocas internacionais – a Balança de pagamentos		
- Balança Corrente; <ul style="list-style-type: none"> • mercadorias (importações e exportações); • serviços; • rendimentos; • transferências correntes; - Balança de Capital; <ul style="list-style-type: none"> - Balança Financeira; 		10
3- Fatores de desenvolvimento do comércio internacional		8
- Transportes e comunicações;		
- Empresas transnacionais;		
- GATT/OMC.		
4-A integração económica		
- Noção;		6
- Formas (zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum e união económica);		
- O processo de construção da União Europeia.		
Competências		
<ul style="list-style-type: none"> • Usar os conceitos económicos para compreender aspetos relevantes da organização económica das sociedades, nomeadamente no que se refere aos registos das trocas internacionais e ao processo de regionalização do comércio e da produção; • Analisar o desenvolvimento do comércio internacional e o papel do GATT/OMC como entidade reguladora; • Conhecer e aferir a importância dos principais blocos de integração económica existentes nas diferentes áreas geográficas, nomeadamente no que se refere ao processo de abertura e 		

liberalização do comércio internacional; <ul style="list-style-type: none">• Analisar os desafios que se colocam atualmente à União Europeia resultantes do alargamento e do aprofundamento.
Objetivos
<ul style="list-style-type: none">✓ Indicar os diversos tipos de trocas internacionais que se estabelecem entre as economias;✓ Explicar as razões que levam os países a efetuar trocas internacionais;✓ Referir vantagens para os países, decorrentes da integração no comércio internacional;✓ Referir a importância de se efetuarem os registos das trocas internacionais;✓ Indicar as componentes da Balança de Pagamentos (Balanças Corrente, de Capital e Financeira).✓ Referir as balanças que compõem a Balança Corrente;✓ Calcular o saldo da Balança de Mercadorias;✓ Interpretar o saldo da Balança de Mercadorias;✓ Calcular a taxa de cobertura;✓ Interpretar o significado de indicadores do comércio externo (taxa de cobertura e estrutura das importações e das exportações);✓ Referir a composição das Balanças de Serviços, de Rendimentos e de Transferências Correntes;✓ Calcular o saldo da Balança Corrente;✓ Interpretar o saldo da Balança Corrente;✓ Indicar as componentes da Balança de Capital;✓ Indicar componentes da Balança Financeira;✓ Distinguir protecionismo de livre-cambismo;✓ Relacionar o desenvolvimento e a desregulamentação dos transportes e das comunicações com a abertura do comércio internacional;✓ Explicar o papel das empresas transnacionais no desenvolvimento do comércio internacional;✓ Explicar de que forma o GATT/OMC incentivou o desenvolvimento do comércio internacional;✓ Apresentar a noção de integração económica;✓ Distinguir cada uma das formas de integração económica;

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relacionar o processo de integração com a regionalização das trocas internacionais; ✓ Referir exemplos de formas de integração em diferentes áreas geográficas (Mercosul – Mercado Comum do Sul; ASEAN – Associação das Nações do Sudoeste Asiático; NAFTA – Acordo Norte Americano de Livre Comércio e UE- União Europeia); ✓ Relacionar o processo de integração com o movimento de abertura e liberalização do comércio internacional; ✓ Referir as principais etapas de integração europeia (da CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço ao Ato Único Europeu); ✓ Explicar a importância do Ato Único Europeu; ✓ Relacionar o Ato Único com a criação da União Económica e Monetária (UEM); ✓ Enunciar os principais objetivos do Tratado de Maastricht; ✓ Explicar a importância da criação da UEM na afirmação da União Europeia. 	
Métodos e Estratégias	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Exposição de conceitos pelo professor; • Apresentações em PowerPoint e Prezi; • Visualização de vídeos; • Realização de fichas de trabalho; • Realização de visita de estudo; • Trabalho de grupo; • Apresentações dos alunos; • Pesquisas na internet; • Consulta de site de referência; • Debates. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstica, formativa e sumativa; • Participação oral; • Observação das atitudes e valores; • Empenho e interesse na realização das atividades propostas na sala de aula; • Trabalhos de grupo/individuais; • Apresentações orais; • Relatórios resultantes de atividades propostas; • Fichas de trabalho; • Teste sumativo; • Trabalho de pesquisa.



Matriz dos Objetivos/Conteúdos

 Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral						
						
Curso: Profissional de Restauração		Disciplina: Economia - 2º			Ano Letivo: 2015/2016	
Matriz dos objetivos/conteúdos: Módulo 6 – A interdependência das economias atuais						
Objetivos	Conhecer	Compreender	Aplicar	Analisar / Sintetizar	Avaliar	Criar
Conteúdos						
1. O comércio internacional	X	X				
2. O registo das trocas internacionais - Balança de pagamentos	X	X	X	X		
3. Fatores de desenvolvimento do comércio internacional	X	X	X	X		
4. A integração económica	X	X	X	X	X	

Apêndice 11 – PES: Plano da aula 21 e 22

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade








 Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral 					
Curso: Profissional de Restauração		Disciplina: Economia		Ano Letivo: 2015/2016	
Plano de aula: Módulo 6 – A interdependência das economias atuais		Aula n° 21 e 22		Data: 26-02-2016	
Sumário: - Noção de integração económica; -Vantagens da integração económica; -Formas de integração económica; - Atividade prática					
Conteúdos	Objetivos	Competências	Atividades	Tempo	
A integração económica ➤ Noção; ➤ Formas de integração: - SPA; - ZCL; - UA; - MC; - UE; -UEM.	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a importância da integração económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Define integração económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Registo das presenças e do registo do sumário; 	5 min.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir cada uma das diferentes formas de integração económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza as diferentes formas de integração económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão dos conteúdos lecionados sobre os conceitos de comércio internacional; 	10 min.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Enumerar exemplos de blocos económicos de diferentes áreas geográficas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Relaciona a importância dos blocos económicos para o comércio internacional e para a economia dos países aderentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visionamento de vídeo sobre as importações e exportações nacionais; 	20 min.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as vantagens da integração económica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Enumera as vantagens da integração económica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição dos conteúdos sobre a integração económica, recorrendo ao método expositivo e interrogativo; visionamento de dois vídeos sobre as formas de integração económica seguido de debate orientado apoiado no guião de exploração; 	10 min.	
				<ul style="list-style-type: none"> • Continuação da apresentação dos conteúdos através da exemplificação prática das diferentes formas de integração; 	20 min.
				<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação e verificação em conjunto das aprendizagens realizadas, através da realização em grupo de uma atividade interativa; 	10 min.
				<ul style="list-style-type: none"> • Síntese da aula; • Indicação dos temas de pesquisa para a próxima aula e definição dos grupos de trabalho 	5min. 10 min.

Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Método interrogativo; ➤ Método expositivo intercalado com o interrogativo para a na exposição dos conceitos, com a certificação que todos os alunos compreendem; ➤ Método ativo, com recurso a atividades práticas realizadas em grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Computador; ➤ Videoprojector; ➤ Tela de projeção; ➤ Apresentação em PowerPoint ➤ Visionamento de vídeos; ➤ Guião de exploração; ➤ Atividade prática interativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnóstica; ➤ Formativa: ➤ Grelha de observação direta <ul style="list-style-type: none"> • Participação oral; • Atitudes e comportamentos; • Observação direta de atitudes e valores, motivação e participação ativa dos alunos; • Empenho, interesse e resultados na realização das atividades propostas na sala de aula.
Sequencia didática:		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A aula inicia-se com o registo das presenças dos alunos, apresentação dos conteúdos da aula e registo do sumário (5 minutos). ➤ Recorrendo ao método interrogativo procuro diagnosticar os conhecimentos dos alunos sobre os conceitos de comércio internacional, a necessidade da existência de relações comerciais e os fatores de desenvolvimento, efetuando uma pequena revisão destes conceitos de forma a potenciar o enquadramento dos conteúdos da aula Apresentando igualmente um vídeo explicativo sobre as importações e exportações nacionais. (https://www.youtube.com/watch?v=uo95vyKDQuAs) (10 minutos). ➤ De seguida aula continuará com a apresentação dos conteúdos, através de uma apresentação apoiada em PowerPoint, durante a qual será apresentado um vídeo explicativo sobre a ZLC (20 minutos). ➤ Após o visionamento deste vídeo, será solicitado aos alunos que expliquem os conceitos apresentados no vídeo de forma a promover a sua participação oral e promoção de conclusões sobre as características da ZCL (10 minutos). ➤ A aula continua, com a projeção da apresentação em PowerPoint com a exposição teórica sobre as diferentes formas de integração económica e as suas vantagens. Este ponto será igualmente consolidado através da apresentação de exemplos práticos de formas de integração, através da representação de papéis, onde os alunos assumem o papel de um determinado país, escolhendo para o efeito um produto. ➤ Será igualmente apresentado um vídeo acompanhado do respetivo guião de exploração com questões a que os alunos terão de responder com o objetivo de: avaliar a compreensão dos conceitos apresentados. (https://www.youtube.com/watch?v=JL4sJBqKR) (20 minutos). ➤ No final da aula os alunos participarão em conjunto com a docente numa atividade prática, Esta servirá igualmente para verificar se os alunos consigam atingir os objetivos delineados. (10 minutos). ➤ A aula fica concluída com a realização de uma síntese dos conteúdos abordados. (5 minutos). ➤ Foi ainda explicitado os temas a desenvolver nos trabalhos de grupo da próxima aula, bem como definido os grupos de trabalho. Por fim, serão transmitidas aos alunos as informações relativas aos ajustamentos de horários e troca de salas de aula para as próximas aulas (10 minutos). 		

Apêndice 12 – PES: Plano da aula 23 e 24

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade








 <p style="text-align: center;">Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral</p> <div style="display: flex; justify-content: center; gap: 20px;">     </div>				
Curso: Profissional de Restauração		Disciplina: Economia	Ano Letivo: 2015/2016	
Plano de aula: Módulo 6 – A interdependência das economias atuais		Aula nº 23 e 24	Data: 03-03-2016	
<p>Sumário: - Realização de trabalhos de pesquisa sobre a construção da União Europeia: 1- O processo de construção e os principais tratados; 2- Os alargamentos da UE; 3- Os países e as bandeiras; 4- Os símbolos da UE; 5- As principais instituições da UE e a cidadania europeia</p>				
Conteúdos	Objetivos	Competências	Atividades	Tempo
<p>A integração económica</p> <p>O processo de construção da União Europeia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o desenvolvimento do processo de construção da União Europeia; • Analisar a importância dos principais tratados; • Analisar as diferentes fases dos alargamentos da União Europeia; • Reconhecer os países aderentes à União Europeia e datas de integração; • Conhecer as principais instituições da União Europeia; • Avaliar o significado de “cidadão europeu” 	<ul style="list-style-type: none"> • Explica as principais etapas e tratados referentes à construção da União Europeia; • Relaciona os diferentes alargamentos com a entrada dos respetivos países para a União Europeia; • Identifica os países que fazem parte da União Europeia; • Explica os símbolos da União Europeia; • Identifica as principais instituições da União Europeia; • Desenvolvimento de trabalho em equipa e trabalho colaborativo para a construção do conhecimento; • Desenvolver a interpretação, síntese e expressão oral; • Promover a interação e entreajuda entre alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Registo das presenças e do sumário • Revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior • Trabalho de pesquisa sobre a construção da União Europeia • Acompanhamento dos alunos no desenvolvimento do trabalho de pesquisa e elaboração das apresentações, nomeadamente os alunos com necessidades educativas especiais 	<p>2 min.</p> <p>8 min.</p> <p>80 min.</p>

Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Método interrogativo. ➤ Método ativo, com recurso a atividades práticas realizadas em grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Computador. ➤ Videoprojector. ➤ Tela de projeção. ➤ Apresentação em Prezi. ➤ Internet. 	<p>Diagnóstica</p> <p>Formativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação oral; • Atitudes e comportamentos; • Observação direta de atitudes e valores, motivação e participação ativa dos alunos; • Empenho, interesse e resultados na realização da atividade proposta na sala de aula.
Sequencia didática:		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A aula inicia-se com o registo das presenças dos alunos na sala de aula e do sumário (2 minutos). ➤ De seguida realizo uma pequena revisão da aula anterior, seguida da clarificação dos objetivos do trabalho a realizar (8 minutos). ➤ Posteriormente efetuo o acompanhamento do desenvolvimento do trabalho de pesquisa dos alunos. (80 minutos). ➤ Esta atividade procura promover a participação dos alunos na sala de aula, o empenho, o trabalho colaborativo, bem como o desenvolvimento da sua expressão oral e relacionamento interpessoal. Os trabalhos desenvolvidos serão colocados no site da turma e apresentados na aula seguinte. 		

Apêndice 13 – PES: Plano da aula 25 e 26

Mestrado em Ensino da Economia e da Contabilidade

 Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral				
		   		
Curso: Profissional de Restauração		Disciplina: Economia	Ano Letivo: 2015/2016	
Plano de aula: Módulo 6 – A interdependência das economias atuais		Aula nº 25 e 26	Data: 04- 03-2016	
Sumário: Apresentação dos trabalhos de grupo sobre: A construção da União Europeia. Realização de atividades práticas (jogos interativos).				
Conteúdos	Objetivos/Competências	Atividades	Tempo	
A integração económica O processo de construção da União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a participação dos alunos, com recurso à elaboração de apresentações orais recorrendo à aplicação de suportes diversificados de apresentação da informação (PowerPoint/Prezi/vídeos/quadro interativo); • Desenvolver a criatividade e abertura à inovação do processo de ensino aprendizagem; • Desenvolver hábitos de pesquisa e organização de informação, nomeadamente com recurso às TIC; • Realizar tarefas de forma autónoma e responsável; • Desenvolver competências no domínio das TIC; • Desenvolvimento de espírito de equipa e de colaboração; • Exercitar uma correta utilização da língua portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Registo das presenças e registo do sumário da aula • Apresentações dos trabalhos de grupo; • Visionamento de vídeos e som sobre os conteúdos abordados • Realização de atividade prática interativa. (jogo) • Disponibilização dos materiais elaborados no trabalho de grupo no site da turma 	5 min.	70 min.
			15 min.	
Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Método interrogativo; ➤ Método ativo, com recurso a atividades práticas realizadas em grupo 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apresentação em PowerPoint/ Prezi; ➤ Internet; ➤ Quadro interativo; ➤ Computador. 	Formativa: <ul style="list-style-type: none"> • Participação oral; • Atitudes e comportamentos; • Observação direta de atitudes e valores, motivação e participação ativa dos alunos; • Empenho, interesse e resultados na realização das atividades propostas na sala de aula. 		


Sequencia didática:

- A aula inicia-se com o registo das presenças dos alunos na sala de aula e do sumário. (5 minutos)
- De seguida os alunos efetuam as suas apresentações, recorrendo à utilização do quadro interativo. (70 minutos)
- No final da cada apresentação e como consolidação será visualizado alguns vídeos sobre os temas abordados, recorrendo para o efeito à sua consulta através do site da turma (<http://ebsturmarestauraca.wix.com/meusite>).
- De seguida será proposto aos alunos uma atividade prática interativa (jogo - elaborado pela professora com recurso ao PowerPoint). Esta, será realizada através da formação de duas equipas com o intuito de avaliar as aprendizagens realizadas pelos alunos, distribuindo em cada equipa um elemento de cada grupo. Para o desenvolvimento da atividade os alunos deverão analisar as questões, refletir em grupo e responder. Esta atividade encontra-se igualmente disponibilizada no site da turma.
- No final efetuarei a minha observação ao trabalho realizado.
- Ainda e como forma de estimular a participação dos alunos, solicitarei a colaboração dos alunos para de forma individual realizarem alguns jogos interativos referentes aos subtemas tratados, também estas previamente disponibilizadas no site da turma.
- Ainda durante a aula os alunos disponibilizarão as suas apresentações no site da turma.
- Estas atividades pretendem promover nos alunos o desenvolvimento do seu processo de aprendizagem, da sua participação, trabalho de colaboração, de pesquisa, de responsabilidade, de autonomia e desenvolvimento das suas competências nas TIC.

Apêndice 14 – PES: Apresentação da aula 21 e 22 e atividade prática

<http://ebsturmarestauraca.wix.com/meusite>






**A
INTEGRAÇÃO
ECONÓMICA**



Professora: Célia Pereira

Data : 26/02/2016


Sumário

-  **Noção de integração económica;**
-   **Vantagens;**
-  **Formas de integração económica;**
-  **Atividade prática.**

Professora: Célia Pereira 2

✓ Integração económica

✓ Quais as vantagens da integração económica



✓ Dar exemplos de blocos económicos

✓ Quais as diferentes formas e as características de integração económica

Professora: Célia Pereira 3



This section shows a video player interface. At the top, a red oval contains the text "Comércio internacional - ????". Below it, a blue box with a video camera icon is followed by the text "Importações e exportações -". A large black rectangle represents the video content.

<https://www.youtube.com/watch?v=uo95vyKDquA&list=WL&index=1>

Professora: Célia Pereira 5



Professora: Célia Pereira 6

Mas
nem sempre foi assim....



A expansão do comércio mundial

Finais nos 50 – Após a segunda guerra mundial



Professora: Célia Pereira 7

- Abertura das economias ao exterior das barreiras comerciais ou económicas entre os países.
- **Celebração de acordos** de comércio entre países vizinhos (de uma mesma Região);
- **Criação de organizações** regionais de comércio.

- ✓ Interdependência económica;
- ✓ Estabelecimento de novas relações comerciais;
- ✓ Aumento das transações comerciais.

Professora: Célia Pereira 8

A crescente globalização e a dimensão económica da atualidade tem levado à necessidade dos países se associarem em **BLOCOS ECONÓMICOS** p/ resistirem à enorme competitividade das economias.

Professora: Célia Pereira 9

Blocos de Integração regional

Acordaram abolir as barreiras comerciais existentes e assim facilitar e estimular as trocas comerciais

Professora: Célia Pereira 10

Exemplos de formas de integração

NAFTA (1991)

Tratado Norte Americano de Livre Comércio

3 países da América do Norte

EUA, Canadá, México

Professora: Célia Pereira 11

Exemplos de formas de integração

MERCOSUL (1991)

Mercado Comum do Sul

Países da América do Sul

Brasil , Colômbia, Chile, Peru, Equador

Professora: Célia Pereira 12

Exemplos de formas de integração

ASEAN (1967) AFTA(1992)
Associação das Nações do Sudeste Asiático

10 países do Sudeste Asiático

Camboja, Singapura, Tailândia,
Vietnam , Indonésia, etc



Professora: Célia Pereira 13

Exemplos de formas de integração

COMESA(1993)
Mercado Comum dos Estados de África de Leste e Austral

Metade dos países do
continente africano

Professora: Célia Pereira 14

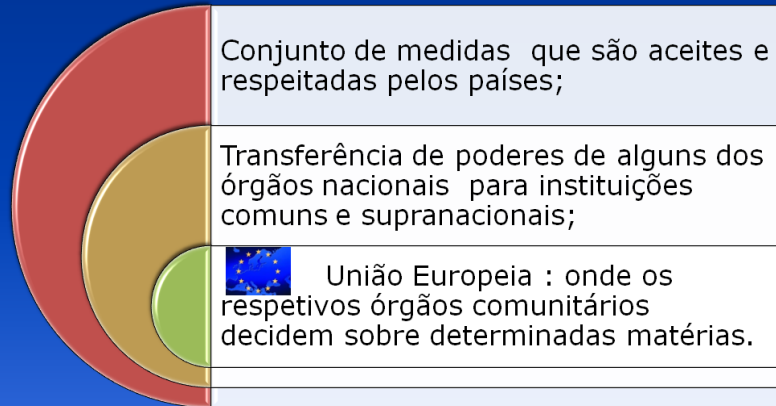
**PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO
ECONÓMICA**



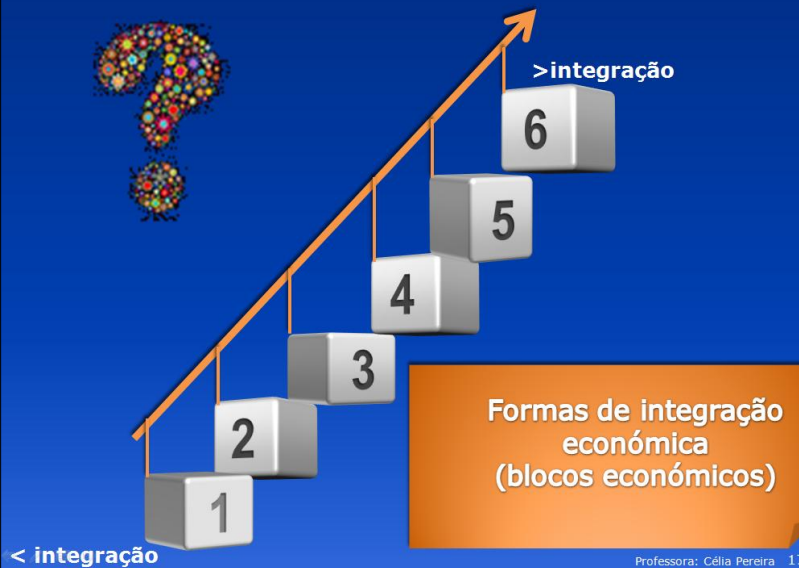
Processo de abolição das barreiras comerciais
entre dois ou mais países para formar um
único mercado económico de maior dimensão,
mais forte e com características próprias

Professora: Célia Pereira 15

Processo de integração



Professora: Célia Pereira 16



Professora: Célia Pereira 17



Professora: Célia Pereira 18

- forma mais simples de integração;
- dois ou mais países concedem apenas entre si, um conjunto de vantagens aduaneiras (exemplo baixar as **taxas aduaneiras*** de determinados produtos);



1. Sistema de Preferências Aduaneiras (SPA)

Professora: Célia Pereira 19

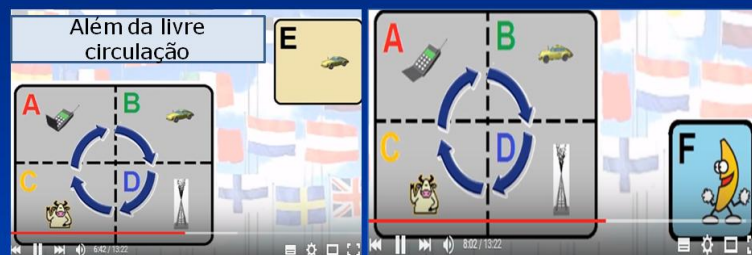


- é uma área formada por países que decidem eliminar entre si todas as barreiras alfandegárias e comerciais;
- em relação a países exteriores à zona de comércio livre, cada país define a sua pauta aduaneira (política alfandegária).



2. Zona de Comércio Livre (ZCL)

Professora: Célia Pereira 20



- Acrescenta à anterior forma de integração uma política comercial comum (todos os países definem a pauta aduaneira) sobre as taxas aduaneiras em relação a aplicar aos produtos vindos de países que não pertencem à união aduaneira.



3. União Aduaneira (UA)

Professora: Célia Pereira 21



➤ forma de integração mais profunda do que a anterior, uma vez que:

➤ os países aderentes asseguram não só a **livre circulação de mercadorias, mas também de pessoas, de serviços e de capitais.**

4. Mercado Comum : CEE, com a criação do Mercado Único

Professora: Célia Pereira 22



➤ Passa a existir uma harmonização das políticas económicas e sociais de forma a fazer desaparecer as diferenças entre os vários Estados membros;

➤ Implementação de um conjunto de políticas económicas e sociais comuns , (agricultura, transportes, ambiente, investigação e desenvolvimento, energia, política social, política comercial, política regional)

5. União Económica: UE (1992) (Maastricht)

Professora: Célia Pereira 23

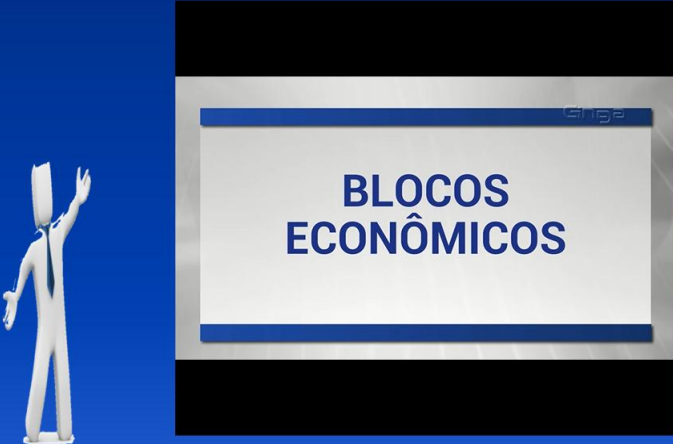


➤ Etapa mais avançada da integração económica - é um passo importantíssimo para a integração das economias da União Europeia;

➤ Implica a coordenação das políticas económicas e orçamentais, uma política monetária comum e uma moeda comum, o euro.

6. União Económica e Monetária

Professora: Célia Pereira 24



BLOCOS ECONÔMICOS

Professora: Célia Pereira 25

VANTAGENS DA IE

- Eficiência dos recursos de cada país;
- Possibilidade de alcançar o pleno emprego dos fatores de produção;
- Possibilidade garantir o crescimento económico;
- Aumento de produção devido à divisão do trabalho e especialização efetuada;
- Economias de escala devido ao alargamento dos mercados- maior poder negocial: maiores quantidades a menores preços;
- Circulação da inovação tecnológica.

Professora: Célia Pereira 26

Quadro resumo

Formas de Integração	Vantagens Aduaneiras	Livre circulação de bens	Pauta exterior comum	Livre circulação serviços, pessoas e capitais	Políticas económicas comuns	Moeda única
1.SPA	X					
2.ZCL	X	X				
3.UA	X	X	X			
4.MC	X	X	X	X		
5.UE	X	X	X	X	X	
6.UEM	X	X	X	X	X	X

Professora: Célia Pereira 27

A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA



Ficha de trabalho

Professora: Célia Pereira 28

1

Podemos dizer que o Sistema de Preferência Aduaneira é caracterizado por:



Existência de políticas económicas comuns entre os países aderentes



Existência de uma moeda única



Existência de vantagens aduaneiras entre os países aderentes

Professora: Célia Pereira 29

2

Assinala as características de cada uma das formas de integração :

Formas de Integração	Vantagens Aduaneiras	Livre circulação de bens	Pauta exterior comum	Livre circulação serviços, pessoas e capitais	Políticas económicas comuns	Moeda única
MC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ZCL	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
UA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SPA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Professora: Célia Pereira 30

Resolução:

Formas de Integração	Vantagens Aduaneiras	Livre circulação de bens	Pauta exterior comum	Livre circulação serviços, pessoas e capitais	Políticas económicas comuns	Moeda única
1.SPA	<input checked="" type="checkbox"/>					
2.ZCL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>				
3.UA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
4.MC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		

Professora: Célia Pereira

31

3

A harmonização total das políticas e a introdução de uma moeda única são características de uma integração económica e monetária.



A afirmação é verdadeira



A afirmação é falsa

Professora: Célia Pereira 32

4

Para que ocorra uma integração económica é necessário que:



Dois ou mais países concordem em criar barreiras comerciais entre si.



Dois ou mais países concordem em abolir as barreiras comerciais existentes.

Professora: Célia Pereira 33

5 Das opções abaixo indicadas seleciona as que consideras como vantagens da integração económica

- Menor eficiência dos recursos de cada uma das economias.
- Aumento da produção devido à divisão do trabalho.
- Maior possibilidade de crescimento económico.
- Diminuição da dimensão dos mercados.

Professora: Célia Pereira 34

Síntese

□ A seguir à Segunda Guerra Mundial

→ abertura das economias ao exterior;

□ Movimentos de regionalização das trocas comerciais

→ formação de blocos de integração regionais;

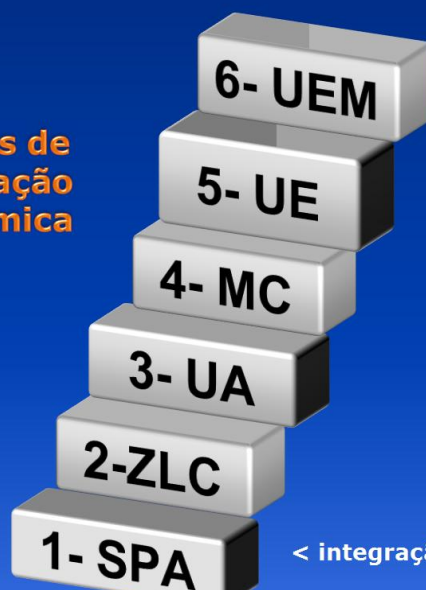
Integração económica:

- dois ou mais países decidem abolir as suas barreiras comerciais

→ unificar os mercados

Professora: Célia Pereira 35

Formas de integração económica



> integração

< integração

Professora: Célia Pereira 36

Apêndice 15- PES: Apresentação em Prezi da aula 23 e 24

<https://prezi.com/cfbcwaof5hgs/aula-de-revisao/>



Apêndice 16- PES: Atividade prática da aula 25 e 26

<http://ebsturmarestauraca.wix.com/meusite#!blank-3/hlutr>

